



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**

**INSTITUTO DE LETRAS**

**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**REVISITANDO A (COR)REFERENCIALIDADE EM  
LÍNGUAS TUPI-GUARANI**

**Brasília**

**2020**

**DIOGO ISSABURO EVANGELISTA KOGA**

**REVISITANDO A (COR)REFERENCIALIDADE EM  
LÍNGUAS TUPI-GUARANI**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Linguística.

Orientadora: Professora Doutora Walkíria Neiva Praça

**Brasília**

**2020**

**DIOGO ISSABURO EVANGELISTA KOGA**

**REVISITANDO A (COR)REFERENCIALIDADE EM LÍNGUAS  
TUPI-GUARANI**

Brasília, 27 de fevereiro de 2018

---

Professora Dra. Walkíria Neiva Praça (Presidente)

Universidade de Brasília

---

Professor Dr. Thiago Costa Chacon (Membro interno)

Universidade de Brasília

---

Professora Dra. Aline da Cruz (Membro Externo)

Universidade Federal de Goiânia

---

Professora Dra. Flávia de Castro Alves (Membro suplente)

Universidade de Brasília

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

EK78r Evangelista Koga, Diogo Issaburo  
Revisitando a (cor)referencialidade em línguas Tupi  
Guarani / Diogo Issaburo Evangelista Koga; orientador  
Walkíria Neiva Praça. -- Brasília, 2020.  
121 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --  
Universidade de Brasília, 2020.

1. Tupi-Guarani. 2. Índices de pessoa. 3. Correferência.  
4. Alinhamento sintático. 5. Marcação de pessoa. I. Neiva  
Praça, Walkíria, orient. II. Título.

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à Leleo. Que você cresça em  
uma sociedade que valorize mais os povos e  
culturas indígenas do Brasil.  
"Todo poder ao povo".*

"Os acontecimentos históricos não são possíveis sem os atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem"  
Reinhart Koselleck, 2011.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e aos meus antepassados, por terem fundamentado toda a base que permitiu a mim a oportunidade de contribuir com o estudo e a pesquisa no Brasil. Em especial aos meus pais, Marileide e Donizetti, que sempre me proveram mais que o necessário e me incentivaram em todas as minhas empreitadas acadêmicas.

A todos os povos indígenas, por todas suas contribuições culturais e linguísticas, que enriquecem não só nosso país, mas todo o globo, tornando-o um lugar melhor de se viver. Também por toda resistência e luta demonstrada por eles, que sempre encoraja e traz esperanças em meio a tanta perversidade e ódio permeados na sociedade brasileira.

À minha orientadora Walkíria Praça, que entre formas de tratar açafão, poses de ioga, história brasileira, culinária paraense e amizade, ensinou-me tudo o que sei de linguística e a como trabalhar duro, sempre com foco e humildade. A ela, meus profundos agradecimentos por ter me aceitado de braços abertos e me guiado do momento em que cheguei na linguística como um estudante de História recém graduado até os momentos finais deste mestrado.

Ao meu amor, Bela, por ser meu porto seguro, ombro amigo e incentivo diário. Por me apoiar em todos os momentos, seja nas madrugadas de escrita e (muita) cafeína, seja nos nervosismos pré-simpósio em diferentes cantos do Brasil, em que mesmo não presente fisicamente, acalmou-me os nervos quando nada mais me tranquilizava.

A todos os professores e professoras com quem tive contato durante meus dois anos de mestrado, por todo aprendizado, incentivo e riquíssimas conversas. Em especial: Flávia Castro Alves, Marina Magalhães, Aline da Cruz, Dionei Gomes, Ana Vilacy, Thiago Costa Chacon, Antônio Augusto e Enilde Faulstich.

Aos meus amigos e amigas, Maria, Dany e Léo, que sempre me apoiaram e se dispuseram a escutar meus devaneios e anseios. Sem as nossas inúmeras conversas boêmias, não teria despertado em mim o interesse pelo novo e pelos problemas. E em especial ao Fernán, que leu meus resumos, opinou, melhorou e revisou este trabalho. Por tudo, serei eternamente grato.

Aos companheiros e companheiras que encontrei nos simpósios e congressos, sem tal companhia esses eventos teriam muito menos graça e seriam mais efêmeros.

Finalmente, sou grato a todos e todas que participaram e participam da construção e manutenção da Universidade de Brasília. Tanto da sua edificação quanto da sua formação cultural e intelectual. Por torná-la um antro da diversidade, liberdade e conhecimento. Cada vez mais um símbolo de resistência a toda forma de autoritarismo, discriminação e arcaísmo sócio-político, barbaramente presentes em nosso país.

## RESUMO

Neste trabalho, revisitamos o sistema de referência de pessoa em três línguas da Família Tupi-Guarani, a saber: Apyãwa (tradicionalmente conhecida por Tapirapé), Tupinambá e Guaraní-Mbyá. Partimos de descrições existentes das referidas línguas, bem como de trabalhos comparativos dessa Família linguística para analisar o comportamento morfossintático dos índices pessoais e o funcionamento da correferência gramaticalizada (nos termos de Wieseemann, 1986) em predicados verbais independentes e dependentes, nomes e posposições. Nosso objetivo é reunir as descrições do sistema referencial das três línguas, compará-las e reanalisá-las a partir de categorias tipológicas mais recentes. Inicialmente, buscamos averiguar a natureza argumental dos índices de pessoa e defender a dupla expressão do argumento nessas línguas, com base em Siewierska (2001), Dixon (2010), Schultze-Berndt (2011), Kibrik (2011) e Haspelmath (2013). De modo a facilitar a comparação entre os sistemas referenciais compostos por esses índices, distinguimos três mecanismos que regem a marcação de pessoa nessas línguas: cisão intransitiva (Klimov, 1974), Hierarquia Referencial (Monserrat & Soares, 1983) e correferência (Wieseemann, 1986). O motivo por trás dessa tripartição está em evidenciar o comportamento da referência de pessoa de acordo com dois fatores: i) o tipo de construção; ii) os macro papéis sintático-semânticos que envolvem os argumentos. Assim: o sistema referencial de predicados monovalentes independentes é regido pela cisão intransitiva; o sistema dos predicados divalentes independentes é regido pela Hierarquia Referencial; e o sistema das construções dependentes verbais e não-verbais (nomes e posposições) é regido pela correferência. Dentre os três sistemas, o menos coeso é o correferencial, isso devido a alterações de alinhamento sintático sofridas pela marcação de pessoa em línguas Tupi-Guarani. Alguns estudos investigaram essas alterações e propuseram as seguintes hipóteses: i) um grupo de línguas Tupi-Guarani (subconjuntos I e VIII) estenderam o sistema referencial das construções independentes para as dependentes (Jensen, 1990); ii) a marcação de pessoa do pré-proto-Tupi-Guarani se alinhava a um padrão ergativo-absolutivo (Jensen, 1998); iii) quanto mais erodida for a ergatividade de uma língua, menos produtiva será a ocorrência dos prefixos correferenciais (Jensen, 1998); iv) a partir dos critérios propostos pela teoria da gramaticalização, reconstrói-se uma marcação de pessoa nominativa-acusativa para o pré-proto-Tupi-Guarani (Gildea, 2002). Propomos um diálogo entre essas hipóteses de modo identificar as correlações entre a referência de pessoa, alinhamento sintático e correferência. Por fim, motivados pela hipótese do “caminho da acusativização” proposto por Givón (2001) e atualizado por Queixalós (2004), buscamos identificar quais construções sofrem as mudanças de alinhamento primeiro, e qual o papel desempenhado pela correferência nesse processo.

Palavras-chave: Tupi-Guarani. Índices pessoais. Marcação de pessoa. Correferência. Alinhamento sintático.

## ABSTRACT

In this work, we revisit the cross-referencing system in three Tupi-Guarani languages: Apyãwa (traditionally known as Tapirapé), Tupinambá and Mbyá-Guaraní. We started from descriptions of these languages, as well as comparative works of this linguistic Family, to analyze the morphosyntactic behavior of person indexes and the functioning of grammaticalized coreference in independent and dependent verbal predicates, names, and postpositions. Our object is to assemble past descriptions of the cross-referencing systems of all three languages and to reanalyze them by means of more recent typological categories. As person indexes are the basis to these systems, we begin by investigating their argument status and the possibility of arguments being doubly expressed in these languages (Siewierska 2001; Dixon 2010; Schultze-Berndt 2011; Kibrik 2011; e Haspelmath 2013). Then, aiming a more straightforward comparison between the cross-referencing systems, we split them into three paradigms: split-S (Klimov, 1974), Person Hierarchy (Monserrat & Soares, 1983) and Coreference (Wiesemann, 1986). This three-way system seeks to stress the correlation between cross-reference and two typological features i) the type of construction involved in person marking; ii) the macro syntactic-semantic roles of arguments. Thus: the independent monovalent constructions present a split-S system; the independent divalent constructions present a Person Hierarchy system; and the dependent/non-verbal constructions present a cross-referencing system based on coreference. Within these three paradigms, the coreferential one is the less coherent and more heterogeneous. This behavior is assigned to cross-referencing and syntactic alignment changes on Tupi-Guarani languages. Four works looked into these changes and proposed the following hypotheses: i) some TG languages, from subgroup I and VIII, extended their cross-referencing system of independent constructions to dependent constructions (Jensen, 1990); ii) the pre-*proto-Tupí-Guaraní* cross-referencing system is reconstructed to be ergative-absolutive (Jensen, 1998); iii) the less ergative a Tupi-Guarani language is, the less productive will be its coreferential marking system (Jensen, 1998); iv) based on grammaticalization theory and its assumptions, the cross-referencing system reconstructed on pre-*proto-Tupí-Guaraní* turns out to be nominative-accusative (Gildea, 2002). We discuss these assumptions intending to single out correlations between cross-reference, syntactic alignment and coreference. To achieve this, we add the “accusativization path” hypothesis to the equation as we try to identify which construction changed its cross-referencing pattern first, as well as the coreference role on this process.

Keywords: Tupí-Guaraní. Person indexes. Cross-reference. Coreference. Syntactic alignment.

Introdução	1
0.1 Justificativa	3
0.2 Objetivos	4
0.3 Suporte teórico	4
0.4 Metodologia	6
0.5 Os povos e as línguas	8
0.6 Organização da dissertação	10
Sobre o estudo das línguas Tupi-Guarani	11
1.1.1 A estrutura argumental das línguas TG e os índices de pessoa	15
1.2 Estudos acerca do Apyãwa e do Tupinambá	23
1.2.1 Descrição do Apyãwa	23
1.2.2 Descrição e fontes históricas do Tupinambá	24
1.2.2.1 Fontes históricas	25
1.2.2.2 Descrições da língua Tupinambá	25
1.2.3 Bibliografia sobre o Guarani Mbyá	27
1.3 O estudo da correferência dentro da Família Tupi-Guarani	29
Revisitando a (cor)referencialidade	32
2.1. Sistema dos índices de pessoa	32
2.1.1 Apyãwa	33
2.1.1.1 Sistema de referência em construções verbais	34
2.1.1.2 Sistema de referência com predicados não-verbais	37
2.1.2 Tupinambá	39
2.1.2.1 Sistema de referência em construções verbais	40
2.1.2.2 Sistema de referência com predicados não-verbais	42
2.1.3 Guarani Mbyá	44
2.2 Predicados independentes divalentes e a Hierarquia Referencial (HR)	47
2.2.1 Apyãwa	48
2.2.2 Tupinambá	51
2.2.3 Guarani Mbyá	53
2.3 Construções dependentes e a correferência	55
2.3.1 Apyãwa	56
2.3.1.1 Correferência em construções de predador ativo	57
2.3.1.2 Correferência em construções de predador não-ativo	58

2.3.1.3 Correferência em construções com {-rãmo} “Subjuntivo”	59
2.3.2 Tupinambá	62
2.3.2.1 Correferência em construções de predicador ativo e de predicador não-ativo	64
2.3.2.2 Correferência em construções com {-reme} “Subjuntivo”	65
2.3.3 Guarani Mbyá	67
2.3.3.1 Correferência em construções não-verbais	68
2.3.3.2 Correferência no contexto intersentencial	69
2.4 Considerações finais	70
Alinhamento sintático e correferência	73
3.1 A reconstrução dos índices de pessoa	73
3.2 Alinhamento morfossintático	85
Considerações finais	97

## Lista de tabelas e quadros

Tabela 1 - Ordem de palavras.....	13
Tabela 2 - Índices pessoais do Apyãwa.....	33
Tabela 3 - Índices pessoais do Tupinambá.....	39
Tabela 4 - Índices pessoais do Mbyá.....	44
Tabela 5 - Funcionamento da hierarquia referencial no apyãwa.....	50
Tabela 6 - Funcionamento da Hierarquia Referencial no Tupinambá.....	53
Tabela 7 - Alinhamentos da correferência em Apyãwa.....	61
Tabela 8 - Alinhamentos da correferência em Tupinambá.....	66
Tabela 9 - Índices pessoais do proto-Tupi-Guarani.....	74
Tabela 10 - Mudanças na produtividade dos índices correferenciais.....	92
Tabela 11 - Expressão da Série Correferencial.....	99
Tabela 12 - Expressão da correferência por meio dos sufixos de dependência.....	99
Quadro 1 - Sistema referencial do Apyãwa.....	38
Quadro 2 - Sistema referencial do Tupinambá.....	43
Quadro 3 - Sistema referencial do Mbyá.....	46

## Símbolos e abreviaturas utilizados

>	maior que
<	menor que
=	correferente a
S	argumento único de verbos monovalentes
Sa	argumento único de verbos monovalentes agentivos
So	argumento único de verbos monovalentes não-agentivos
A	sujeito de verbos divalentes
O	objeto de verbos divalentes
SD	sujeito diferente
MS	mesmo sujeito
1EXCL	primeira pessoa do plural exclusiva
1PL	primeira pessoa plural
1SG	primeira pessoa singular
2SG	segunda pessoa singular
3sg	terceira pessoa singular
3	terceira pessoa
A	série agentiva
ACC	acusativo
CAUS	causativo
CONS	consecutivo
COR	série correferencial
DAT	dativo
DEM	demonstrativo
DIM	diminutivo
EXOR	exortativo
F	feminino
F.IMI	futuro iminente
HAB	aspecto habitual
IMP	imperativo
IN	interrogativo
INT	intensivo
ITER	aspecto iterativo
INTRA	série intralocutiva
LOC	locativo
LOCDF	locativo difuso
M	masculino
MASD	mantenedor de agentividade do sujeito demovido
MS	mesmo sujeito
N.ASS	conteúdo informado não assumido pelo falante
NA	série não agentiva
NEG	negação
NOM	nominativo
MAS.MED	passado médio

PAS.REC	passado recente
PER	permissivo
PDA	predicador ativo
PNA	predicador não-ativo
POS	posposição
R	relacional
REF	reflexivo
RFR	referenciante
SD	sujeito diferente
SG	singular
SUB	subjuntivo
TRANSL	caso translativo
VEL	velho

## 0

### Introdução

A referência de pessoa (*cross-referencing*) ou marcação de pessoa é o mecanismo pelo qual as línguas que possuem marcação no núcleo (*head-marking*) mapeiam morfologicamente os participantes discursivos (Nichols, 1986; Harrison, 1986; Haspelmath, 2013). Ela funciona por meio de morfemas (afixos ou clíticos) que são conhecidos na literatura por pronomes presos (Jelinek, 1984; Mithun 1986), marcas de concordância - *pro-drop*, com base em Chomsky (1981) - ou índices (Haspelmath, 2013). Nas línguas que o possuem, esse sistema referencial é responsável pela expressão morfológica dos argumentos A, Sa, O e So<sup>1</sup>. A complexidade desse sistema estimulou a produção de diversos estudos acerca de seu funcionamento em línguas Tupi-Guarani, adoravante TG. Alguns dos assuntos tratados nesses trabalhos remetem à estrutura argumental (Cruz & Magalhães & Praça, 2019), aos alinhamentos sintáticos (Seki, 1976, 1987; Jensen, 1990; Leite, 1990), ao sistema de *switch-reference* (Dooley, 1989; Ferreira, 2012), à reconstrução interna (Jensen, 1998; Schleicher, 1998; Gildea, 2001; Birchall, 2015), entre outros.

Na Família Tupi-Guarani (FTG), os marcadores de pessoa são responsáveis por tecer as redes entre os participantes do discurso. Para isso, esses morfemas apresentam uma diversidade de mecanismos sintáticos em diferentes construções, de modo a formar um rico sistema referencial<sup>2</sup>. A marcação de pessoa pode ser definida por meio do critério de valência verbal, em que os predicados monovalentes costumam ter seus argumentos únicos mapeados a partir de uma dicotomia semântica que distingue verbos agentivos de verbos não-agentivos<sup>3</sup>. Os predicados divalentes, por outro lado, marcam seus participantes com base em uma Hierarquia Referencial (Foley, 1976; Monserrat & Soares, 1983; Rose, 2009), a qual implica em um privilégio sintático entre os participantes do discurso, de acordo com o padrão “1>2>3”.

---

<sup>1</sup> Aqui são usados os termos para nomear os argumentos (A/Sa para participantes agentivos e O/So para os não-agentivos) como proposto por Dixon (1994).

<sup>2</sup> O termo “sistema referencial” é utilizado neste trabalho em sentido análogo ao termo “cross-referencing” ou “cross-referencing system”.

<sup>3</sup> De acordo com o sistema proposto por Klimov (1974).

O principal critério, no entanto, parece ser aquele que distingue as construções independentes das construções dependentes (cf. Jensen, 1990). Isso porque os dois mecanismos que acabaram de ser citados costumam ocorrer nas línguas Tupi-Guarani apenas em predicados independentes (Harrison, 1986). Nos predicados dependentes (subordinadas, Indicativo II, construções “gerundivas”<sup>4</sup> - ativas e não-ativas) a marcação de pessoa segue um padrão absolutivo i.e. são mapeados morfologicamente apenas os participantes S/O (Harrison, 1986; Jensen, 1990, 1998). Nota-se que esses mesmos marcadores que expressam os argumentos S/O em verbos também ocorrem com predicados nominais e posposicionais.

Uma característica interessante dos sistemas referenciais em predicados dependentes e predicados não-verbais, é que neles há uma obrigatoriedade da realização morfológica da correferência<sup>5</sup> por meio de prefixos específicos para essa função. Isso é possível quando os argumentos S/O são correferentes ao sujeito da oração principal (S/A) nas construções verbais, e quando o possuidor/complemento é correferente com o sujeito da sentença (S/A) em construções não-verbais. Diversos estudos feitos em línguas Tupi-Guarani constataram esse fenômeno — Rodrigues (1951, 1981), Leite (1990), Jensen (1998), Silva (1999), Praça (2007), entre outros. Apesar do grande número de descrições acerca dessa expressão morfológica da correferência em línguas TG (Seki, 2000; Martins, 2003; Borges, 2006; Praça 2006; Magalhães, 2007, entre outras), apenas alguns trabalhos se debruçaram em analisar o funcionamento desse sistema (Jensen, 1998; Silva, 1999).

Nesta dissertação, pretendemos revisitar esse sistema formado pelos marcadores de pessoa e todos os seus diferentes mecanismos, preocupando-se em distinguir e em ressaltar as diferentes construções envolvidas na indexação de pessoa, a partir de categorias tipológicas funcionais. Espera-se fazer voz aos trabalhos já produzidos e contribuir para os estudos acerca da marcação de pessoa e do fenômeno da correferencialidade em línguas Tupi-Guarani. Para tanto, foram escolhidas três línguas TG, que se comportam distintamente quanto a seus

---

<sup>4</sup> O termo é adotado pelo fato de Jensen (1998) considerar as construções dependentes monovalentes em línguas Tupi-Guarani como verbos-seriais e Rose (2009, p. 662) considerar o gerúndio como origem do verbo-serial no Emerilion.

<sup>5</sup> Ao longo deste trabalho, entende-se por correferência aquela que é realizada morfologicamente como proposto por Ursula Wiesemann (1986), no caso das línguas TG por meio dos morfemas reflexivo, recíproco, prefixos correferenciais e sufixos de dependência. Assim, não compreende-se a correferência semântico-pragmática, que envolve todo tipo de mecanismo identificado no discurso.

sistemas (cor)referenciais: Apyãwa (subconjunto IV<sup>6</sup>), Tupinambá (subconjunto III) e Guarani Mbyá (subconjunto I).

## 0.1 Justificativa

Em meio ao turbilhão político vivido pelo Brasil desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2015 e devido a uma ascensão não só de discursos, mas de um programa político hostil às minorias sociais, esta dissertação tem por justificativa fazer coro e reforçar a resistência acadêmica contra um projeto governamental que vem ameaçando os povos indígenas e seu amplo universo cultural, tão marginalizado desde o processo de formação da “identidade brasileira” em meados do século XIX. Esta pesquisa se junta a milhares de outras, que também buscam, a partir da linguística, valorizar e conservar as línguas indígenas, e com isso, os costumes e tradições de seus falantes.

Apesar da vasta literatura acerca da marcação de pessoa em línguas da Família Tupi-Guarani, os trabalhos comparativos são mais escassos (Jensen, 1990, 1998; Schleicher, 1998; Gildea, 2002). Alguns estudos mais recentes (Haspelmath, 2013; Birchall, 2015) têm resgatado a discussão acerca dos marcadores de pessoa e do sistema referencial composto por eles à luz de novas teorias tipológicas. A justificativa de nossa pesquisa no âmbito tipológico é utilizar-se dessas produções mais recentes e revisitar estudos consagrados acerca da marcação de pessoa na língua da Família Tupi-Guarani, que não possuíam à época em que foram escritos a mesma quantidade de descrições e hipóteses comparativas à disposição como hoje.

Embora revisitemos o sistema referencial das línguas Apyãwa, Tupinambá e Mbyá como um todo, há uma preocupação em aprofundar as análises acerca da correferencialidade nessas três línguas. Isso porque a correferência costuma ser apenas pincelada nas descrições feitas para as línguas TG, e quando esse fenômeno foi estudado mais a fundo (Jensen, 1998; Silva, 1999; Queixalós, 2004<sup>7</sup>), ele se tornou peça-chave para a compreensão dos padrões de alinhamento sintático da FTG. Novas propostas devem ser levadas em conta na leitura desses estudos correferenciais. Por exemplo, a reconstrução alternativa feita por Gildea para os

---

<sup>6</sup> A genealogia das três línguas é baseada na classificação de Rodrigues (1984).

<sup>7</sup> Queixalós não estudou o fenômeno na Família Tupi-Guarani, mas propôs uma análise translinguística baseada nas línguas Katukina.

marcadores de pessoa do pré-*proto-Tupi-Guarani* sugere uma abordagem diferente para a correferencialidade em línguas TG, daquela proposta por Jensen (1998). O próprio artigo escrito por Queixalós (2004) constatou uma relação entre correferência e acusativização, cujas implicações para a Família *Tupi-Guarani* ainda não foram atestadas.

Assim, este trabalho visa contribuir para o diálogo entre a literatura canônica — acerca da marcação de pessoas em línguas *Tupi-Guarani* — e as novas perspectivas tipológicas, de forma a enriquecer as reflexões empreendidas para a compreensão desse sistema e da correferencialidade na FTG.

## 0.2 Objetivos

O objetivo geral desta dissertação é revisitar a marcação de pessoa e o comportamento da correferência em três línguas da Família *Tupi-Guarani*: *Apyãwa* (Ap), *Tupinambá* (Tb) e *Guarani Mbyá* (Mb). Para que isso seja feito, estipulamos os seguintes objetivos específicos:

- constatar a natureza argumental dos índices pessoais das línguas *Tupi-Guarani* e sua relevância para sua sintaxe.
- revisitar as descrições feitas acerca da marcação de pessoa nas línguas *Apyãwa*, *Tupinambá* e *Guarani Mbyá*, envolvendo todos seus mecanismos: *cisão intransitiva*, *Hierarquia Referencial* e *correferência*,
- comparar os contextos sintáticos, restrições e alinhamentos da correferencialidade entre o *Apyãwa*, o *Tupinambá* e o *Guarani Mbyá*.
- propor novas análises para os padrões sintáticos envolvendo a correferencialidade na FTG com base em uma comparação entre as reconstruções internas dos marcadores de pessoa (Jensen, 1998; Gildea, 2001) e a hipótese do *caminho da acusatividade* (Givón, 2001; Queixalós, 2004).

## 0.3 Suporte teórico

Nesta dissertação seguimos os princípios da tipologia linguística de cunho funcionalista, propostos em Comrie (1989), Givón (2001), Payne (2006), Shopen (2007), Dixon (2010), entre outros. A partir da perspectiva do funcionalismo, a linguagem não é uma

faculdade autônoma e deve ser estudada com base no seu principal objetivo: a comunicação. A gramática de uma língua é moldada pelo uso e deve ser descrita de acordo com as *funções* de suas partes. A abordagem tipológica tornou possível um estudo translinguístico que vai além da comparação, mas que busca identificar diferentes estruturas em diferentes línguas, de modo a organizá-las em grupos de *meta-tipos* mais gerais (cf. Givón, 2001, p. 20).

Um desses *meta-tipos*, objeto de estudo desta dissertação, são os marcadores de pessoa, que aqui são usados como sinônimos do termo *índices pessoais*, proposto por Haspelmath (2013). Isso porque acreditamos, como defendeu o linguista, que essas formas pessoais encontradas em línguas *head-marking*, como as línguas Tupi-Guarani, representam uma classe *sui generis* e não devem ser tratados como tipos de pronome ou concordância (cf. Haspelmath, 2013).

Boa parte das descrições de sistemas referenciais citadas por nós (Jensen, 1990. 1998; Gildea, 2002) se baseiam na descrição feita por Harrison (1986) para o Guajajara. Nesse trabalho, o linguista constata que a marcação de pessoa verbal em línguas Tupi-Guarani é regida por uma dicotomia semântica ativa/não ativa em verbos monovalentes, por uma hierarquia de pessoa em verbos divalentes e por um padrão absolutivo em construções subordinadas. Em outros termos, as análises propostas para o mapeamento dos participantes discursivos, por meio desses marcadores, se baseiam no paradigma estipulado por Comrie (1989) e Dixon (1994) em que: o símbolo **A** representa o argumento mais agentivo, e **O** o menos agentivo de verbos divalentes. Por sua vez, o **Sa** identifica o argumento único de verbos monovalentes ativos, e o **So** o argumento único de verbos monovalentes não-ativos (estativos, descritivos).

Quanto aos pressupostos teóricos, a cisão intransitiva atestada para os predicados monovalentes baseia-se no princípio semântico ativo/não-ativo proposto por Klimov (1974). A Hierarquia Referencial, que rege a marcação de pessoa nos predicados verbais independentes divalentes, é encontrada nas três línguas estudadas nesta dissertação e se baseia nos trabalhos de Monserrat & Soares (1983) e Jensen (1998). Por sua vez, a correferência abordada em nossas análises é aquela que se realiza morfologicamente, tal qual descrita por Wiesemann (1986). Os estudos que guiaram o funcionamento desse fenômeno em línguas Tupi-Guarani foram os de Leite (1990), Jensen (1998) e Praça (2007).

Os sistemas referenciais formados pelos índices de pessoa funcionam com base em alinhamentos sintáticos, formulados a partir do comportamento morfossintático de seus argumentos. Esses alinhamentos estão de acordo com os padrões ergativo-absolutivo e nominativo-acusativo, o primeiro tendo sido popularizado por Dixon (1994) ao descrever para o Dyrbal um comportamento morfológico e sintático que aparelha os argumentos S=O, distinguindo-os de A. O alinhamento acusativo é o mais comum entre as línguas ditas modernas, como a Língua Portuguesa, o Inglês, o Espanhol, entre outras. Nele aparelham-se morfológica e sintaticamente S e A, enquanto O é tratado de forma distinta. A tendência é de que os sistemas acusativos sejam mais homogêneos que os ergativos (Queixalós, 2004), uma vez que raramente encontram-se línguas que apresentem morfologia e sintaxe ergativas, na maioria dos casos apenas a primeira funciona com base nesse padrão (Dixon, 1994). De acordo com Andrews (2007), o mais comum para línguas que são sintaticamente ergativas é a presença de propriedades do sujeito que se alinham a S/A, e outra parte a S/O — há um tipo de “ergatividade mista” (cf. Andrews, 2007, p. 193).

O fato dos índices pessoais serem analisados como parte da estrutura argumental em línguas *head-marking* (Jelinek, 1984; Dik, 1997; Dixon, 2010; Schultze-Berndt, 2011), significa que — nessas línguas — são esses os determinadores dos padrões sintáticos pelos quais os argumentos S, A e O se alinham. Assim, para se compreender esses alinhamentos no Apyãwa, no Tupinambá, no Mbyá e nas línguas Tupi-Guarani de modo geral, deve-se entender o funcionamento do sistema referencial presente nelas, o que envolve cisão intransitiva, Hierarquia Referencial e correferência.

#### **0.4 Metodologia**

Primeiro há que se expor a natureza teórica e comparativa desta pesquisa, sendo assim, todos os dados presentes nesta dissertação foram coletados de descrições já realizadas por linguistas em suas respectivas línguas de estudo. Os dados são citados da forma como foram descritos por cada pesquisador (a), em alguns casos as glosas foram alteradas de modo a corresponder às terminologias adotadas por este trabalho — essas alterações são acompanhadas por notas de rodapé explicativas.

Inicialmente, este trabalho consistiu em revistar a literatura existente acerca das línguas Apyãwa, Tupinambá e Guarani Mbyá, a qual é composta por: gramáticas, artigos, dissertações, teses, vocabulários, poemas, peças de teatro, entre outros.

A decisão por trabalhar com essas três línguas, dentre as demais da Família Tupi-Guarani, seguiu os seguintes critérios:

(i) línguas que possuíssem em algum nível a expressão dos prefixos correferenciais.

(ii) línguas que se encaixassem em estágios diferentes quanto à produtividade da correferência, de acordo com a classificação proposta por Jensen (1998).

(iii) um grupo de línguas que possuísse membros no grupo de transição, quanto ao sistema referencial (subconjuntos I e VIII) e no grupo de sistema mais homogêneo (subconjuntos de II a VII), como constatado por Jensen (1990).

Em consideração ao primeiro critério, tanto o Apyãwa, quanto o Tupinambá e o Mbyá possuem marcadores de pessoa dedicados exclusivamente à expressão da correferência (Rodrigues, 1981; Jensen, op. cit.; Martins, 2003; Praça, 2007). Justifica-se (ii) devido a essas línguas se enquadrarem nas categorias elencadas por Jensen, de acordo com a produtividade desses morfemas: Ap é classificada entre as línguas de sistema máximo (mais produtivo), Tp entre as línguas em transição, e o Mb como uma língua de sistema mínimo (menos produtivo). Ainda há uma quarta categoria composta por línguas que não possuem os prefixos correferenciais e que não são abordadas neste trabalho. Quanto ao critério (iii), Apyãwa (IV) e Tupinambá (III) integram o grupo das línguas que mantiveram de modo mais homogêneo o sistema referencial reconstruído para o proto Tupi-Guarani, enquanto o Mbyá (VIII) compõe o grupo de línguas que apresentam maiores alterações quanto a esse sistema (cf. Jensen, 1990).

Os dados analisados do Apyãwa foram retirados da tese escrita por Praça (2007) ou foram fornecidos pela própria linguista, em ambos os casos foram coletados junto ao povo Apyãwa, tradicionalmente conhecidos por Tapirapé. No caso do Tupinambá, os dados<sup>8</sup> foram

---

<sup>8</sup> A preocupação com a limitação dos dados disponíveis para o Tupinambá, concretizada por questionamentos levantados em apresentações em simpósios ao longo desta pesquisa, foi compensada por explicações tipológicas encontradas na literatura acerca dessa língua, como ficará evidente ao longo desta dissertação.

coletados dos inúmeros trabalhos escritos por Aryon Rodrigues (1951, 1953, 1981, 1996); de duas coletâneas de obras escritas por Anchieta e organizada por Eduardo Navarro, *Poemas: Lírica Portuguesa e Tupi* (2004) e *José de Anchieta: Teatro* (2006); do *Curso de Tupi Antigo* do Padre Lemos Barbosa (1956), além de consultas ao seu *Pequeno Vocabulário Português-Tupi* (1970). Os dados referentes ao Guarani Mbyá foram retirados em sua maioria, da tese de doutorado escrita por Marci Martins (2003), alguns outros foram retirados dos seguintes artigos: Dooley (1989) e Jensen (1990, 1998).

Após a coleta dos dados, os mesmos foram analisados com base no método que estipula um diálogo contínuo entre o objeto empírico (no caso da linguística, os dados) e teoria. A todo momento que se busca verificar algum pressuposto teórico ou hipótese no *corpus* que se tem disponível, deve-se voltar à teoria de modo a contestá-la com as novas ideias que surgiram a partir da análise prévia dos dados.

Ressalta-se que a escolha dos dados a serem citados nesta dissertação seguiu o mesmo princípio metodológico aplicado por Queixalós (2004) ao analisar a cisão transitiva e a correferência em Katukina. Procuramos utilizar apenas dados compostos por construções que fossem consideradas básicas i.e. maior prototipicidade semântica, propriedades formais mais simples (ordem de palavras mais canônicas, sem indícios de topicalização), e maior frequência no discurso (cf. Queixalós, op. cit., p. 175).

## **0.5 Os povos e as línguas**

Dedico esta seção a uma breve exposição dos povos e línguas pesquisados por nós, no intuito de contextualizar o trabalho linguístico, a partir da cultura humana que o condiciona. O povo Apyãwa, como se autodenominam, foram nomeados Tapirapés por não-indígenas que os contataram. O nome foi motivado devido a esse povo viver às margens de um rio homônimo à época em que houve o contato com a sociedade majoritária (Praça, 2007). Os falantes da língua Apyãwa são aproximadamente 1,100 pessoas, dispostas em dois territórios indígenas localizados no nordeste do estado do Mato Grosso: Terra Indígena Tapirapé/ Karajá e Terra Indígena Urubu Branco (Tãpi'itãwa). Apesar de viverem atualmente na região central do Brasil, os Apyãwa se deslocaram para essa localização após 1500 (Cruz & Magalhães & Praça, 2019).

Os Tupinambás, por sua vez, correspondem ao nome dado pelos colonizadores aos diferentes povos que viviam na costa brasileira do século XVI. O agrupamento desses povos — como um só por parte dos portugueses — ocorreu pelo fato de falarem uma língua em comum. Essa língua desempenhou um importante papel sociocultural durante os primeiros séculos da colonização da América Portuguesa. Foi a língua da catequese e das bandeiras, e instrumento de conquistas espirituais e territoriais. Era conhecida como “língua geral” por outros povos indígenas e pelos próprios colonizadores (Barbosa, 1956, p. 9).

Apesar de não ser mais falado atualmente, foi até o início do século XIX a língua oficial do Grão-Pará, em oposição ao Português. De acordo com José Ribamar Bessa Freire (2003), os colonos que primeiro chegaram nessa região vindos do Pernambuco e Maranhão conseguiram estabelecer uma base de comunicação com os indígenas dali, que falavam o Tupinambá. Isso porque os recém-chegados tinham conhecimento da língua brasílica, nome dado pelos jesuítas a essa língua. O nome dado ao idioma dos Tupinambás possui uma história em particular. No início, a língua falada por esses povos era conhecida por “tupi”, em extensão a como era chamada a língua falada pelos povos de São Vicente. Portanto, o termo “tupi” passou a identificar tanto os subdialetos costeiros quanto os setentrionais (Barbosa, 1956, p. 11-12). Com relação aos linguistas referenciados nesta dissertação, Rodrigues se refere à língua dos povos Tupinambá como “tupi” em seus primeiros trabalhos (1951,1953), adotando posteriormente o termo “Tupinambá” (1981). Por sua vez, Barbosa (1956) utiliza a nomenclatura "Tupi Antigo", mas especifica que seu curso trata da língua falada pelos tupinambás (cf. Barbosa, 1956, p. 12).

O povo Mbyá se localiza atualmente nos territórios do Brasil, Paraguai, e Argentina. Em solo brasileiro eles vivem em quatro localidades: na reserva florestal de Ibirama e nos assentamentos de Maciambu e Morro dos Cavalos — todas localizadas no estado de Santa Catarina — e na aldeia Canta Galo, fundada no município de Viamão, no Rio Grande do Sul (Martins, 2003, p. 26). A língua dos Mbyá é considerada um dialeto do Guaraní por Rodrigues (1986), sendo o mais difundido geograficamente, apesar de isso não corresponder a um número grande de falantes, que são estimados em 2 mil pessoas no Brasil (Martins, 2003, p. 25). Sua população é calculada atualmente em torno de 27 mil habitantes (7000 no Brasil, 5500 na Argentina e 14887 no Paraguai)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Informações retiradas do site [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani\\_Mbya](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya).

## **0.6 Organização da dissertação**

No Capítulo 1, tratamos das informações mais relevantes acerca da Família Tupi-Guarani, de acordo com os temas desta dissertação. Na primeira seção, há uma breve descrição dos principais aspectos gramaticais da FTG e a discussão em torno da natureza argumental dos índices pessoais. Na segunda seção, propomos um breve balanço das descrições e estudos linguísticos envolvendo cada uma das três línguas escolhidas: Apyãwa, Tupinambá e Guarani Mbyá.

No capítulo 2, analisamos o sistema referencial composto pelos marcadores de pessoa em cada uma das línguas em separado. Essa análise envolve subseções distintas para cada mecanismo de referência: i) as séries de índices pessoais e a cisão intransitiva; ii) a Hierarquia Referencial; iii) a correferencialidade.

No capítulo 3, evidenciamos as relações existentes entre correferência e alinhamento, além de analisar mais profundamente os padrões sintáticos de cada sistema de marcação de pessoa das três línguas, tudo isso suplantado pelos dados analisados no capítulo anterior. Na primeira seção, comparam-se os modelos propostos por Jensen (1998) e Gildea (2002) para o processo de formação do sistema referencial reconstruído para o proto Tupi-Guarani e presente ainda na maioria das línguas da FTG. Na segunda seção, com base nessa comparação, propomos alguns caminhos possíveis para as alterações de alinhamento sofridas por Ap, Tb e Mb e o papel desempenhado pela correferência nesse processo.

## **Sobre o estudo das línguas Tupi-Guarani**

Esse capítulo tem por objetivo fazer um levantamento das descrições, das metodologias e dos conceitos que serviram de base para a pesquisa desta dissertação. O inventário bibliográfico selecionado ao longo do Mestrado está dividido aqui em três seções. Na primeira, salientamos algumas características tipológicas da Família Tupi-Guarani, consideradas mais relevantes para o estudo da referência de pessoa. Assim, faz-se necessário um debate mais acurado acerca do *status* de argumento dos marcadores de pessoa, da estrutura argumental envolvendo também os sintagmas nominais e os princípios e consequências das principais abordagens acerca dessa temática. A segunda seção trata das descrições e da análise tipológica que foram feitas para as línguas Apyãwa, Tupinambá e Guarani Mbyá. São abordadas também as fontes históricas das quais foram retirados os dados referentes à Língua Geral, que representam o único vestígio literário dessa língua que perdurou até a atualidade. Por fim, a última seção expõe os principais estudos tipológicos que foram realizados acerca da correferencialidade em línguas da Família Tupi-Guarani. Compõem essa seção obras de diversas escolas linguísticas, que abordam o assunto a partir de diferentes perspectivas.

### **1.1 Aspectos tipológicos das línguas Tupi-Guarani**

Os fenômenos linguísticos trabalhados nessa seção são compartilhados pelas línguas da Família Tupi-Guarani como um todo, portanto também estão presentes no Apyãwa, Tupinambá e Guarani Mbyá. São apresentadas aqui apenas as propriedades linguísticas mais relevantes para o tema, o que implica na ausência de inúmeros outros traços conhecidos da FTG. Antes de iniciarmos essa apresentação, deve-se descrever brevemente o paradigma que envolve os marcadores de pessoa nas três línguas acima. Essa descrição é necessária para fundamentar algumas das análises desse capítulo e a mesma será aprofundada no capítulo 2. Em todas as três línguas, essas formas pessoais aparecem divididas em quatro séries: uma série agentiva, que codifica os argumentos A e Sa; uma série não-agentiva, que codifica os argumentos O e So, o possuidor em nomes e o complemento de posições; uma série

correferencial, dedica exclusivamente em expressar a co-indexação entre o participante que está mapeando e o sujeito da sentença. A quarta série, chamada de Intralocutiva, não será abordada neste primeiro capítulo, portanto será tratada no capítulo seguinte.

A primeira característica compartilhada entre as línguas TG consiste em um padrão de marcação no núcleo (*head-marking*), em oposição a línguas de marcação no dependente (*dependent-marking*), aos termos de Nichols (1986). O esquema abaixo proposto por Haspelmath (2013) demonstra de forma didática a diferença entre esses dois padrões tipológicos, a partir da sentença “the mother helped the sons”:

(1) head marking

mother (F.SG) – 3SG.F.NOM-help-3SG.M.ACC – sons (M.PL)

(2) dependent marking

mother-NOM – help – sons-ACC

Ser uma família descrita como *head-marking* (Jensen, 1998) implica em alguns comportamentos sintáticos apresentados pelas línguas que a compõem. O primeiro: como não há marcação de caso argumental nos sintagmas nominais, essa função é desempenhada pelos afixos e clíticos pessoais. Nos dados abaixo, esses marcadores de pessoa são representados pelos morfemas {a-} e {xe=} (3) e {o-} (4 e 5) que indicam a natureza sintático-semântica dos participantes discursivos. No caso, os prefixos são agentivos e o clítico é não-agentivo:

(3) *kã'i-∅*                      *a-o'o*                      *xe=∅-pa-∅*

macaco-RFR                      3A-morder                      1SG.NA=R-mão-RFR                      AP

‘o macaco mordeu minha mão’ [dados]

(4) *tapi?ír-a o-só ók-a ø-kotí*

vaca-RFR<sup>10</sup> 3A-ir casa-RFR CONT-para.o.lado.de

TP

‘as vacas foram para a banda das casas’ (Figueira, 1687:124-125 *apud* Rodrigues, 1996)

(5) *jagua o-monhã*

cachorro 3.A-correr

MB

‘o cachorro correu’

Isso permite uma liberdade maior aos sintagmas nominais, o que possibilita uma ordem mais flexível dos constituintes<sup>11</sup> (Praça, 2007, p. 185; cf. Barbosa, 1956, p. 67; Martins, 2003, p. 118), como exemplificado abaixo:

Ordem dos constituintes	Apyãwa	Tupinambá	Guarani Mbyá
SVO	✓ *	✓	✓ *
SOV	✓	✓	✓ *
OVS	✓ *		✓
OSV	✓	✓	✓
VSO	✓		✓
VOS	✓	✓	✓

TABELA 1 - ORDEM DE PALAVRAS

Atrelada à ordem livre de palavras, a ocorrência dos sintagmas que desempenham função de argumento na sentença é facultativa em línguas da Família Tupi-Guarani. Isso só é possível por conta da ocorrência obrigatória dos índices pessoais, quando ela é permitida

<sup>10</sup> Rodrigues (1981) glosa o sufixo *-a* como caso argumentativo, aqui o consideramos como morfema referenciante (Praça, 2007).

<sup>11</sup> As ordens marcadas com um “\*” representam as mais frequentes em suas respectivas línguas.

dentro do contexto sintático<sup>12</sup>. Ou seja, construções como as evidenciadas em (6, 7 e 8) são consideradas sentenças completas. Esse comportamento das línguas TG, exemplificado nos dados a seguir, evidencia a importância morfofossintática desempenhada pelos marcadores de pessoa. Assim, o estudo desses morfemas é parte essencial para a compreensão do sistema referencial - tanto dêitico quanto discursivo - que vigora nessas línguas:

(6) *ã-nopỹ*

1SG.A-bater AP

‘eu bati nele’

(7) *a-só ók-iβo*

1SG.A-ir casa-LOCDF TB

‘vou pelas casas’ (Figueira, 1687:7 *apud* Rodrigues, 1996)

(8) *o-manõ*

3-morrer MB

‘ele (a) morreu’

O padrão de indexação apresentado pelos dados acima exemplifica a constatação feita por Haspelmath (2013) de que a simetria exibida nos exemplos (1) e (2) só existe quando há a ocorrência de sintagmas nominais acompanhando as “marcas” verbais. Quando esses SNs não são realizados morfologicamente, a simetria deixa de existir. Nesses casos, não se deve descrever os índices que mapeiam os participantes em línguas *head-marking* como marcas do argumento, mas sim como expressões do argumento em si (cf. Haspelmath, p. 228):

(9) dependent marking

she-NOM – help – them-ACC

<sup>12</sup> Refere-se aqui ao funcionamento da Hierarquia Referencial comum às línguas Tupi-Guarani, em que em determinados contextos, apenas um dos argumentos de verbos divalentes, A ou O, podem se realizados morfologicamente no núcleo verbal. Esse tema é explorado na seção 2.2.

(10) head marking

3SG.F.NOM-help-3PL.M.ACC

Discutimos na subseção seguinte esse comportamento morfossintático das línguas *head-marking* e a natureza argumental dos índices de pessoa.

### 1.1.1 A estrutura argumental das línguas TG e os índices de pessoa

Desde as descrições de línguas denominadas não-configuracionais (Jelinek, 1984) ou omnipredicativas (Launey, 1994), há um grande debate envolvendo a natureza e a função dos marcadores de pessoa presentes em línguas dessa categoria tipológica. Quanto à sua natureza, esses marcadores foram descritos como marcas de concordância (PRO), pronomes presos (Jelinek, 1984; Jensen, 1990, 1998) e mais recentemente foram classificados como *índices* (Haspelmath, 2013). Com relação à sua função, há linguistas que os consideram como os “verdadeiros argumentos” da sentença (Jelinek, 1984; Baker, 1996) — enquanto os sintagmas nominais que os acompanham seriam adjuntos — e há aqueles que consideram a existência de uma dupla expressão do argumento, tanto pelos marcadores pessoais quanto pelos SNs que os acompanham. Nesta subseção, detalharemos todas os pontos levantados acima acerca da natureza e função desses marcadores e como isso reflete no funcionamento sintático das línguas Apyãwa, Tupinambá e Mbyá.

Defendemos aqui, que esses marcadores de pessoa encontrados nas línguas Tupi-Guarani e em outras línguas *headmarking* devem ser descritos como uma categoria *sui generis*, da forma proposta por Haspelmath (2013). Isso porque não há evidências que justifiquem a classificação desses morfemas como uma variação de uma classe de pronomes ou de um sistema de concordância. Na literatura acerca de línguas TG (Jensen, 1990, 1998), a nomenclatura mais utilizada para esses marcadores é a de *bound-pronouns* ou *bound-person forms*. Contudo, quando o foco não é a descrição morfológica, mas sintática (apesar dessas duas esferas serem de difícil separação nessas línguas), o termo mais frequente é o de *cross-referencing* (Jensen, op. cit.; Birchall, 2015), o qual representa a nomenclatura mais utilizada nas descrições e análises funcionalistas para esse tipo de sistema referencial.

O fato é que esses marcadores de pessoa se distinguem inicialmente dos pronomes por duas características:

- (i) São formas presas morfológicamente ao termo ao qual se associam;
- (ii) Podem co-ocorrer com os sintagmas nominais correferentes a esses.

A princípio, o fator morfológico de serem presas às “palavras” parece superficial, mas é justamente esse traço que fomentou a forma como esses marcadores foram classificados e.g., pronomes presos, *bound-pronouns*, *bound-person forms*. Não que essa característica deva ser ignorada. Contudo, ao analisarmos a relação sintática entre essas formas pessoais e seus SNs correferentes, não há motivos para classificá-los como um tipo de pronome e aderirmos às categorias acima. Essas distinções se tornam mais claras quando comparamos esses marcadores de pessoa das línguas *head-marking* com pronomes prototípicos como os existentes na Língua Portuguesa. Ao comparar o exemplo abaixo com os dados (5-7) percebe-se que os pronomes do Português não admitem a co-ocorrência de um sintagma nominal correferente a eles na mesma sentença (11a e 12a), a não ser que ele corresponda a um SN deslocado extra-sentencial (11b e 12 b):

- (11) a) \***Ele menino** correu
- b) Ele, o menino correu
- (12) a) \*Ela comprou-**o** um **carro**
- b) Ela comprou-o, um carro

Quando comparados aos exemplos (3-5), os dados acima evidenciam que os marcadores de pessoa das línguas TG apresentam comportamento sintático distinto dos pronomes, portanto não há por que classificá-los dentro dessa categoria. É evidente também que o fator forma livre/forma presa não é o principal critério a ser utilizado na descrição desses morfemas. Aliás, essa relação entre o marcador de pessoa e os SNs é uma questão fundamental na discussão acerca do caráter argumental desses morfemas. Mas neste

momento, devemos finalizar essa primeira parte da seção argumentando o porquê de as formas pessoais das línguas Tupi-Guarani não comporem, por sua vez, um mecanismo de concordância (*agreement*).

Haspelmath (2013) diferencia os marcadores de pessoa dos morfemas de concordância pelo fato dos primeiros não exigirem obrigatoriamente um controlador (PRO)<sup>13</sup>, elemento necessário para a existência de uma relação concordante entre o argumento e a marca de pessoa. Essa distinção sintática é essencial, já que neste caso, ambos morfemas são presos morfológicamente. Para ilustrar as diferenças entre os dois tipos de construção, comparamos dados da Língua Portuguesa, que apresenta um sistema de concordância canônico (13), e da língua Apyãwa (14):

(13) [eu] Fui a Belém

(14) *kã'ã-pe rãka ã'ẽ=ga-ø are=ø-nopỹ*

mata-LOC PAS.REC DEM=SG-RFR 1EXCL.NA-R-bater

‘ontem na mata ele nos bateu’

A construção em português prevê a existência de um pronome *eu*, na função de sujeito, que controla o sufixo da marca de pessoa no núcleo verbal *fui*. Isso em razão da Língua Portuguesa apresentar um padrão nominativo-acusativo muito direto, que restringe a marca de concordância em verbos divalentes ao argumento A apenas. Por outro lado, na construção em Apyãwa, somente o argumento O é marcado no verbo, enquanto o argumento A é expresso por meio de um demonstrativo. Como nessas línguas ambos os argumentos A e O podem ser marcados no núcleo verbal, e opcionalmente, também serem expressos por meio de sintagmas livres, não há evidências para a existência de um controlador não realizado morfológicamente como há para o Português. Haspelmath (2013, pg. 222) argumenta que defender isso seria impor um padrão sintático característico de línguas indo-europeias às línguas que não compartilham desse padrão. Acreditamos ainda que isso seria descrever uma

---

<sup>13</sup> Com exceção dos raros índices gramaticais (*gramm-indexes*), que exigem obrigatoriamente a co-ocorrência de um conominal com o índice de pessoa. Esses SNs são considerados controladores que estabelecem concordância. (cf. Haspelmath, 2013, p. 218-129).

língua *head-marking*, a partir de modelos utilizados para línguas *dependent-marking*. Assim, não há motivos para classificar os marcadores de pessoa das línguas Tupi-Guarani, como formas pronominais ou de concordância, mas sim como uma categoria única de morfemas denominados *índices* ou *índices pessoais*, termo utilizado por Haspelmath (2013) e adotado por nós.

Adotar o termo *índice* também remete à função de indexar os argumentos da construção desempenhada por esses marcadores pessoais. Dizer que um argumento é indexado por meio dos marcadores de pessoa significa o mesmo que *cross-referenced* ou *referência cruzada* (cf. Haspelmath, 2013). No entanto, a natureza argumental dos índices pessoais é aberta a outras interpretações, o que proporcionou certo debate entre linguistas do mundo inteiro. Três perspectivas são mais difundidas e serão analisadas aqui: i) a de que os índices seriam os argumentos da construção, enquanto os sintagmas nominais desempenhariam a função de adjunto; ii) quando o SN está presente, os índices funcionam como marcas de concordância, mas no momento em que ocorrem sozinhos, os índices seriam pronomes em função argumental; iii) ambos índices e SNs são a expressão gramatical de um mesmo elemento linguístico, o argumento.

Percebe-se que nos estudos acerca do caráter argumental dos índices de pessoa, o papel dos sintagmas nominais que os acompanham é essencial. É com base na relação sintática entre esses dois elementos, que os linguistas construíram seus argumentos em defesa das perspectivas elencadas acima. Assim, os SNs correferentes aos índices pessoais serão chamados por nós de *conominais*, termo adotado por Haspelmath (2013) e aderido aqui por entender-se ser o mais neutro com relação à sua natureza argumental.

Há um grupo de linguistas — composto por Jelinek (1984), Hale (1986), Dik (1997), entre outros — que defendeu o *status* de argumento dos marcadores de pessoa e o de adjunto, remetido aos conominais. O principal argumento utilizado nessa visão refere-se ao fato dos sintagmas nominais serem opcionais dentro da construção, enquanto os índices são obrigatórios. Um termo designado posteriormente para denominar os sintagmas em tais construções foi o de *adjuntos correferenciais*, proposto por Queixalós (Cruz & Magalhães & Praça, 2019). Outros critérios elencados em defesa dessa perspectiva são: i) uma ordem mais flexível dos constituintes; ii) a ausência de marcação (*flagging*) nos Sintagmas Nominais.

Como foi evidenciado na primeira seção deste capítulo (exemplos 3-8), todas essas três características estão presentes no Apyãwa, Tupinambá e Mbyá.

Não à toa, ao tratar de quatro línguas Tupi-Guarani - Apyãwa, Tupinambá, Guajá e Nheengatu -, um artigo recente apresentou argumentos de que os índices de pessoa seriam os verdadeiros argumentos nessas línguas (cf. Cruz & Magalhães & Praça, 2019). Apesar da força dessa perspectiva, alguns linguistas são contrários a ela. Anna Siewierska (2001, p. 217) atacou o *status* de argumento dos índices pessoais, ao defender que o fato dos conominais serem opcionais seria apenas um fator necessário, mas não suficiente para descrever os índices como “verdadeiros” argumentos da construção. A pesquisadora ainda argumenta que os critérios mais utilizados por aqueles que defendem a natureza argumental dos índices pessoais, na verdade são traços comuns às línguas *head-marking* e.g. SNs opcionais, ordem livre de constituintes, ausência de *flagging* (cf. Siewierska, 2001, p. 217).

Por outro lado, esses mesmos traços podem ser vistos como uma consequência de estruturas argumentais distintas, encontradas nos padrões *head-marking* e *dependent-marking*. No primeiro há a indexação dos argumentos nos núcleos (*argument-indexing*), enquanto no segundo, encontra-se um mecanismo de marcações morfológicas diretamente no argumento (*argument-flagging*) (cf. Haspelmath, 2013). Apesar de Haspelmath não deixar isto explícito em seu trabalho, para nós, a faculdade dos conominais tem como principal impacto, a classificação dos índices existentes em uma língua i.e. se for proibida a coocorrência de índices e conominais, temos *pro-indexes*; quando a co-ocorrência é obrigatória temos *gramm-indexes*, e nos casos em que a co-ocorrência é facultativa temos *cross-indexes* (caso das línguas estudadas nesta dissertação). Dessa forma, não nos parece viável utilizar a faculdade de expressão dos conominais em defesa do caráter argumental dos índices pessoais, muito menos utilizá-la como argumento principal.

Em alternativa à perspectiva argumento/adjunto, há uma visão que descreve os índices pessoais como marcas de concordância quando juntos dos conominais, sendo esses os argumentos da construção. Nos casos em que os conominais estão ausentes, os índices desempenhariam a função de argumento. Esta perspectiva foi defendida por Siewierska e denominada por ela *concordância ambígua* (cf. Siewierska, 2001). Outros linguistas também a adotaram, como Van Valin & La Polla (1997) e Van Valin (2005).

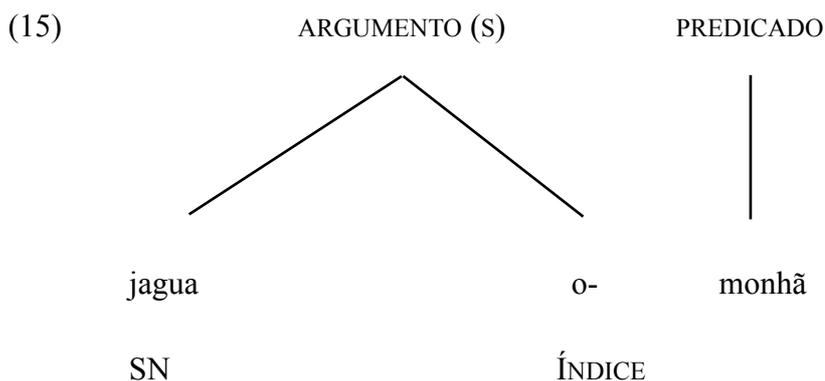
O problema desta perspectiva é que ela impõe o conceito de pronome e de concordância para construções que não apresentam evidência de nenhum deles. Como foi dito anteriormente, os índices pessoais são morfemas singulares e compõem uma classe *sui generis*. Da mesma forma, as relações sintáticas entre esses índices e seus conominais devem se basear em evidências independentes de outros conceitos, algo que não é feito pelos que defendem a *concordância ambígua* (cf. Haspelmath, 2013). Em outras palavras, acreditamos que essa perspectiva transporta conceitos e comportamentos encontrados em línguas modernas — pronomes, concordância, PRO — para línguas que não apresentam as mesmas configurações e nem apresentam evidências para uma descrição baseada em parâmetros canônicos.

Mais recentemente, houve uma nova proposta de explicação da estrutura argumental das construções compostas por índices pessoais e conominais. Nela, ambos índices e sintagmas nominais são descritos como expressões do argumento na sentença, ou seja, há uma dupla expressão de um mesmo elemento gramatical. Essa perspectiva é defendida nos trabalhos de Dixon (2010), Schultze-Berndt (2011), Kibrik (2011) e Haspelmath (2013). Apesar de ferir um dos princípios da corrente “lexicalista” (Fillmore, 1967), o de que o argumento só pode ser expresso uma única vez dentro da sentença, não há nada que impeça uma mudança de parâmetros quanto a essa “lei” (cf. Haspelmath, 2013).

Cada um dos linguistas que defendem a perspectiva da *dupla expressão*, o fazem por caminhos distintos. Dixon (2010) por exemplo, faz um apelo a decisões que devem ser tomadas por pesquisadores(as) ao analisar os dados linguísticos, isso em seu manual *Basic linguistic theory, Vol. 1*. Para Dixon, não se deve tentar analisar a estrutura superficial de uma língua, o importante para um linguista é compreender a gramática que está por baixo dessa superfície (cf. Dixon, 2010, p. 40). Logo, não seria produtivo questionar qual a “verdadeira” expressão do argumento em línguas como o Apyãwa, Tupinambá e Mbyá, ou seja, se os argumentos seriam representados pelos índices pessoais ou pelos conominais.

Ao analisar uma construção intransitiva em Tiwi - língua que também apresenta marcação de pessoa por meio de índices - Dixon propõe que há nesse caso, uma expressão descontínua do sujeito, ou seja, que o argumento é mapeado na estrutura superficial da língua, tanto pelo índice, quanto pelo sintagma nominal. O critério, para a realização ou não do

conominal, seria a necessidade de especificação do argumento sentida pelo falante. Caso essa necessidade seja mínima, apenas o índice pessoal é utilizado na construção, a ocorrência dos SNs se restringiria a ocasiões em que a especificação do argumento seja necessária (cf. Dixon, 2010, p. 40). Essa abordagem proposta por Dixon nos parece contundente e aplicável aos dados das línguas estudadas nesta dissertação, como exemplificado com o dado (5) do Mbyá:



(adaptação do esquema de Dixon, 2010, p. 40)

Outra perspectiva em defesa da dupla expressão do argumento parte do princípio de que as estruturas argumentais existem independentemente da valência dos constituintes, logo as relações são construídas entre os papéis semânticos dos participantes e seus correspondentes formais na estrutura argumental. Esse princípio, defendido por alguns proponentes da Gramática de Construções (Goldberg, 1995, 2005), foi retomado por Schultze-Berndt (2011), para uma análise da estrutura argumental do Jaminjung. Com base na *Radical Construction Grammar*, proposta por Croft (2001), a linguista conclui que um único participante semântico pode ser realizado por mais de uma expressão argumental na sentença. Isso significa que índices pessoais e conominais podem ser expressões de um mesmo participante semântico dentro do predicado (cf. Schultze-Berndt, 2011). Dessa forma, não há necessidade de estabelecer um *status* de adjunto para os sintagmas nominais, nem de classificar os índices como “verdadeiros” argumentos da sentença.

Nesta abordagem, a sentença do exemplo (1) seria dividida em três construções: i) uma que envolve o SN na função de argumento A e o núcleo verbal; ii) uma que engloba o SN em função de O e o núcleo verbal iii) e uma última que mapeia os papéis semânticos dos dois participantes no núcleo verbal, por meio dos índices pessoais. Assim, é possível que ambos

índices e conominais expressem o argumento pelo fato de eles ocuparem a vaga argumental de construções distintas. Nessa análise não há necessidade de se estabelecer uma relação de concordância entre o conominal e o índice pessoal, como foi proposto na perspectiva da *concordância ambígua*, isso porque a relação entre esses dois elementos seria indireta e baseada no fato de que ambos podem representar o mesmo participante semântico (cf. Schultze-Berndt, 2011).

Essa visão que parte da Gramática de Construções nos parece ser a mais elaborada para se defender a dupla expressão do argumento em línguas como as estudadas aqui. As conclusões de Dixon são igualmente frutíferas, mas o fato do tema ser citado em pouco mais de uma página de seu extenso manual, não permitiu uma análise mais profunda por parte do linguista, que não define qual seria o tipo de relação existente entre índices pessoais e conominais. As vantagens da abordagem proposta por Schultze-Berndt podem ser resumidas da seguinte forma:

- Considera o fato — há muito reconhecido pela tipologia — de que a indexação pronominal e a marcação de caso são estruturalmente e semanticamente distintas, e se gramaticalizaram a partir de fontes diferentes.

- Considera a existência de graus na gramaticalização dos índices pronominais [...] sem a necessidade de fazer mudanças radicais em seu *status*, em algum estágio do *continuum* de gramaticalização.

- Leva em consideração as inúmeras incompatibilidades existentes entre SNs argumentais e os índices pessoais, em estudos particulares de cada língua.

(Schultze-Berndt, 2011).

Com o surgimento de novas análises tipológicas, como as que compõem a perspectiva da dupla expressão, encontram-se poucos motivos para se debater o caráter argumental de índices pessoais e de conominais em línguas *head-marking*. Seja por um viés didático, como a explicação proposta por Dixon (2010); ou pela utilização de modelos teóricos mais recentes

como Schultze-Berndt (2011) fez ao se basear na Gramática de Construções; ou até por uma comparação entre as diferentes abordagens diferentes em que se escolhe a menos problemática como fez Haspelmath (2013). Uma das importantes consequências da dupla marcação é quebrar com os princípios lexicalistas de que o argumento só pode ser realizado uma vez na construção. Nesta dissertação, endossamos essa nova perspectiva. Para as análises presentes nos capítulos seguintes acerca do sistema referencial do Apyãwa, Tupinambá e Mbyá, tanto os índices pessoais quanto os conominais são descritos como expressões do argumento.

## **1.2 Estudos acerca do Apyãwa e do Tupinambá**

### **1.2.1 Descrição do Apyãwa**

A primeira descrição<sup>14</sup> da língua Apyãwa foi escrita pela linguista Yonne Leite, obra denominada *Aspectos da fonologia e morfofonologia no Tapirapé* (1977). Esse trabalho, de cunho estruturalista, teve por intenção uma descrição formal da língua. Seis anos depois do artigo escrito por Leite, um trabalho em conjunto entre Antônio Almeida, as Irmãzinhas de Jesus e Luíz Gouvêa de Paula resultou no livro *A língua Tapirapé* (1983). A obra constitui-se de uma gramática de caráter formalista do Apyãwa e expande as análises feitas anteriormente para os campos da morfologia e da sintaxe.

Em 1990, Leite lança o primeiro trabalho de cunho tipológico para a língua Tapirapé, um artigo intitulado *Para uma tipologia ativa do Tapirapé: os clíticos referenciais de pessoa*. Esse estudo serviu de importante auxílio para esta dissertação, pelo fato de a linguista abordar o comportamento semântico-sintático do sistema referencial do Apyãwa. Foi a partir desse artigo, que o debate acerca da organização dos marcadores de pessoa e seus alinhamentos, e o funcionamento da correferência nessa língua puderam ser levantados.

Apesar da relevância do artigo de Leite (op. cit.), o estudo da língua Tapirapé, por meio de uma perspectiva tipológica funcionalista, só iria se concretizar com a tese *Morfossintaxe da língua Tapirapé* escrita por Praça (2007). A linguista expandiu a descrição tipológica do Apyãwa para sua morfossintaxe como um todo. Como funcionalista, Praça

---

<sup>14</sup> Os primeiros estudos feitos acerca da língua Tapirapé iniciaram-se com a ida do casal de Paula, Luíz Gouvêa de Paula e Eunice Dias de Paula, à comunidade Tapirapé a pedido do Bispo Dom Pedro Casaldaliga (De Paula, 2012).

analisa cada aspecto do comportamento morfossintático da língua Tapirapé, levando em conta sua função, tanto no discurso como na gramática. Além disso, é nesse trabalho que se encontra a descrição mais detalhada dos prefixos correferenciais e sua produtividade dentro das construções gramaticais nessa língua.

Outro trabalho que aprofunda o conhecimento acerca do Apyãwa é a tese de doutorado de Eunice Dias de Paula, *Eventos de fala entre os Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da Etnossintaxe: singularidades em textos orais e escritos* (2012). Apesar de não ser uma obra de cunho tipológico funcional, o estudo contribui para o entendimento de como se dão as relações entre língua e cultura de um povo.

Algumas contribuições linguísticas sobre o Apyãwa (Tapirapé) não foram utilizadas como principais referências nesta dissertação - seja por quesito metodológico, temático, ou ambos - e devem ser citadas: *De homens, árvores e sapos: forma, espaço e tempo em Tapirapé e A nasalidade vocálica em Tapirapé* (Leite, 1998, 2003); *Saudações Tapirapé: expressões do Tekateka* (De Paula, 2009); *A expressão gramatical da polidez em Tapirapé* (Praça & Vicente, 2010); *A dupla oposição nome/verbo e argumento/predicado em Tapirapé* (Praça, 2008).

Percebe-se que apesar de não ser muito vasta, a bibliografia que comporta os estudos linguísticos sobre a língua Apyãwa é diversificada. Há trabalhos que exploram a descrição gramatical da língua em seus âmbitos fonológicos, morfológicos e sintáticos, que estudam a língua em seu diálogo com a cultura, que analisam o contato linguístico com outros povos, entre outros. Dentro desse inventário de pesquisas, a proposta desta dissertação é contribuir com uma análise mais profunda da correferencialidade na língua Tapirapé, evidenciando seu papel no sistema referencial de pessoa, para os alinhamentos sintáticos e relações gramaticais.

### **1.2.2 Descrição e fontes históricas do Tupinambá**

O fato do Tupinambá não ser uma língua de uso social atualmente faz com que a sua descrição seja realizada de maneira distinta da que se viu para o Apyãwa. Os únicos dados linguísticos disponíveis para análise estão reunidos em obras de catecismo, gramáticas e vocabulários produzidas nos séculos XVI e XVII. O objetivo desta seção é sintetizar as fontes históricas e as principais descrições dessa língua. Ela encontra-se dividida em duas partes: a

primeira aborda as obras que forneceram os dados para a pesquisa; a segunda faz um balanço bibliográfico que trata das descrições linguísticas do Tupinambá.

### **1.2.2.1 Fontes históricas**

As obras de caráter literário produzidas em Tupinambá, que perpetuaram pelo tempo, foram escritas em sua maioria pelo Padre José de Anchieta durante o século XVI. O principal objetivo desses textos era catequizar os Tupinambá e convertê-los à religião católica. Dessa forma, o *corpus* do qual os dados nessa língua foram retirados é composto por: *Poemas: lírica portuguesa e Tupi* (2004), obra em que Eduardo de Navarro compila uma série de poemas compostos por Anchieta; de *Teatro* (2006), livro também compilado por Navarro, que junta diversos poemas escritos pelo padre; e *Teatro de Anchieta* (1977 [século XVI]). A escolha das fontes primárias para a coleta de dados baseou-se na quantidade de informações descritivas encontradas em seu conteúdo. As obras compiladas por Navarro apresentam segmentações morfológicas no texto e a gramática de Anchieta descreve detalhadamente, em categorias, a língua Tupinambá.

Além da contribuição de Anchieta, há também um catecismo produzido pelo padre Antônio de Araújo e publicado no século XVII, *Catecismo na língua brasílica* (1952 [1618]). Fora as obras de caráter literário, foi utilizado como auxílio lexical o *Pequeno vocabulário Português-Tupi* do Padre Antônio Lemos Barbosa (1970).

Percebe-se que as fontes em língua Tupinambá que perduraram apresentam sempre temática religiosa, muito por conta das motivações missionárias que marcaram o contexto da época. Obras de natureza tão restrita limitam a compreensão da língua e do povo em sua totalidade. No entanto, pesquisas atuais sobre o Tupinambá só são possíveis por conta dos esforços dedicados no passado, que resultaram nesses escritos.

### **1.2.2.2 Descrições da língua Tupinambá**

O balanço das fontes históricas em Tupinambá, feito acima, evidencia os empecilhos para o estudo tipológico dessa língua: a impossibilidade de contato com os falantes e a temática restrita das obras. Esse problema toma maior grau quando visamos estudos

tipológicos de cunho funcionalista, pelo fato dessa abordagem tratar a linguagem com base em um diálogo entre o uso, a forma e suas funções.

José de Anchieta é novamente pioneiro nesse quesito, ao escrever a primeira descrição dessa língua, obra intitulada *Artes de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1990 [1595]). O padre descreve os traços ortográficos, fonológicos, morfológicos e lexicais do Tupinambá. Anchieta expõe o funcionamento das classes de palavras e chega a explicar certos comportamentos dos predicados verbais.

Apesar da enorme contribuição feita pela gramática de Anchieta, o primeiro linguista de formação a se debruçar na descrição dessa língua antiga foi Aryon Rodrigues. São inúmeros os trabalhos produzidos pelo autor acerca do Tupinambá (1951, 1953, 1981, 1996). Ressalta-se que boa parte dos estudos realizados pelo linguista apresentam caráter estruturalista, tanto por conta da falta de contato com os falantes quanto pela força dessa escola linguística à época.

Em 1953, Rodrigues publica o primeiro trabalho linguístico a respeito do Tupinambá, *Morfologia do verbo Tupi*. O artigo tem por objetivo detalhar o comportamento morfológico dos itens verbais nos mais diferentes contextos gramaticais. Contudo, o próprio autor é transparente ao evidenciar que há lacunas e controvérsias quanto a algumas definições presentes no texto. Ainda reforça que a natureza do trabalho é semelhante ao modelo de gramática tradicional (Rodrigues, 1953). Apesar dessas ressalvas, o artigo serviu de referência para esta dissertação ao explicar, mesmo que brevemente, o comportamento dos marcadores de pessoa nas construções verbais. Principalmente ao apontar a marcação de pessoa nos predicados divalentes no “gerúndio”.

O segundo trabalho de Rodrigues que deu suporte para as análises comparativas feitas no capítulo 2 é o *Estrutura do Tupinambá* (1981). Apesar da data de publicação, o artigo é fruto de uma coleta de dados feita durante os anos de 1955 e 1959. A obra representa a faceta morfológica de uma trilogia que o linguista pretendia escrever sobre o Tupinambá, as outras partes corresponderiam à fonologia e à sintaxe da língua. (Rodrigues 1981, pg.1). Infelizmente, Rodrigues nunca publicou o estudo acerca da sintaxe aos moldes do artigo de 1981. Todavia, as análises encontradas em sua pesquisa, que remetem ao comportamento dos

verbos e dos marcadores de pessoa, foram a principal referência para a seção 2.4 dessa dissertação.

Outros estudos feitos por Rodrigues que foram utilizados por nós, mas representaram menor contribuição para a inspeção são: *Argumento e Predicado em Tupinambá* (1996) e *Alguns problemas em torno da categoria lexical verbo em línguas Tupi-Guarani* (2001). Apesar de não constituírem o foco de análise proposto nesta dissertação, ambos artigos proveram alguns dos dados estudados por nós.

Percebe-se que, a despeito das descrições existentes para o Tupinambá abordarem diversos aspectos da língua, há uma lacuna de estudos acerca de seu comportamento sintático. Os trabalhos que se debruçaram nessa empreitada, o fazem no intuito de comparar o Tupinambá com outras línguas Tupi-Guarani, caso do artigo de Jensen (1990), que será abordado na seção seguinte. O propósito desta dissertação não é tentar preencher essa lacuna, mas ao menos reunir as descrições da marcação de pessoa e organizá-las a partir de critérios tipológicos e funcionalistas mais atuais que aqueles encontrados na literatura disponível acerca dessa língua.

### **1.2.3 Bibliografia sobre o Guarani Mbyá**

Os Mbyá encontram-se distribuídos em uma vasta região da América do Sul, há comunidades na Argentina, Brasil e Paraguai. De acordo com Martins, o povo Mbyá é conhecido pela valorização que dão a sua cultura e as suas tradições. Esse exercício de conservação cultural inclui a sua língua e é veiculado por meio dela.

Nesta seção, propomos um balanço das contribuições linguísticas existentes para a língua Mbyá. Os trabalhos mais antigos já foram muito bem elencados por Marci Martins, em sua tese de doutorado (cf. Martins, 2003). Por isso, focaremos aqui, em estudos mais recentes ou que não foram abordados pela linguista.

Fora do âmbito da Tipologia Linguística existem alguns trabalhos mais antigos de cunho antropológico, como os de Schaden (1963) e Cadogan (1960). No primeiro, há uma análise do autor acerca de alguns traços mais específicos da cultura Mbyá, como as relações feitas por eles entre terra e religião, nascimento de gêmeos, ritos de passagem para a

puberdade, entre outras características. Já o estudo de Cadogan, toma mais a forma de uma carta introdutória ao povo Mbyá, há nele um pouco da origem desse povo, sua distribuição geográfica, a importância da agricultura, informações sobre sua música, literatura e trabalhos manuais, entre outros aspectos.

Há ainda, fora do escopo da análise gramatical, uma tese escrita por Luiz Borges (1998), que trata dos mitos Mbyá como discurso fundador desse povo. A partir de uma análise de narrativas, com base em textos escritos pelos Mbyá, a intenção do autor é entender como se dá a construção do mito no discurso e mais ainda, determinar a relação existente entre a fundação mítica e a formação do imaginário desse povo.

Quanto aos estudos tipológicos, à época da publicação de sua tese, Marci Martins expôs a escassez de trabalhos em morfossintaxe Mbyá (Dooley, 1982, 1989, 1991, 1992; Martins 1996). Dentre esses estudos, o proposto por Dooley (1989) acerca de um sistema *switch reference* existente no Mbyá foi o mais relevante para nossa dissertação. Martins também relata a inexistência de uma gramática mais robusta para o Guarani Mbyá. Inclusive, em nossas buscas, a gramática mais completa encontrada para essa língua guarani, foi justamente a tese escrita por Martins, o que evidencia uma persistente lacuna em trabalhos que lidem com essa tarefa.

O número de estudos morfossintáticos acerca da língua Mbyá multiplicou-se desde a tese de Martins em 2003. Contudo, em terras tupiniquins, a maior parte dos trabalhos focaram nos aspectos culturais do povo e, no campo linguístico, a área mais desenvolvida foi a da fonética e fonologia. O artigo de Daniel Pierri (2013), de viés antropológico social, estuda a percepção do povo Mbyá acerca da destruição do mundo, isso a partir da sua cosmologia, que é entrelaçada por seu espaço de experiência e a exploração dos recursos naturais da região. Os estudos no campo da fonética e fonologia foram escritos pela própria Martins (2006) e por Ivana Ivo (2014). O primeiro corresponde a um artigo focado na fonologia prosódica. Já o segundo, refere-se a uma dissertação de mestrado, cujo tema remete à descrição acústica de fonemas considerados na literatura como fricativos.

Os trabalhos que tratam da morfologia e da sintaxe da língua Mbyá são expressivamente produzidos por linguistas estrangeiros. Novamente citamos Robert Dooley, em um capítulo escrito em 2010, acerca do comportamento quanto ao sistema de *clause*

*chaining*. Todos os outros estudos foram escritos pelo linguista Guillaume Thomas. Nesse acervo, encontramos trabalhos sobre a marcação de tempo e uma proposta de uma teoria de implicação temporal para o Mbyá (2012); a variação da ordem de palavras (Thomas & Kiss, 2019); a criação de um *treebank* de Dependências Universais (UD) para o Mbyá, de modo a facilitar a comparação tipológica entre ele e outras línguas (2019); a distribuição e interpretação do sufixo temporal *-kue*, tanto contíguos ao sintagma, quanto ao nível oracional (2014).

Em suma, a pluralidade e quantidade de trabalhos escritos acerca da língua e do povo Mbyá vem crescendo ao longo das duas últimas décadas. Desde a publicação da tese de Martins, obra que mais foi explorada por nós, as análises sobre morfossintaxe se diversificaram e hoje há estudos que descrevem inúmeros traços da gramática dessa língua. Ainda assim, os mecanismos de referência exercidos pelos marcadores de pessoa pouco foram explorados na literatura e ficam restritos aos trabalhos escritos por Dooley e a algumas seções da tese de Martins. No entanto, importantes estudos comparativos acerca desse assunto foram realizados no âmbito da Família Tupi-Guarani, os quais incluem breves análises para a língua Mbyá. Esses trabalhos comparativos são tema da subseção a seguir.

### **1.3 O estudo da correferência dentro da Família Tupi-Guarani**

Diversas descrições mais robustas acerca das línguas Tupi-Guarani abrangem alguma forma de análise a respeito da correferência gramaticalizada e suas implicações morfossintáticas. Algumas dessas obras foram citadas na seção anterior (Rodrigues, 1981; Martins, 2003; Praça, 2007) e não serão aprofundadas aqui. Cabe a esta parte da dissertação debater as obras que estudaram em específico o fenômeno da correferencialidade na FTG, seja em caráter comparativo, seja no âmbito particular de determinada língua.

Precursos nesse tema, ao se tratar de línguas Tupi-Guarani, são os trabalhos comparativos escritos por Cherry Jensen. A linguista publicou, em 1998, um artigo no qual propõe uma comparação entre as línguas TG, quanto ao comportamento sintático dos clíticos pessoais e prefixos correferenciais. Jensen analisa detalhadamente em quais contextos a correferência é realizada morfologicamente, de acordo com diferentes construções e classifica as línguas Tupi-Guarani de acordo com a produtividade dessa ocorrência. A partir desse critério, a linguista propõe quatro estágios: línguas que possuem um sistema correferencial

máximo, línguas que estão em processo de transição, línguas que possuem um sistema mínimo, e línguas nas quais a correferência gramaticalizada é inexistente.

No entanto, essa classificação não se restringe à produtividade dos prefixos correferenciais. Jensen assume que os diferentes estágios também refletem o grau de proximidade entre a língua e o proto Tupi-Guarani i.e. quanto maior a ocorrência gramatical da correferência, mais estreita a relação da língua com o proto TG. Isso se deve a dois fatores: i) a série de prefixos correferenciais é completamente reconstruível e teria existido integralmente no proto-Tupi-Guarani; ii) o fato dos prefixos correferenciais só ocuparem a mesma vaga que os clíticos absolutivos. Esse último fator leva Jensen a concluir que a produtividade da correferência está diretamente relacionada ao grau de ergatividade i.e. conforme o padrão ergativo enfraquece, a possibilidade de realização da série correferencial é restringida. Assim, é estabelecida nesse estudo, uma relação tipológica entre o fenômeno da correferência e os padrões sintáticos de alinhamento (cf. Jensen, 1998).

O que pode ter facilitado essa análise inédita por parte da Jensen é o fato de ela ter se debruçado desde seus primeiros estudos a análises de viés diacrônico. Sua dissertação de mestrado - *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi* (1984) - já abordava a descrição de línguas Tupi-Guarani a partir da Linguística Histórica. Em 1990, a linguista publicou um importantíssimo estudo acerca do processo de mudanças pelos quais os sistemas de referência pessoal (*cross-referencing*) de algumas línguas TG estavam e estão passando. Nesse estudo, Jensen encontra um certo padrão nas mudanças ocorridas na indexação de pessoa, e por consequência, no alinhamento sintático das línguas Tupi-Guarani. Os padrões de marcação pessoal presentes inicialmente nas construções independentes - ativo-estativo para predicados monovalentes e com base em uma Hierarquia Referencial para predicados divalentes - foram estendidos às construções dependentes, inicialmente absolutivas, em diferente grau a depender da língua.

Para que esta relação entre erosão ergativa e produtividade morfossintática da correferência seja válida, é necessário que em estágios mais antigos, essas línguas tenham apresentado um padrão ergativo bastante sólido. Esse é o caso da reconstrução feita para o proto Tupi-Guarani por Jensen (1998). No entanto, existem duas outras reconstruções propostas para os índices pessoais do proto TG: uma consiste na tese de doutorado do

linguista Charles Schleicher (1998) e a outra em um trabalho escrito por Spike Gildea (2002) para o I Encontro Internacional do GTLI da ANPOLL. Cabe aqui, apenas uma breve exposição do conteúdo dessas duas obras, as análises diacrônicas feitas para os marcadores de pessoa serão aprofundadas no capítulo 3 desta dissertação.

A tese escrita por Schleicher possui uma seção dedicada à reconstrução dos índices pessoais, que se inicia com uma comparação das séries de marcadores de pessoa entre as línguas Tupi-Guarani. Há uma divergência entre o autor e Jensen, quanto ao alinhamento das formas pessoais reconstruídas para o proto TG. Enquanto Jensen considera o sistema referencial dessas línguas como ergativo-absolutivo, Schleicher distingue as séries pessoais entre os casos nominativos e acusativos. Neste momento, cabe ressaltar que essa distinção implica em análises diferentes quanto à produtividade e ao comportamento da correferência e do sistema referencial como um todo das línguas que são objeto desta dissertação.

Gildea também revisitou a reconstrução feita por Jensen e discordou da linguista quanto aos índices absolutivos serem os mais antigos dentro da Família Tupi-Guarani. Por critérios baseados na teoria da Gramática de Construção, Gildea defende que os prefixos nominativos teriam sido os primeiros morfemas pessoais a se gramaticalizarem. Logo, há como resultado de sua reconstrução, a evidência de um estágio nominativo-acusativo anterior à fase ergativa proposta por Jensen para o proto TG. Aqui novamente, há implicações tipológicas para a análise da correferência e dos processos diacrônicos que envolvem o sistema referencial das línguas Tupi-Guarani.

Este breve balanço bibliográfico, proposto por nós, tem o propósito de evidenciar os espaços a serem explorados nos estudos acerca da correferencialidade e do comportamento morfossintático dos índices pessoais dentro da FTG. Os dois capítulos a seguir são destinados a analisar com mais detalhes os dados provenientes das três línguas escolhidas por nós, além de intentar demonstrar como esses dados podem se relacionar com as diferentes reconstruções existentes para as formas pessoais dessa família linguística.

## Revisitando a (cor)referencialidade

A partir de uma abordagem tipológica funcional, analisamos neste capítulo o sistema referencial das línguas Apyãwa, Tupinambá e Guarani Mbyá. Essas três línguas foram escolhidas pelo fato de apresentarem sistemas referenciais diversos, de acordo com a classificação proposta por Jensen em seus trabalhos comparativos (1990, 1998). A marcação de pessoa no Apyãwa e no Tupinambá se comportam como a maioria das línguas Tupi-Guarani, ou seja, elas têm suas construções independentes marcadas com base em uma cisão intransitiva com verbos monovalentes e com base na Hierarquia Referencial para predicados divalentes, enquanto as construções dependentes apresentam uma marcação de pessoa ergativa, por só codificarem os argumentos S ou O. Por sua vez, o sistema referencial do Mbyá passou por um processo de transformação, que estendeu a marcação de pessoa dos predicados independentes para os dependentes (cf. Jensen, 1990). Quanto à correferência, Jensen repartiu as línguas Tupi-guarani em grupos de acordo com a sua produtividade morfológica. Do mais produtivo ao menos produtivo, o Apyãwa possui um sistema *máximo*, o Tupinambá um sistema de *transição* e o Mbyá um sistema *mínimo* (cf. Jensen, 1998).

Se as línguas são vistas como organismos em constante mutação, cabe ao sistema de referência de pessoa o protagonismo em bombear vida às relações entre os participantes dentro do discurso linguístico. Aqui serão analisados os componentes que integram esse sistema em cada uma das três línguas: os índices pessoais; a marcação de pessoa em construções independentes e a Hierarquia Referencial (HR); e a marcação de pessoa em construções dependentes e correferência.

### 2.1. Sistema dos índices de pessoa

No capítulo anterior, argumentamos como os índices pessoais, em conjunto com seus conominais, desempenham a função de argumento em línguas *head-marking*, como as estudadas aqui. Pelas configurações existentes nessas línguas, a importância sintática desses índices na codificação dos participantes é ressaltada em comparação a de outras categorias como sintagmas nominais e pronomes livres. Isso significa que o sistema de referência,

composto pelas formas pessoais, desempenha um papel essencial no discurso e na comunicação dos falantes Apyãwa, Tupinambá e Mbyá. Nesta primeira subseção, serão analisadas a disposição e a produtividade desses índices pessoais, em cada uma das três línguas i.e. em quais construções ocorrem e quais argumentos são mapeados por cada série. Esse tipo de sistema não é incomum dentro da família Tupi-Guarani e existem alguns estudos que tratam dessa temática (Leite, 1990; Jensen, 1990, 1998; Birchall 2015).

### 2.1.1 Apyãwa

O sistema de referência de pessoa no Apyãwa é desempenhado por prefixos e clíticos que são divididos em quatro séries. A função desses morfemas é codificar na sentença os participantes envolvidos nos eventos de fala. A tabela abaixo representa as séries pessoais da língua Tapirapé, como foi descrita em Praça (2007):

Pessoa	Série Agentiva	Série Não-Agentiva	Série Correferencial	Série Intralocutiva
1SG	ã-	xe	we- ~ wex-	
1EXC	xi-	xane	xere- ~ xerex-	
1INCL	ara-	are	ara- ~ arax-	
2SG	ere-	ne	e- ~ ex-	ara-
2PL	pe-	pe	pexe- ~ pexex-	ãpa-
3	a-	i- ~ ø- ~ t- ~ h-	o- ~ w-	

TABELA 2 - ÍNDICES PESSOAIS DO APYÃWA

Usualmente, as séries acima são classificadas numericamente de I a IV (cf. Leite, 1990; Praça, 2007). Neste trabalho, há uma reformulação dessa classificação por motivações funcionais, ou seja, há a intenção de evidenciar a função desempenhada por cada série. A distribuição de cada uma delas no Apyãwa será analisada ao longo desta subseção. A Série Agentiva é composta por prefixos, que mapeiam os participantes ativos i.e. aqueles que apresentam maior volição e controle do evento. A Série Não-Agentiva codifica, por meio de clíticos, os participantes que apresentam traços semânticos de paciente, de experienciador, possuidor, entre outros. A Série Correferencial é responsável por expressar gramaticalmente a correferência entre um participante e o sujeito, seja a nível intersentencial ou intrasentencial. Por último, a Série Intralocutiva tem por função codificar os participantes nos casos em que há uma primeira pessoa do discurso agindo sobre uma segunda pessoa.

Em Apyãwa, os índices de pessoa podem ocorrer com predicados verbais e com predicados não-verbais — nomes e posposições. As análises a seguir estão separadas com base nessa distinção. Primeiro, analisa-se a distribuição dos marcadores de pessoa com núcleos verbais e, em segundo, da distribuição com predicados nominais e posposicionais.

### 2.1.1.1 Sistema de referência em construções verbais

A distribuição dos índices de pessoa, em construções verbais, funciona com base nos parâmetros de dependência e de valência verbal no plano mais geral. Em alguns casos mais específicos, são os traços semânticos do verbo que regem a codificação dos participantes em Apyãwa. Assim, de início, todas as séries de índices pessoais podem ser acopladas aos verbos em construções independentes. A Série Agentiva ocorre exclusivamente com predicados verbais e codifica os argumentos Sa dos verbos monovalentes ativos (16) e A de verbos divalentes, quando O é de 3ª pessoa (17):

(16) *ã-xãok*            *we-ka-wo*  
 1SG.A-banhar 3.COR-estar-PDA  
 ‘estou banhando’

(17) *xãwãr-a*                    *a-o'o*                    *xe=r-eymãw-a*  
 cachorro-RFR                    3.A-morder            1SG.NA=R-animal.doméstico-RFR  
 ‘o cachorro mordeu minhas galinhas’

A Série Não-Agentiva, como foi visto, mapeia aqueles participantes menos ativos, ou seja, aqueles que desempenham o papel semântico de paciente ou de experienciador, com menos volição e controle do evento enunciado. Dessa forma, usa-se essa série para mapear o argumento So de predicados monovalentes não-ativos (18) e O de predicados divalentes (19):

- (18) *tokyn-a*                      *i-kywer*  
Tokyna-RFR                      3.NA-ser.magra  
‘Tokyna é magra’
- (19) *ãpĩ*                      *korinãka’i-ø*                      *xe=ø-mook*  
mamãe                      Korinãka’i-RFR                      1SG.NA=R-molhar  
‘mamãe, Korinãka’i me molhou’

A distribuição dos índices de pessoa com predicados verbais divalentes (19) é regida por uma Hierarquia Referencial (Praça, 2007) e será aprofundada na seção 2.2. Por outro lado, a Série Correferencial é composta por prefixos pessoais, que estabelecem a coindexação formal entre os argumentos, dentro dos enunciados e, em larga escala, dentro do discurso. Faço aqui uma breve descrição dos prefixos que compõe essa série, que será aprofundada na seção 2.3 deste capítulo.

Os prefixos correferenciais ocorrem tanto com predicados verbais de natureza ativa, quanto descritiva; tanto com aqueles que são monovalentes, quanto divalentes. Porém, sua ocorrência com verbos é restrita aos predicados que apresentam marca de dependência. Evidencia-se aqui, que nesse contexto, a distribuição dos índices de pessoa é regida pela correferencialidade, alternando-se a Série Não-Agentiva (20) e a Série Correferencial (21), como demonstrado a seguir:

- (20) *ã-a*                      *ekwe*    *i-waem-ãramõ*  
1SG.A-ir                      F.IMI    3NA-chegar-SUB  
‘irei se ela chegar’

- (21) *ã-yj ekwe wex-exãk-ãramõ*  
 1SG.A-correr F.IMI 1SG.COR-ver-SUB  
 ‘eu vou correr, se (você) me olhar’

Nos casos em que há correferência entre os argumentos A e O com predicados não-dependentes, usa-se o morfema *reflexivo* {xe-} posicionado entre a raiz verbal e o prefixo agentivo, exemplificado no dado (22a), em oposição à marcação de pessoa quando não há reflexividade (22b):

- (22) a) *'ywãw-a a-xe-kã*  
 copo-RFR 3.A-REF-quebrar  
 ‘o copo se quebrou’
- b) *ie-ø ã-kã 'ywãw-a*  
 1SG-RFR 1SG.A-quebrar copo-RFR  
 ‘eu quebrei o copo’

Por último, a Série Intralocutiva tem seu uso motivado fortemente motivo pela pragmática e abrange apenas os participantes intralocutores do discurso (1ª e 2ª pessoas). A série é composta por apenas dois prefixos de caráter portmanteau: um que indica a ação da 1ª pessoa sobre uma 2ª pessoa singular {ara-} (23), forma essa que coincide com os prefixos da 1ª pessoa plural inclusiva agentiva e correferencial; e outro que indica a ação da 1ª pessoa sobre uma 2ª pessoa plural {-ãpa} (24):

- (23) *ara-pyro ekwe we-a-wo 'ãwãxi-ø ø-pyyk-a*  
 2SG.INTRA-ajudar F.IMI 1SG.COR-ir-PDA milho-RFR 3.NA-pegar-PDA  
 ‘irei ajudar você a pegar o milho’
- (24) *ie-ø ãpa-nopyã*  
 1SG.A-RFR 2PL.INTRA-bater  
 ‘eu bato em vocês’

É interessante notar que o sistema de hierarquia de pessoa não afeta a Série Intralocutiva, comportamento que foi notado por Monserrat & Soares (1983). Aprofundo-me nesse sistema hierárquico referencial na seção seguinte.

### 2.1.1.2 Sistema de referência com predicados não-verbais

Os índices de pessoa de predicados nominais e posposicionais são distribuídos com base na correferencialidade. Independentemente de valência e dependência, os argumentos internos desses predicados não-verbais são ocupados ora pelos clíticos da Série Não-Agentiva, ora por prefixos da Série Correferencial. Esse comportamento motivou a classificação da marcação de pessoa em construções desse tipo como absoluta (Jensen, 1990, 1998). Os exemplos (25a e 26a) indicam a correferência entre o argumentos interno e o sujeito da sentença, em nomes e posposições respectivamente. Por sua vez, os exemplos (25b e 26b) representam os casos em que essa coindexação não existe e os participantes são mapeados pelos clíticos não-agentivos:

(25) a) *are-∅*                      *are-ãpa*                      *ara-kãwĩ-∅*  
 1EXCL.A-RFR                      1EXCL.A-fazer                      1EXCL.COR-cauim-RFR  
 ‘nós fazemos nosso próprio cauim’

b) *xãpi'i-∅*                      *a-pyej*                      *xe=r-exã'ẽ-∅*  
*xãpi'i-RFR*                      3A-lavar                      1SG.NA=R-panela-RFR  
 ‘Xãpi’i lavou minha panela’

(26) a) [...] *amõtee-∅*                      *tãwãxãr-a*                      *n=a-pyyk-i*                      *a-xe-we*                      *ipikyr-a*  
 outro-RFR                      índios-RFR                      não=3A-pegar-NEG                      3COR-REF-POS                      piaba-RFR  
 ‘[...] pelo rio, os outros índios não pegam muitas piabas para eles mesmos’

b) *pitywer*                      *ã-xe'eg*                      'ã                      'op-a                      *pe=n-ee*  
 criança                      1SG.A-falar                      D.E                      3.estar.deitado-PDA                      2PL.NA=R-POS  
 ‘criançada, estou falando de (em) vocês agora’

Percebe-se, a partir dos dados acima, uma semelhança na distribuição dos marcadores de pessoa dos predicados verbais dependentes e dos predicados não-verbais. Essa aproximação morfossintática serviu de argumento para alguns trabalhos classificarem os sufixos de subordinação como nominalizadores (Almeida & Irmãzinhas & Gouvêa, 1983). De fato, Rodrigues & Cabral (2005) defendem que os morfemas que marcam dependência oracional nas línguas Tupi - {-rãmo} e {-aBo} - advém de um processo de fusão entre um nominalizador e uma partícula adverbial, presentes no Proto-Tupi. Além da formação diacrônica desses sufixos, as propostas acerca do surgimento dos índices pessoais nas línguas Tupi-Guarani trabalhadas na seção 2.4, também contribuem para a explicação dessa semelhança entre predicados não-verbais e predicados verbais dependentes.

Em resumo, com base na análise dos dados acima, identificamos um sistema de referência tripartido no Apyãwa. O primeiro sistema refere-se à codificação dos participantes em predicados monovalentes, que é regida por uma cisão intransitiva i.e. distinguem-se verbos ativos e não-ativos (descritivos ou estativos). O segundo sistema funciona com base em uma Hierarquia Referencial e governa a marcação de pessoa dos predicados divalentes. O terceiro sistema refere-se aos predicados dependentes e aos predicados não-verbais, que tem seu funcionamento ditado pela correferencialidade e apresenta uma codificação absoluta - acopla apenas a Série Não-Agentiva em detrimento da Agentiva. Essa bipartição no sistema de referência de predicados independentes e dependentes, já havia sido identificada por Cheryl Jensen (1990), contudo a autora não levou em conta à época predicados não-verbais. O quadro abaixo sintetiza o paradigma traçado para a marcação de pessoa na língua Apyãwa:

Verbais monovalentes	Verbais divalentes	Não-verbais/dependentes
Cisão intransitiva	Hierarquia Referencial	Correferencialidade

QUADRO 1 - SISTEMA REFERENCIAL DO APYÃWA

### 2.1.2 Tupinambá

O Tupinambá apresenta um conjunto de prefixos e clíticos responsáveis por mapear gramaticalmente os participantes do discurso. Sua organização em séries é semelhante àquela vista no Apyãwa e está representada na tabela abaixo:

Pessoa	Série Agentiva	Série Não-Agentiva	Série Correferencial	Série Intralocutiva
1SG	a-	sje	wi- ~ wit-	
1EXC	oro-	ore	oro-	
1INCL	ja-	jane	ja-	
2SG	ere-	ne	e-	oro-
2PL	pe-	pe	pe-	opo-
3	o-	i- ~ s- ~ t- ~ r-	o-	

TABELA 3 - ÍNDICES PESSOAIS DO TUPINAMBÁ

Com base nas análises de Rodrigues (1951; 1953; 1981) e Anchieta (1595), os marcadores de pessoa no Tupinambá se dividem em quatro séries. Aqui propõem-se, como no caso do Apyãwa, uma reanálise de nomenclatura, evidenciando a funcionalidade de cada série. A Série Agentiva mapeia os argumentos Sa/A dos predicados verbais; a Série Não-Agentiva expressa os participantes So/O dos predicados verbais e os argumentos internos de nomes e posições; a Série Correferencial ocorre quando há correferência entre os participantes no nível intraclausal e entre predicados dependentes e oração principal; por último, a Série Intralocutiva tem como função as relações dentro da intralocução, 1ª pessoa agindo sobre 2ª pessoa.

Há uma ressalva com relação à tabela acima quanto à natureza morfológica da Série Não-Agentiva. Nas análises feitas por Rodrigues (1953, 1981), o linguista descreve os membros da Série Não-Agentiva como pronomes livres. Em outros trabalhos acerca da Família Tupi-Guarani, essa série é recorrentemente descrita como um grupo composto por clíticos (por conta de sua proximidade ao verbo, perda de tonicidade, etc.) e o presente trabalho se alinha com tal descrição (Jensen, 1990; Gildea, 2002; Praça, 2007).

Em um funcionamento parecido com o que foi visto no Apyãwa, os índices de pessoa também podem ocorrer com predicados verbais e predicados não-verbais no Tupinambá. Esse sistema de referência será analisado ao longo desta subseção, a começar pelos predicados verbais e em sequência analisamos os predicados nominais e posposicionais.

### 2.1.2.1 Sistema de referência em construções verbais

No Tupinambá, o sistema referencial dos predicados verbais também é bipartido. Os predicados independentes apresentam um mapeamento de seus argumentos, regido por um critério semântico ativo/não-ativo nos verbos monovalentes e por uma Hierarquia Referencial nos verbos divalentes. Por outro lado, os predicados dependentes apresentam uma dicotomia estabelecida pela alternância das séries Não-Agentiva e Correferencial, a depender da correferência ou não de seus argumentos.

Os predicados monovalentes independentes têm seus argumentos únicos mapeados de acordo com sua natureza semântica. Os verbos ativos recebem os prefixos da Série Agentiva, enquanto os verbos descritivos ou não-ativos têm sua vaga morfológica preenchida pelos clíticos da Série Não-Agentiva (Anchieta, 1595; Barbosa, 1956; Rodrigues, 1953, 1981):

(27) *a-bebé* (Barbosa, 1956:112)

1SG.A-voar

‘voei’

(28) *xe=marangatu* (Barbosa, 1956:78)

1SG.NA=ser.bom

‘eu sou bom’

A Hierarquia Referencial que rege a codificação dos participantes de predicados divalentes no Tupinambá apresenta funcionamento semelhante à HR do Apyãwa. Contudo, no Tupinambá, os verbos divalentes permitem o mapeamento simultâneo de seus dois participantes, o que não é possível na língua Tapirapé, como foi visto anteriormente. O sistema referencial dos predicados divalentes será analisado com mais detalhes na seção 2.2. Aqui, basta expormos que nesse contexto, o argumento A é expresso por meio da Série Agentiva e o argumento O por meio da Série Não-Agentiva, nos casos em que este último é de terceira pessoa:

- (29) *a-j-potar*                      *ne=ø-só-ø*  
 1SG.A-3.NA-querer      2SG.NA=R-ir-RFR  
 ‘Quero que vás’ (Figueira, 1687:156, trad. de Rodrigues)

As construções verbais dependentes apresentam uma marcação de pessoa que funciona com base na correferência, isso porque alternam-se, no preenchimento da vaga morfológica do verbo, as séries Não-Agentiva e Correferencial. Ou seja, apenas os argumentos S e O podem ser mapeados morfológicamente, nunca o argumento A, o que motivou a classificação desse tipo de construção como sendo ergativa ou absoluta (cf. Jensen, 1990, 1998).

Nas construções de predicador ativo {-aβo} (-aβo ~ -a ~ -ta), por exemplo, a Série Correferencial ocorre integralmente i.e. em todas as pessoas do discurso. Contudo, Rodrigues (1981) expõe que a realização dos prefixos de primeira e segunda pessoa nesse contexto é rara. Por outro lado, as construções com {-ramo} apenas acoplam o prefixo correferencial da terceira pessoa:

- (30) *o-je-aïβik*                      *o-asé-asém-amo*                      *o-manô-ηatw-úβo*                      *koité*  
 3.A-REFL-abaixar.a.cabeça      3.COR-gritar-gritar-PNA      3.COR-morrer-bem-PDA      enfim  
 ‘Abaixou a cabeça, gritou repetidamente e enfim morreu mesmo’ (Rodrigues, 2001, p. 92)

Vê-se que nos casos acima, a correferência é sempre estabelecida entre o argumento S da oração dependente e o Sujeito da oração principal. De acordo com o linguista, a correferência intersentencial com verbos divalentes nunca é expressada por meio dos prefixos correferenciais nessas construções. Assim como no Apyãwa, quando a marca de gerúndio se acopla a um verbo transitivo, como *sapukáj* ‘chamar’ no dado (30), apenas o participante O é codificado, a partir da Série Não-Agentiva:

- (31) *o-i-mojetá*                      *βé*                      *i-sapukáj-a*                      *o-asé-ηatú-ramo*  
 3.A-3.NA-falar.com              também              3.NA-clamar-PDA              3.COR-gritar-bem-PNA  
 ‘também falou com ele, clamou e gritou muito’ (Rodrigues, 2001, p. 92)

#### 2.1.2.2 Sistema de referência com predicados não-verbais

Assim como ocorre no Apyãwa e em outras línguas Tupi-Guarani, o Tupinambá apresenta predicados de natureza não verbal, que são expressos por núcleos nominais e posposicionais. Nesta subseção, analisa-se o funcionamento do sistema de referência nesses casos, o qual independe dos parâmetros vistos nos predicados verbais, como valência e dependência oracional. O mapeamento dos argumentos internos de predicados não-verbais é sempre feito por meio dos clíticos da Série Não-Agentiva quando eles não são correferentes com o Sujeito da sentença (32b e 33b), ou pela Série Correferencial quando a correferência existe (32a e 33a):

- (32) a) *o-ayr-a*  
 3.COR-filho-RFR  
 ‘o filho dele mesmo’
- b) *t-ayr-a*  
 3.NA-filho-RFR  
 ‘o filho dele’ (Barbosa, 1953:108)

(33) a) *o-pupe*

3.COR-dentro

‘em si mesmo’

b) [...] *t-o-moierkuab*      *ore-bo*

EXOR-3.A-perdoar      1.NA-POS

‘... para que ele possa nos perdoar’ (Barbosa, 1953:232)

Percebe-se que a distribuição dos índices de pessoa com núcleos nominais e posposicionais comporta-se de modo igual à marcação de pessoa dos predicados verbais dependentes. Inclusive, a produtividade dos prefixos correferenciais em predicados não-verbais é a mesma das construções com {-ramo}, ou seja, em ambos os casos, os morfemas de 1ª e 2ª pessoa estão ausentes.

Em resumo, identificamos no Tupinambá a mesma tripartição do sistema de referência encontrado no Apyãwa. Há uma primeira divisão nos predicados verbais, em que a indexação de pessoa funciona a partir de um critério semântico ativo/não-ativo, com verbos monovalentes e por meio de uma Hierarquia Referencial, com verbos divalentes. Por último, a marcação da pessoa nos predicados verbais dependentes e predicados não-verbais é regido pela correferência;

Verbais monovalentes	Verbais divalentes	Não-verbais/dependentes
Cisão intransitiva	Hierarquia Referencial	Correferencialidade

QUADRO 2 - SISTEMA REFERENCIAL DO TUPINAMBÁ

### 2.1.3 Guarani Mbyá

A língua Guarani Mbyá apresenta uma disposição para os índices pessoais análoga a encontrada no Apyãwa e no Tupinambá. A tabela abaixo ilustra o paradigma de pessoa nessa língua, de acordo com a descrição de Martins (2003):

Pessoa	Série Agentiva	Série Não-Agentiva	Série Correferencial	Série Intralocutiva
1SG	a-	xe		
1EXC	ja-	nhande		
1INCL	oro-	ore		
2SG	ere-	nde		oro-
2PL	pe-	pende		
3	o-	i- ~ ø- ~ t- ~ h-	o-	

TABELA 4 - ÍNDICES PESSOAIS DO GUARANI MBYÁ

Os marcadores de pessoa no Guarani Mbyá são divididos em quatro séries, classificadas em não-ativas e ativas (I a III) por Martins (2003). Assim como nas línguas anteriores, aqui também renomeamos as séries de acordo com sua funcionalidade. A partir desses parâmetros, a Série Agentiva é aquela que codifica os argumentos Sa (33) e A (34) de predicados verbais monovalentes e divalentes, respectivamente:

- (34) jagua            o-monhã  
       cachorro        3.A-correr  
       ‘o cachorro correu’

(35)<sup>15</sup> mboi a- $\emptyset$ -exa t-ape py  
 cobra ISG.A-3.COR-ver R-camino LOC  
 ‘vi a cobra no caminho’

A Série Não-Agentiva mapeia tanto os participantes So dos verbos descritivos (35), quanto O dos predicados divalentes (36). Com predicados não-verbais, essa série expressa os argumentos internos de nomes (37) e posposições (38):

(36) xee xe= $\emptyset$ -porã  
 ISG 1SG.NA-R-bonito  
 ‘Eu sou bonito( a)’

(37) jagua xe= $\emptyset$  -xu'u  
 cachorro ISG.NA-R-morder  
 ‘o cachorro me mordeu’

(38) xee xe= $\emptyset$ -memby  
 eu ISG.NA=R-filha  
 ‘Eu tenho uma filha’

(39) João ajaka o-j-apo xe= $\emptyset$ -upe  
 João cesto 3.A-3.NA-fazer 1SG.NA=R-DAT  
 ‘João fez o cesto para mim’

O Guarani Mbyá, assim como o Tupinambá, é uma língua que apresenta duas vagas morfológicas nos verbos divalentes. Devido à essa disposição, os índices que mapeiam os argumentos A e O podem co-ocorrer no mesmo núcleo (39), a depender da Hierarquia Referencial (cf. Martins, 2003). A codificação dos participantes nesse contexto será aprofundada na seção 2.2:

---

<sup>15</sup> A “3ª pessoa reflexiva” descrita por Martins (2003) foi reanalisada por nós, como sendo o prefixo correferencial de 3ª pessoa.

- (40) *Maria o-i-xu'u i-xupe*  
 Maria 3.A-3.NA-morder 3.NA-DAT  
 ‘Maria o mordeu a ele( a)’

A Série Correferencial não apresenta morfemas correspondentes à primeira e segunda pessoa do discurso e restringe-se a marcar participantes de terceira pessoa, apenas em predicados nominais e posposicionais, não ocorrendo em caso algum com predicados verbais. Por essa baixa produtividade, Martins não dedica em sua descrição uma série exclusiva para a correferência e classifica o prefixo {o-} como *relacional reflexivo* (Martins, 2003, pg. 42-43). A série ocorre quando o participante mapeado é correferente ao sujeito da oração apenas em predicados não-verbais:

- (41) *o-jevy o-yvy py*  
 3.A-voltar 3.COR-terra LOC  
 ‘voltou para a (própria)terra’

É interessante notar que, no Mbyá, a marcação de pessoa nos predicados verbais independentes e dependentes é feita da mesma forma (cf. Jensen, 1990; Martins, 2003). Assim, o sistema referencial do Guarani Mbyá apresenta uma tripartição distinta da encontrada nas línguas analisadas anteriormente. Os predicados verbais monovalentes funcionam com base em uma cisão intransitiva e os predicados divalentes são regidos por uma Hierarquia Referencial, tanto em construções independentes, quanto dependentes. A correferência rege apenas as construções não-verbais. É importante ressaltar que, apesar das construções não estarem dispostas da mesma forma que nas línguas anteriores, os sistemas são regidos pelos mesmos mecanismos:

PREDICADOS VERBAIS		NÃO-VERBAIS
Monovalentes	Divalentes	
Cisão intransitiva	Hierarquia Referencial	Correferência (3ª pessoa)

QUADRO 3 - SISTEMA REFERENCIAL DO GUARANI MBYÁ

## 2.2 Predicados independentes divalentes e a Hierarquia Referencial (HR)

Dos três sistemas referenciais delimitados na seção anterior, apenas aquele regido pela cisão intransitiva foi abrangido satisfatoriamente a partir da exposição acerca dos índices de pessoa. Apesar de sua complexidade semântica, que provém das nuances na categorização cultural entre verbos considerados ativos ou não-ativos, sintaticamente esse sistema de indexação dos participantes em predicados monovalente independentes é muito mais simples. Por conta disso, essa seção visa aprofundar as análises acerca da marcação de pessoa em construções independentes que são compostas apenas por verbos divalentes.

Há em grande parte das línguas que compõem a Família Tupi-Guarani, um sistema que organiza privilégios sintáticos entre os participantes de um enunciado em verbos divalentes, a depender da sua posição no discurso. Conhecido na literatura como Hierarquia de Pessoa ou Hierarquia Referencial (HR) (Monserrat & Soares, 1983; Rose, 2015), esse sistema estabelece que sintaticamente a 1ª pessoa é hierarquicamente superior à 2ª pessoa e essa é mais privilegiada que a 3ª pessoa, logo obtemos o seguinte esquema:

$$1^{\text{a}} \text{ pessoa} > 2^{\text{a}} \text{ pessoa} > 3^{\text{a}} \text{ pessoa}$$

Em uma breve comunicação<sup>16</sup> Francesc Queixalós defendeu que a HR deveria ser enquadrada com uma subespécie de uma faculdade mental humana, a qual o linguista denomina *gradiente de saliência*. A primeira distinção, feita pelo falante, seria entre a *zona intralocutiva* (1ª e 2ª pessoa) e a *zona extralocutiva* (3ª pessoa). A próxima divisão caberia em priorizar a 1ª pessoa sobre a 2ª. Além dessa organização semântico-pragmática do sistema referencial regido pela HR, observamos na seção 2.1, que o fato de haver duas vagas morfológicas em verbos divalentes influencia na forma como a Hierarquia funciona. Há, portanto, um parâmetro morfossintático que deve ser e será analisado nesta subseção, a partir de dados referentes ao Apyãwa, ao Tupinambá e ao Guarani Mbyá. Apesar de estarmos cientes das questões pragmáticas e culturais que envolvem a HR (Praça & Vicente, 2010), nossa intenção é evidenciar o seu funcionamento sintático em cada uma das três línguas.

---

<sup>16</sup> Refere-se a um manuscrito de uma palestra apresentada por Queixalós, que não conseguimos datar.

### 2.2.1 Apyãwa

A principal justificativa desta subseção está em mostrar que, pelo fato do Apyãwa possuir apenas uma vaga morfológica para mapear gramaticalmente os participantes nos predicados divalentes, ora os falantes dessa língua usam os prefixos que demarcam A, ora usam aqueles que expressam O, a depender de sua posição dentro da Hierarquia Referencial (cf. Praça, 2007, p. X)

O funcionamento desse sistema mostra que, quando o argumento A é hierarquicamente superior a O, e esse é de 3ª pessoa, apenas o participante agentivo é expresso morfológicamente:

- (42) *ã-nopỹ*  
1SG.A-bater  
'eu bati nele'

Por outro lado, quando o argumento O é privilegiado em relação a A, e esse é de 3ª pessoa, o único participante a ser expresso morfológicamente é o não-agentivo:

- (43) *eiri-∅*            *ne=r-exãk*            *santa terezinha-pe*  
eiri-RFR            2SG.NA=R-ver            Santa Terezinha-LOC  
'Eiri te viu em Santa Terezinha'

Finalmente, se os participantes de um enunciado se equivalem e ambos são de 3ª pessoa, expressa-se morfológicamente apenas o argumento A:

- (44) *a-mamyn*            *rõ'õ*            *w-ã'yr-ab*  
3.A-embrulhar            N.ASS            3.COR-filho-RFR  
'parece que ele embrulhou o filho dele'

Percebe-se, então, que por existir no Apyãwa uma série de prefixos pessoais dedicada exclusivamente a demarcar as interações intralocutivas (1ª pessoa agindo sobre 2ª pessoa), a Hierarquia Referencial pode ser reinterpretada da seguinte forma, nos contextos em que A>O:

HIERARQUIA REFERENCIAL QUANDO A>O

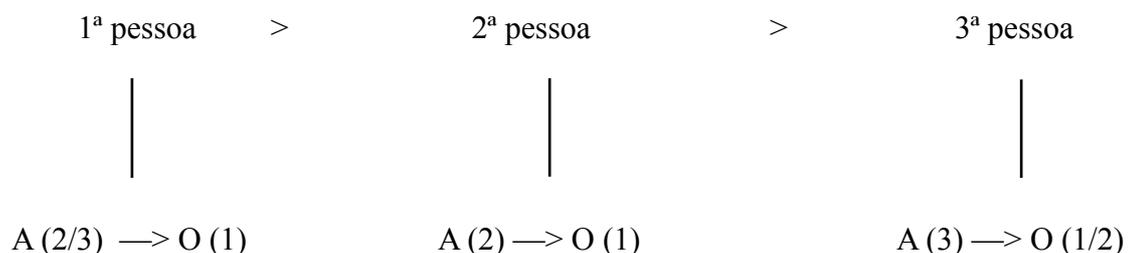
Participantes intralocutivos (1ª e 2 pessoas) > Participantes extralocutivos (3ª pessoa)



..... CONTEXTO FORA DA HR (SÉRIE INTRALOCUTIVA)  
 ——— CONTEXTO DENTRO DA HR (SÉRIE AGENTIVA OU SÉRIE NÃO-AGENTIVA)

Assim, a partir dos estudos de Monserrat & Soares (1983), percebe-se que há uma bipartição na ponta mais alta da hierarquia, em que nos casos que o argumento A é de 1ª pessoa e O de 2ª, usa-se a Série Intralocutiva. Mas nos casos em que o inverso ocorre, há a ocorrência do sistema hierárquico e o predicado verbal expressa apenas O. Portanto, o esquema que representa a Hierarquia Referencial nos contextos em que O>A é esboçado da seguinte maneira:

HIERARQUIA REFERENCIAL QUANDO O>A (SÉRIE NÃO-AGENTIVA)



Ou seja, nos casos intralocutivos, a alternância entre a realização da Série Agentiva e da Série Não-Agentiva, própria da Hierarquia Referencial, só ocorre quando o argumento O é mais privilegiado que o argumento A. Podemos organizar a indexação de pessoa das construções verbais divalentes a partir da tabela abaixo:

O/A	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>
1 <sup>a</sup>		HR	HR
2 <sup>a</sup>	Série Intralocutiva		HR
3 <sup>a</sup>	HR	HR	HR

TABELA 5 - FUNCIONAMENTO DA HIERARQUIA REFERENCIAL NO APYÃWA

Percebe-se a partir da tabela que, devido a haver uma única vaga morfológica para a marcação de pessoa verbal no Apyãwa, o funcionamento da Hierarquia Referencial distingue claramente a zona intralocutiva da zona extralocutiva. As distinções entre 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> pessoa são limitadas ao contexto O>A, isso por conta da existência da série de índices *portmanteaux* nos contextos em que A(1)>O(2). Por sua vez, a HR se mantém produtiva em todos os contextos que apresentam um ou até ambos argumentos na 3<sup>a</sup> pessoa. Não há como atribuímos esse comportamento da Hierarquia a uma consequência do alinhamento sintático encontrado no Apyãwa. Isso em razão de não estarmos comparando apenas as séries de índices pessoais absolutivas e nominativas, mas também morfemas considerados *portmanteaux* i.e. morfemas que expressam simultaneamente os argumentos A e O e que, portanto, não distinguem alinhamento.

Mas e se as construções verbais divalentes no Apyãwa fossem na verdade dotadas de duas vagas morfológicas? Essa perspectiva foi defendida por Leite (1990) com base na hipótese da não-acusatividade. Para ela, os argumentos So são vistos como objetos que foram alçados ao papel de sujeito, isso ao compreender o Sujeito como uma categoria abstrata e estrutural da sintaxe de uma língua. Os argumentos So de verbos não-ativos teriam sido alçados para poder controlar a correferência, por exemplo, por esse controle não ser permitido aos objetos em Apyãwa, apenas aos sujeitos. No caso dos verbos divalentes, o alçamento do objeto não seria possível pelo fato de a vaga morfológica do Sujeito já estar ocupada por um morfema Ø (cf. Leite, 1990). Isso comprovaria o preenchimento de ambas vagas morfológicas destinadas aos participantes discursivos em verbos divalentes no Apyãwa. A questão é que mesmo a partir dessa hipótese, o funcionamento da Hierarquia Referencial não se alteraria, já

que o argumento marcado pelo morfema  $\emptyset$ , se manteria hierarquicamente inferior ao argumento realizado morfológicamente.

Por último, é importante ressaltar que há uma clara distinção entre o comportamento dos predicados independentes e dependentes no Apyãwa quanto à referência de pessoa. Por conta do sistema de Hierarquia Referencial, a forma como os participantes são mapeados nos contextos de oração independente é mais complexa que àquela apresentada pelos enunciados que expressam dependência. Uma possível explicação para esse comportamento é o fato das construções independentes serem mais frequentes nos inícios das narrativas, parte em que há a introdução de personagens, o que exigiria um sistema de referência mais complexo para a codificação os participantes (cf. Leite, 1990).

### 2.2.2 Tupinambá

O primeiro aspecto a se ressaltar na marcação de pessoa em verbos divalentes e independentes no Tupinambá, é o de que há contextos em que as duas vagas morfológicas podem ser preenchidas (cf. Rodrigues, 1953, 1981; Barbosa, 1956). Isso altera o funcionamento da Hierarquia Referencial em comparação ao sistema descrito no Apyãwa. De início, percebe-se que o privilégio sintático das pessoas intralocutivas sobre a terceira pessoa, restringe-se ao contexto em que o argumento O é hierarquicamente superior a A. Nesses casos, apenas O é mapeado pela Série Não-Agentiva (44a). Quando o argumento A é mais privilegiado que O (44b), ou ambos são de 3ª pessoa (44c), os dois participantes são marcados no núcleo do predicado verbal, sendo A mapeado pelos prefixos agentivos e O pelos clíticos não-agentivos:

(45) a) A (2 ou 3) < O (1)

*sje=r-ekár*                                      *jepé*

1SG.NA=R-procurar você

‘Você me procurou’ (Rodrigues, 1981; análise nossa)

b) A > O (3)

*a-j-potar*                                      *ne=∅-só-∅*

1SG.A-3.NA-querer                      2SG.NA=R-ir-RFR

‘Quero que vás’ (Rodrigues, 1996, p. 64, análise nossa)

c) A (3) = O (3)

*maʔé-ø*    *pe*    *erimaʔé*    ***o-j-mojáŋ***    *ʔár-amo*

coisa-RFR    IN    antigamente    3.A-3.NA-fazer    mundo-TRANSL

‘Que coisa ele fez/transformou no mundo?’ (Rodrigues, 1996, p. 61, análise nossa)

Por sua vez, existe um contexto - 1ª pessoa agindo sobre 2ª pessoa - em que a Hierarquia Referencial não rege o mapeamento dos participantes de um verbo divalente. Isso ocorre devido à série de prefixos *portmanteaux* acoplar-se ao verbo. Por codificar simultaneamente os argumentos A e O, nos casos em que ela ocorre, não há privilégio sintático de qualquer um dos participantes, característica da HR. A formalização morfológica dessa série intralocutiva, no Tupinambá, segue o mesmo padrão que foi visto para o Apyãwa. Tal série é composta pelos prefixos {opo-} (45) e {oro-} (46):

(46) *ixé*    ***opo-iuká***

eu    2PL.INTRA-matar

‘eu vos mato’ [Barbosa, 1956:17275]

(47) ***oro-pysyk***

2SG.INTRA-segurar

‘eu te seguro’ [Barbosa, 1956:292]

Fica evidente a partir da leitura da tabela abaixo, que a Hierarquia Referencial rege a marcação de pessoa em construções divalentes apenas nos casos em que o argumento O é superior ao argumento A. Nos outros contextos, há a realização da Série Intralocutiva - A (1) > O (2) - ou a realização de ambos argumentos simultaneamente - A (3) = O (3). Então, se analisarmos o sistema da HR de verbos divalentes ilustrado abaixo em conjunto com o sistema de cisão intransitiva dos verbos monovalentes, percebemos que os argumentos S e O são realizados morfológicamente por meio dos índices de pessoa, enquanto o argumento A não:

---

<sup>17</sup> Utilizamos aqui o símbolo “:” para indicar o número referente à lição em que o dado se encontra, conforme a disposição do livro de Barbosa (1956).

O/A	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>
1 <sup>a</sup>		HR	HR
2 <sup>a</sup>	Série Intralocutiva		HR
3 <sup>a</sup>	Ambos argumentos	Ambos argumentos	Ambos argumentos

TABELA 6 - FUNCIONAMENTO DA HIERARQUIA REFERENCIAL NO TUPINAMBÁ

Vermelho = Ambientes em que O>A

Verde = Ambientes em que A>O

O interessante é que o Tupinambá costuma ser classificado como uma língua conservadora (Schleicher, 1998; Cruz & Magalhães & Praça, 2019), ou seja, uma língua mais próxima em sua morfossintaxe ao proto Tupi-Guarani. Contudo, quanto ao sistema de indexação de pessoa, a língua é considerada inovadora e mais distante do padrão ergativo-absolutivo do proto TG (cf. Jensen, 1998). Portanto, é inesperado que no Tupinambá a Hierarquia Referencial só funcione nos contextos em que o argumento O é privilegiado i.e. expresso morfologicamente. Isso indicaria a existência de uma Hierarquia Referencial governada pela Série Não-Agentiva (absolutiva) em uma língua que estaria em processo mais avançado de erosão ergativa e que deveria apresentar uma ocorrência mais limitada dos marcadores absolutivos. Agora, não exclui-se a possibilidade do Apyãwa ter estendido o uso da HR por conta da perda de uma vaga morfológica no núcleo verbal.

### 2.2.3 Guarani Mbyá

No Mbyá, também há a possibilidade de se preencher ambas vagas morfológicas referentes aos argumentos A e O de verbos divalentes. A indexação da pessoa nessas construções é regida pela Hierarquia Referencial, que teve seu funcionamento descrito por Martins (2003). Foi atestado nas seções acima que o funcionamento da HR não se comporta da mesma forma no Apyãwa e no Tupinambá, cabe aqui analisarmos como esse mecanismo funciona no Mbyá e quais conclusões podem ser tiradas a partir da comparação entre o sistema das três línguas. Os dados abaixo exemplificam todos os parâmetros da Hierarquia no Mbyá:

(48) a) A (1) > O (3)

*a-i-xyvõ*                      *uru*                      *r-oo*  
1SG.A-3.NA-espeter    galinha                      R-carne  
'espeto a carne da galinha/galo'

b) A (3) = O (3)

*jagua'i*                      *o-i-xu 'u*  
cachorro                      3.A-3.NA-morder  
'o cachorro mordeu ele'

c) A (1) > O (3)

*kavaju*                      *xe=ø-joko*  
cavalo                      1SG.NA=R-cercar  
'o cavalo me cercou'

d) A (2) < O (1)

*ndee*                      *xe=r-apy*  
você                      1SG.NA=R-queimar  
'você me queimou'

e) A (3) < O (2)

*ha'e*                      *nde=ø-pete*  
ele                      2SG.NA=R-bater  
'ele te bateu'

Aqui, a HR também rege a marcação de pessoa apenas nos ambientes em que a Série Não-Agentiva é realizada no núcleo verbal, ou seja, quando  $O > A$ . Nos casos em que  $A > O$ , observamos o seguinte: i) ambos argumentos são mapeados pelos índices pessoais no verbo quando O é de 3ª pessoa; ii) usa-se a Série Intralocutiva quando o argumento O é de 2ª pessoa e A de 1ª pessoa. Esse comportamento é inesperado pelo fato de essa língua ser considerada ainda mais inovadora quanto ao seu sistema referencial e, portanto, apresentar uma erosão

ergativa em estágio mais avançado que o descrito para o Tupinambá. Ou seja, a ocorrência da Série Não-Agentiva deveria ser mais restrita, ao contrário do que é encontrado no funcionamento da Hierarquia Referencial. (cf. Jensen, 1998).

Em resumo, os três sistemas analisados nesta seção revelaram que a quantidade de vagas morfológicas influencia diretamente nas restrições sintáticas do funcionamento da Hierarquia Referencial. Essa relação deveria ser esperada, pelo fato de a HR ser, em essência, uma forma de priorizar a indexação de determinado argumento em detrimento do outro. A revelação inesperada foi a de que nas línguas em que não há essa restrição morfológica (Tupinambá e Mbyá), ambos argumentos são indexados quando  $A > O$ , mas o funcionamento da HR se limita aos predicados em que  $O > A$ . Qual a motivação para as duas vagas terem se mantido nas construções em que o argumento A é hierarquicamente superior? O que inibiria esse privilégio hierárquico de ser expressado morfológicamente, restringindo-o aos casos em que o argumento O é superior? Essa pergunta é ainda mais relevante, quando Tupinambá e Mbyá são consideradas línguas menos ergativas que o Apyãwa (Jensen, 1998), que por sua vez, não apresenta esse mesmo comportamento absolutivo na Hierarquia Referencial. Essa problemática será aprofundada, com a adição de um suporte teórico mais extenso, na seção 3.1 desta dissertação. Na seção a seguir, analisamos o terceiro e último elemento que rege o sistema referencial nas línguas Tupí-Guarani: a correferência.

### **2.3 Construções dependentes e a correferência**

Na tripartição feita para o sistema referencial das línguas TG, vimos que as construções dependentes geralmente se alinham a um padrão absolutivo, em que a escolha pelo índice pessoal a ser acoplado ao verbo é determinada pela alternância entre a Série Não-Agentiva e a Correferencial. Isso a depender da correferência entre o participante mapeado e o Sujeito da oração principal. No entanto, os marcadores de pessoa não correspondem ao único mecanismo utilizado para expressar formalmente a correferencialidade. Neste trabalho, propomos analisar a correferência em construções dependentes a partir de um sistema bipartido, em que ela é expressa morfológica e sintaticamente tanto pelos prefixos da Série Correferencial, quanto pelos sufixos subordinativos.

Quanto às línguas que são objeto de estudo desta pesquisa, apenas o Apyãwa e o Tupinambá apresentam esse padrão de indexação de pessoas regido pela correferência nos predicados dependentes (Praça, 2007; Rodrigues, 1981; Jensen, 1990, 1998; Leite, 1990). O Mbyá, por sua vez, expandiu o sistema de marcação das construções independentes para as dependentes (Martins, 2003) i.e. há uma distinção entre verbos ativos e não-ativos em predicados monovalentes e o funcionamento da Hierarquia Referencial com verbos divalentes.

Por fim, conforme Jensen (1998) já havia notado, não há como analisar a ocorrência dos prefixos correferenciais sem também se voltar para os contextos de não-correferência nos predicados dependentes. Assim, analisaremos a seguir os aspectos da correferência gramaticalizada, levando em conta esses dois padrões de indexação, em cada uma das construções de dependência nas três línguas.

### 2.3.1 Apyãwa

A correferência gramaticalizada em Apyãwa é obrigatória quando possível, e é expressa por meio da Série Correferencial dos índices pessoais. Isso ocorre nas seguintes ocasiões: i) no nível intrassentencial, quando o argumento interno de predicados nominais e posposicionais são correferentes ao sujeito do predicado; ii) no nível intersentencial, quando os argumentos S ou O da construção dependente — a depender do sufixo subordinativo — é correferente ao sujeito da oração principal. A realização da correferência morfológica em predicados nominais (48) e posposicionais (49) está evidenciada nos dados abaixo:

(49) *are-ø*            *are-ãpa*            *ara-kãwĩ-ø*  
 1EXCL-RFR    1EXCL.A-fazer    1EXCL.COR-cauim-RFR  
 ‘nós fazemos nosso próprio cauim’

(50) [...] *amõtee-ø*    *tãwãxãr-a*    *n=a-pyyk-i*            *a-xe-we*            *ipikyr-a*  
           outro-RFR    índios-RFR    NÃO=3.A-pegar-NEG    3.COR-REFL-POS    piaba-RFR  
 ‘[...] pelo rio, os outros índios não pegam muitas piabas para eles mesmos’

Percebe-se a alta produtividade da correferencialidade nessa língua, ocorrendo com todos os tipos de predicados (nominais, posposicionais e verbais). Apesar disso, há restrições morfossintáticas na realização dos prefixos correferenciais, que implicam de maneira mais profunda na marcação de pessoa dos predicados verbais. Uma restrição importante é a de que esses prefixos só podem ocorrer nos mesmos contextos em que os clíticos da Série Não-Agentiva são possíveis (cf. Jensen, 1998). A seguir analisamos todos os contextos envolvendo a expressão morfológica da correferência nas construções verbais dependentes em Apyãwa.

### 2.3.1.1 Correferência em construções de predador ativo

O morfema {-wo} (-wo ~ -a ~ -ta) ficou convencionado dentro da literatura descritiva de línguas da família Tupi-Guarani como Gerúndio e apresenta por traço semântico a sucessividade ou simultaneidade dos eventos de um enunciado (Praça, 2007). Pretendemos analisar tal sufixo e seus alomorfes, a partir de sua função morfossintática à luz do fenômeno da correferencialidade. Portanto evitaremos utilizar a terminologia proposta em gramáticas que impuseram conceitos europeus às línguas indígenas, como em Anchieta (1595)<sup>18</sup>. Ao se referir a esse tipo de construção, aderimos a termos como, “construção dependente agentiva” ou “predador ativo”, pelo fato de ela sempre ser composta por verbos monovalentes ativos e nunca por estativos, afora os verbos divalentes.

Deve-se levar em conta que essa construção apresenta como função básica, à primeira vista, estabelecer a correferência entre os argumentos Sa de predicados dependentes e o Sujeito das orações principais (50), daí sua ocorrência apenas com verbos considerados ativos. Ressalta-se que o verbo *amõ* é divalente em Apyãwa, mas sofreu redução de valência no exemplo abaixo, por conta da ocorrência do morfema reflexivo {xe-}:

(51)	<i>a-waem</i>	<i>rãka</i>	<i>a-xat-a</i>	<i>a-xe-amõ-wo</i>
	3.A-chegar	PAS.REC	3.COR-vir-PDA	3.COR-REF-molhar-PDA
	‘ele chegou (vindo) molhando-se’			

<sup>18</sup> Sabe-se que as preocupações linguísticas e culturais desse período eram completamente distintas das atuais, assim não há qualquer juízo de valor quanto a esses trabalhos mais antigos.

Contudo, essa coindexação pode ou não ser expressa morfologicamente por meio dos índices pessoais, a depender da valência verbal. Se o predicado dependente for monovalente, há a ocorrência da Série Correferencial (50), formalizando a correferência; caso o predicado seja divalente, a Série Não-Agentiva ocupa a vaga morfológica do verbo (51):

- (52) *ã'ẽ=ga-ø* 'or *xe=r-exãk-a*  
 DEM=SG-RFR 3.vir 1SG.NA=R-ver-PDA  
 'ele veio para me ver'

Nota-se, então, que nessas construções, a correferencialidade é representada formalmente de duas formas, que podem ou não ser concomitantes: (i) por meio dos prefixos pessoais da Série Correferencial; (ii) por meio do sufixo de dependência. A correferência parece compartilhar nesse caso, do mesmo comportamento visto para a expressão dos argumentos, ou seja, é um elemento realizado duplamente na estrutura superficial da língua. Enquanto o sufixo subordinativo é obrigatório, a realização do prefixo correferencial só ocorre quando o verbo dependente é monovalente.

### 2.3.1.2 Correferência em construções de predicador não-ativo

Com relação à terminologia, o sufixo {-ãramõ} (-ãramõ ~ -rãmo) apresenta certa variação dentro da literatura acerca das línguas Tupi-Guarani. Nos estudos feitos acerca do Apyãwa, encontram-se termos como *subordinador de predicado não-ativo* (Praça, 2007) ou *verbo-serial não-agentivo* (Jensen, 1998). Essas nomenclaturas foram propostas considerando o fato de esse sufixo ocorrer apenas com verbos estativos em predicados verbais. O termo *predicador não-ativo* adotado por nós, se distancia daquele utilizado por Praça (op. cit.), ao não incluir as construções nominais<sup>19</sup> e difere de Jensen (1998) por não considerarmos essas construções como verbo-seriais<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Em sua tese, Praça nomeia o sufixo {-ãramõ} de "subordinador de prediacos não ativos" e inclui tanto casos de ocorrência com verbos estativos quanto com nomes. Esse último caso se assemelha muito com o caso translativo descrito por Rodrigues para o Tupinambá (1981).

<sup>20</sup> Não consideramos as construções de predicador ativo e de predicador não-ativo como verbo-seriais com base nos critérios elencados por Haspelmath (2016). De acordo com o linguista, a construção de verbo-serial deve ser composta apenas de verbos independentes e constituir apenas uma única sentença, ambos critérios não são atendidos pelas subordinadas em questão aqui.

A função do sufixo do *predicador não-ativo* é geralmente descrita como a de estabelecer a correferência entre o seu argumento So e o Sujeito da oração principal. Os dados abaixo exemplificam como é dada a expressão formal da correferência, por meio da Série Correferencial (52) nessa construção:

- (53) *a-kane'õ-ramõ*      *mĩ*      *a-ker*  
3.COR-cansar-PNA      HAB      3.A-dormir  
'quando ela está cansada, ela dorme'

Com base em uma correferência de dupla expressão i.e. por meio dos sufixos subordinativos e dos índices pessoais, propomos analisar essa construção como parte complementar de um sistema dual, que tem como contraparte a construção de *predicador ativo* (51). Haveria nesse sistema bipartido, a mesma dicotomia ativo/não-ativo encontrada na marcação de pessoa dos predicados verbais independentes monovalentes; de um lado as subordinadas de *predicador não-ativo* e do outro as de *predicador ativo*. Essa divisão é atribuída à restrição semântica de cada construção, que se formaliza por meio dos sufixos subordinativos. A marcação de pessoa não é envolvida nesse sistema, já que os índices de pessoa ainda são determinados pela alternância entre os clíticos não-agentivos e os prefixos correferenciais.

### 2.3.1.3 Correferência em construções com {-rãmo} “Subjuntivo”

Em sua tese, Praça (2007) denominou o sufixo {-rãmo} (-rãmo ~ -ãramõ ~ -ãmo ~ -mo) como Subjuntivo. Esse termo foi inicialmente convencionado em descrições feitas acerca do Tupinambá (Anchieta, 1595; Rodrigues, 1953, 1981). Semânticamente, essa construção usualmente expressa temporalidade, mas pode também referir-se a contextos de causalidade e condição (Praça, op. cit.). Quanto à correferência, esse sufixo mapeia formalmente a coindexação entre o argumento O do predicado dependente e o Sujeito da oração principal, ao mesmo tempo que identificam sujeito distinto da oração principal (cf. Praça, op. cit.). Nesses casos, o argumento correferente é codificado por meio da Série Correferencial no núcleo verbal do predicado dependente:

- (54) a) *ã-yj ekwe wex-exãk-ãramõ*  
 1SG.A-correr F.IMI 1SG.COR-ver-SUB  
 ‘eu vou correr, se (você) me olhar’

Diferentemente do que foi visto em outras construções dependentes analisadas até aqui, nas construções com {-ãramõ}, o alvo da correferência morfológica encontra-se em um predicado divalente e é representado pelo argumento O. Um efeito desse comportamento é o fato de que esse sufixo marca também a disjunção entre os sujeitos da dependente e da principal (54 e 55). Nos contextos em que o Sujeito da principal e o participante O da dependente são distintos, não há a ocorrência da Série Correferencial. Em seu lugar, a vaga morfológica do predicado verbal é preenchida pela Série Não-Agentiva:

- (55) *ã-a ekwe i-waem-ãramõ*  
 1SG.A-ir F.IMI 3.NA-chegar-SUB  
 ‘irei se ela chegar’

#### 2.3.1.4 Correferência em construções com {-ire} “Consecutiva”

O sufixo {-ire} (-ire ~ -re) é denominado por Praça (2007) como um marcador de orações Consecutivas. Seu papel semântico é expressar “consequência ou resultado do que se afirma na matriz” (Praça, 2006, pg. 208). A correferência nessas construções só é estabelecida entre o argumento Sa da dependente e o Sujeito da oração principal (55a), quando o verbo marcado com o sufixo consecutivo é divalente, a correferência não é expressa morfológicamente, e a Série Não-Agentiva é utilizada (55b):

- (56) a) *ã-xepyto 'ak we-karõ-ire*  
 1SG.A-descançar 1SG.COR-comer-CONS  
 ‘eu descansei depois que comi tudo’

- b) *ã-ã rãka ne=r-exãk-ire*  
 1SG.A-ir PAS.REC 2SG.NA-R-ver-CONS  
 ‘eu fui depois que te vi’

c) xe=∅-pyk-ire                      rāka                      amyn-a                      i-kyr-i  
 1SG.A=R-cobrir-CONS              PAS.REC                      chuva-RFR              3.NA-chover-I2  
 ‘depois que (você) me cobriu, choveu’

Em razão dos prefixos correferências só ocorrerem com verbos monovalentes ativos, identifica-se uma semelhança formal entre essa construção e as de *predicador ativo*. No entanto, de acordo com Praça (2007), a marcação de pessoa das orações consecutivas não depende da correferência de seus participantes i.e. nem sempre há coindexação pragmática (não morfológica) entre seu argumento externo e o Sujeito da principal (55c).

Em resumo, as análises desta seção expuseram o funcionamento do sistema de referência de pessoa em predicados dependentes e os casos de correferência gramaticalizada no Apyãwa. Por não haver Hierarquia Referencial, nem cisão intransitiva, nesse tipo de construção, percebe-se que é a correferência que dita sua indexação. A tabela abaixo sintetiza os *gatilhos* (sempre os argumentos S/A) e *alvos* sintáticos da correferência, em que: i) o alvo com nomes e posições é seu argumento interno; ii) o alvo das construções de *predicador ativo* {-wo} e Consecutiva {-ire} é sempre Sa; iii) o alvo de orações com *predicador não-ativo* {-ãramõ} é sempre So; iv) o alvo do Subjuntivo {-ramõ} é sempre o argumento O:

Alinhamento	Construções
S = Argumento Interno	Nomes e posições
S = S(a)	Predicador ativo e Consecutiva
S = S(o)	Predicador não-ativo
S = O	Subjuntivo

TABELA 7 - ALINHAMENTOS DA CORREFERÊNCIA EM APYÃWA

Resumindo, o sistema de referência dos predicados dependentes é ditado primariamente pela valência do núcleo verbal, em que predicados monovalentes e divalentes, comportam-se de maneira distinta. Secundariamente, há uma ramificação nos predicados monovalentes, quanto a sua natureza ativa/não-ativa. Se o predicado for monovalente ativo, a correferência é marcada nas construções com {-wo} e {-ire} e seu alvo, o participante Sa, é expresso por meio da Série Correferencial. No caso do predicado ser monovalente não-ativo, a correferência é marcada pela mesma série, mas ocorre nas construções com o sufixo {-ãramõ} e seu alvo é o argumento So. Se o núcleo do predicado for divalente, a correferência é representada formalmente por meio da Série Correferencial apenas nas construções com sufixo {-ramõ}, e seu alvo é o argumento O do predicado dependente.

É interessante notar que, em outras duas línguas do subconjunto IV da Família Tupi-Guarani, encontramos dois casos bem distintos entre si. Em Parakanã, o sistema correferencial é tão produtivo quanto o visto para o Apyãwa, os prefixos correferenciais ocorrem com predicados nominais e posposicionais<sup>21</sup>, predicados dependentes monovalente ativos e não-ativos, e divalentes (-ramõ) (cf. Silva, 1999). Por outro lado, em Avá-Canoeiro, os prefixos correferenciais foram eliminados da língua, o que mantém a marcação de pessoa em nomes, posposições e predicados dependentes, estritamente absolutiva (cf. Borges, 2006).

Por fim, fica evidente a distinção de alinhamento sintático que há no sistema de referência dos predicados dependentes em Apyãwa: as construções monovalentes funcionam com base em um sistema ativo/estativo e as construções divalentes são regidas por um alinhamento ergativo (apenas S e O são alvos da correferência, nunca A). As possíveis motivações e consequências tipológicas desse sistema serão aprofundadas na seção 3.1 desta dissertação.

### 2.3.2 Tupinambá

A correferência gramaticalizada em Tupinambá também é obrigatoriamente realizada nos ambientes em que é permitida. No entanto, ela não ocorre com a mesma frequência, nem nos mesmos contextos do Apyãwa. Nos predicados nominais e posposicionais, por exemplo, a Série Correferencial só codifica os argumentos de 3ª pessoa (56 e 57), enquanto no Apyãwa,

---

<sup>21</sup> Silva utiliza Sujeito/OD e Sujeito/OI

ela é produtiva em todas as pessoas do discurso, como visto na subseção anterior. Esse comportamento foi identificado tanto por Barbosa (1956), quanto por Rodrigues (1981):

(57) **o-ayr-a**  
3.COR-filho-RFR  
'o filho dele mesmo'

(58) **o-pupe**  
3.COR-dentro  
'em si mesmo'

(Lemos Barbosa, 1953:108)

É preciso ressaltar duas circunstâncias que envolvem os dados acima. Primeiro, uma retomada da problemática de *corpora* documental, enfrentada nas análises propostas para o Tupinambá. Não se deve excluir a possibilidade da menor produtividade da Série Correferencial, em predicados não-verbais, ser atribuída a uma lacuna nos dados dessa língua. Contudo, é sabido que um dos traços de mudança diacrônica quanto à correferencialidade nas línguas Tupi-Guarani é justamente a restrição desse fenômeno à terceira pessoa do discurso (cf. Jensen, 1998), o que parece justificar sua retração. Segundo, não há como acessar o contexto sintático em que as construções acima ocorreram. Isso nos impossibilita identificar o controlador da correferência encontrada nesses dados. Contudo, a partir do que se sabe do comportamento da referência em línguas Tupi-Guarani (Rodrigues, 1981; Silva, 1999; Praça, 2007) e da descrição da correferencialidade feita por Jensen (1998) para o Tupinambá, conseguimos afirmar que o índice pessoal {o-} é a marca correferencial de 3ª pessoa e que seu controlador é o argumento S/A da sentença.

Ao reconstruir os marcadores de pessoa para o proto Tupi-Guarani, Jensen (1998) evidencia que havia naquela língua uma série completa de prefixos dedicados em expressar exclusivamente a correferência entre os argumentos do enunciado, a qual se perdeu em algumas línguas da FTG. Parece mais frutífero, tipologicamente, atribuir a restrição da correferência gramaticalizada dos predicados nominais e posposicionais vista acima, a essa erosão dos prefixos correferências, e não a uma lacuna nos dados.

Em predicados dependentes, a indexação de pessoa em Tupinambá é regida pela correferência, como foi visto na seção 2.1.2. Isso significa que alternam-se os prefixos da Série Correferencial e os clíticos da Série Não-Agentiva, a depender do argumento ser ou não correferente com o sujeito da principal. Consideramos que há uma dupla expressão da correferência morfológica nessa língua também, tanto por prefixos correferenciais, quanto por sufixos subordinativos. Por consequência, o sistema que envolve as construções dependentes monovalentes, divide-se em duas partes: construções agentivas e construções não-agentivas.

### 2.3.2.1 Correferência em construções de predicador ativo e de predicador não-ativo

Em Tupinambá, os predicados monovalentes que apresentam marca de dependência, sempre estabelecem a correferência de seu argumento único com o sujeito da oração principal. Os sufixos que expressam a dependência são distinguidos pela dicotomia ativo/não-ativo: {-aβo}{-a ~ -aβo) conhecidos na literatura como Gerúndio, ocorrem com predicados ativos; {-ramo}{-ramo ~ -amo) ocorrem, por sua vez, com predicados não-ativos. Essas construções são nomeadas por nós como *predicador ativo* e *predicador não-ativo*, respectivamente, e são análogas àquelas analisadas na seção anterior para o Apyãwa:

- (59) *o-je-aibik*                              *o-asé-asém-amo*                      *o-manô-ŋatw-áβo*                      *koité*  
3.A-REF-abaixar.a.cabeça    3.COR-gritar-gritar-PNA    3.COR-morrer-bem-PDA    enfim  
Abaixou a cabeça, gritou repetidamente e enfim morreu mesmo' (Rodrigues, 2001, p. 92, análise nossa)

De acordo com Jensen (1998), os prefixos correferenciais do Tupinambá só ocorrem com todas as pessoas do discurso nas construções de *predicador ativo* (59a). O uso dessa série fica restrito à 3ª pessoa nos predicados não-agentivos {-ramo} (58b). Com as outras pessoas há a ocorrência dos clíticos da Série Não-Agentiva. Rodrigues (1981) também já havia identificado essa particularidade em suas análises. Por conta desse comportamento, Jensen (op. cit.) explica que essa fragilidade da correferência deve-se a um processo de 'erosão ergativa', que estaria em curso no Tupinambá. As relações e consequências desse processo serão aprofundadas no capítulo 3

(60)	a)	wi-puka-po	'and I laughed'	
		oro-puka-po	'and we EX laughed'	
		ja-puka-Po	'and we IN laughed'	
		e-puka-po	'and you SG laughed'	
		pe-puka-Po	'and you PL laughed'	
		o-puka-po	'and [3] laughed'	
	c)	sje karu-ramo	'I, being good'	
		ore karu-ramo	'we EX, being good'	
		jane katu-ramo	'we IN, being good'	
		ne katU-ramo	'you SG, being good'	
		pe karu-ramo	'you PL, being good'	
		o-katu-ramo	'[3-COR], being good'	(Jensen, 1998, p. 31)

### 2.3.2.2 Correferência em construções com {-reme} “Subjuntivo”

Em Tupinambá, a dependência em predicados divalentes pode ser marcada por meio de dois morfemas, {-aβo} e {-reme} (-reme ~ -eme ~ -me). O primeiro já foi exposto na subseção anterior, o segundo é conhecido na literatura como Subjuntivo (Anchieta, 1595; Barbosa, 1956; Rodrigues, 1953, 1981) e exprime temporalidade, causa ou condição de acordo com Rodrigues (1981).

Há uma divergência entre as descrições de Barbosa (op. cit.) e Rodrigues (op. cit.), quanto a marcação de pessoa nas construções com {-reme}. Em seu curso de Tupi-Antigo, Barbosa descreve uma série *reflexiva* de pronomes, que mapeia morfologicamente a correferência entre o sujeito da principal e o argumento O na dependente, quando este é de 3ª pessoa. Mesma produtividade é descrita para a construção de predicador não-ativo, também semanticamente não-agentiva (cf. Barbosa, 1956). Por sua vez, Rodrigues descreve superficialmente a indexação de pessoa do subjuntivo, no entanto, propõe para estas construções, uma marcação análoga à descrita para o chamado Indicativo II<sup>22</sup>, exclusivamente absoluta (cf. Rodrigues, 1953, 1981).

Apesar disso, ambos concordam quanto a disjunção intersentencial entre os sujeitos expressa nas construções subjuntivas. Abaixo há dados retirados da obra de cada autor, um

<sup>22</sup> O Indicativo II é identificado por um sufixo {-i}, quando há uma expressão adverbial topicalizada na sentença e é caracterizado pela marcação de pessoa por meio dos clíticos da Série Não-Agentiva, apenas quando o participante é de 1ª ou 3ª pessoa (cf. Rodrigues, 1953, p. 132).

que mostra a ocorrência da Série Correferencial (59) e outro que exemplifica a ocorrência da Série Não-Agentiva (60):

(61) *o-pytá*            *o-pysyk-eme*  
 3.A-ficar            3.COR-segurar-SUB  
 ‘fica, se o seguram’ (Barbosa, 1956:304)

(62) *xe-só-reme*  
 1SG.NA-ir-SUB  
 ‘se eu for’ (Rodrigues, 1953. pg. 130)

Assim, se adotarmos a descrição de Rodrigues (1953, 1981), os alvos da correferência em Tupinambá podem ser: i) os argumentos internos de nomes e posposições (de 3ª pessoa); ii) argumento único de predicadores ativo; iii) argumento único de predicadores não-ativo (de 3ª pessoa); iv) é inexistente no subjuntivo. A descrição de Barbosa (1956), por sua vez, difere apenas quanto à última construção. Nela, haveria a possibilidade do alvo da correferência ser o argumento O (de 3ª pessoa). A tabela abaixo sintetiza o paradigma da correferência gramaticalizada, por meio dos índices pessoais em Tupinambá:

Alinhamento	Construções
S = Argumento Interno 3ª pessoa	predicados nominais e posposicionais
S = S(a)	predicador ativo
S = S(o) 3ª pessoa	predicador não-ativo
S/A = O 3ª pessoa (Barbosa, 1956)	subjuntivo

TABELA 8 - ALINHAMENTOS DA CORREFERÊNCIA EM TUPINAMBÁ

Quando comparado à tabela 7, percebe-se que o sistema correferencial em Tupinambá é bem menos produtivo que o descrito para o Apyãwa. Primeiro, os prefixos correferenciais só ocorrem com predicados nominais e posposicionais, quando o argumento interno, encontra-se na 3ª pessoa (56) e (57). Da mesma forma, as construções de predicador não-ativo {-ramo} (58) e de subjuntivo {-reme} (59) só expressam morfologicamente a correferência com participantes de 3ª pessoa. A única construção que manteve a realização da correferência gramaticalizada em todas as pessoas do discurso foi a de *predicador ativo* (58). Ainda assim, sabe-se que a ocorrência dos prefixos de 1ª e 2ª pessoa nessas construções é muito rara (cf. Rodrigues, 1981).

Há dois pontos interessantes que surgem a partir do balanço feito acima, acerca da produtividade morfológica da correferência no Tupinambá. O primeiro corresponde ao fato de que a limitação da realização dos prefixos correferenciais iniciou-se pelas construções não-agentivas. Aqui não nos referimos especificamente aos contextos em que se realizam os índices da Série Não-Agentiva, porque nas construções dependentes - assim como nos predicados nominais e posposicionais - essa é a única série de marcadores permitida, além da Série Correferencial. Entendemos por construções não-agentivas, aquelas que mapeiam participantes semanticamente não-ativos e.g. os argumentos internos de nomes e posições, o argumento único de verbos estativos (So) e o argumento O dos verbos divalentes. Enquanto isso, a construção agentiva - sufixo {-aβo} - foi a única que manteve a produtividade dos prefixos correferenciais em todas as pessoas do discurso, apesar de já demonstrar certa erosão, sentida pela raridade dos prefixos de 1ª e 2ª pessoa.

### **2.3.3 Guarani Mbyá**

Quanto à expressão da correferência gramatical, o Guarani Mbyá apresenta um sistema com produtividade mais limitada que os descritos para o Apyãwa e Tupinambá (cf. Jensen, 1998). Devido a essa língua ter estendido o paradigma de indexação de pessoa presente nas construções independentes para as construções dependentes, houve uma redução dos ambientes em que a realização dos índices pessoais absolutivos é possível (Jensen, 1990, p. 129; Martins, 2003, p. 138-139). Por consequência, os contextos que permitem a ocorrência da Série Correferencial também foram limitados e se resumem às construções não-verbais.

### 2.3.3.1 Correferência em construções não-verbais

Os prefixos correferenciais de 1ª e 2ª pessoa foram completamente eliminados no Mbyá e algumas construções ainda mantiveram o uso do prefixo de 3ª pessoa. Com predicados nominais e posposicionais, o índice pessoal de correferência {-o} ainda ocorre quando o argumento interno (de 3ª pessoa) é correferente ao sujeito da oração (61a e 62a). Quando o argumento desses predicados é representado por um participante intralocutivo, ele é mapeado por meio dos clíticos da Série Não-Agentiva (61b e 62b):

(63) a) *o-jevy*                      *o-yvy*                      *py*  
3.A-return                      3.COR-land                      to                      (Jensen, 1998, p. 40)  
‘He returned to his own land.’

b) *xe=ø-po*  
1SG.NA=R-mão  
‘minha mão’

(64) a) *o-je-upe*                      *aipo*                      *e'i*  
3.COR-REF-to                      DEM                      3.say                      (Jensen, 1998, p. 40)  
‘He said like that to himself.’

b) *ndée*                      *e-ju*                      *xe=r-eve*  
você                      2.IMP-vir                      1SG.NA-R-Com  
‘você vem comigo’

No caso dos predicados não-verbais, eliminação dos prefixos correferenciais de 1ª e 2ª pessoa não é atribuída à extensão do sistema referencial de predicados independentes aos dependentes. Isso porque a correferência em nomes e posposições funciona à nível intrassentencial, logo a interdependência entre predicados não influencia nessa relação. Uma possível explicação para essa restrição é a mesma proposta por Jensen (1998) para o Tupinambá: o contexto envolvendo correferência entre participantes de 1ª e 2ª pessoa não gera ambiguidade, o que torna a realização morfológica desse fenômeno redundante.

### 2.3.3.2 Correferência no contexto intersentencial

A alternância entre os clíticos da Série Não-Agentiva e os prefixos da Série Correferencial, encontrada nas construções dependentes em Apyãwa e Tupinambá, não ocorre no Mbyá. Os parâmetros para a indexação de pessoa nas orações subordinadas são os mesmos que regem o sistema referencial dos predicados independentes e não se baseiam na correferencialidade i.e. há um critério semântico ativo/não-ativo para a marcação em verbos monovalentes e uma Hierarquia Referencial que rege os índices de pessoa em verbos divalentes<sup>23</sup> (Jensen, 1990; Martins, 2003). Nessa língua, há três construções dependentes adverbiais: i) o sufixo de *predicador ativo* {-vy}, que expressa um evento simultâneo ou em sequência (63); ii) o Subjuntivo {-ramo}, que expressa eventos temporais, causais ou condicionais (64); iii) as orações consecutivas {-ire}, que indicam eventos em sucessão (65) (cf. Martins, 2003):

- (65) *a-Jevy*                      *a-Ju-vy*  
1SG.A-retornar              1SG.A-vir-PDA  
'eu retornei, vindo'
- (66) [*o-vaê-ramo-ve*]      *t-embí'u*      *o-ø-Japo*  
3.A-chegar-SUB-logo R-comer      3.A-3.NA-fazer  
'logo que chegou ele/a fez comida'
- (67) *nha-ma' ety-e'y-rire*      *nda-ja-karu-i*  
1PL.A-plantar-NEG-CONS      NEG-PL-comer-NEG  
'se não plantarmos, não comemos'

As partições do sistema referencial, propostas nesta seção para as construções

---

<sup>23</sup> Apesar de Martins (2003) e Jensen (1990) afirmarem isso, não há nenhum dado que exemplifique o funcionamento da HR nessas construções. O dado apresentado por Jensen (op.cit.) com o verbo *exa* 'viu' é semanticamente divalente no Inglês e no Português, mas aparenta ser monovalente no Mbyá, pelo fato de não seguir o paradigma para A (3) → O (3):

*o-exa jave/ramo/vy* (Jensen, 1990, p. 135)

3.A-viu quando

'quando ele o viu' ('when he saw him/it' no original)

dependentes, não podem ser aplicadas ao Mbyá. Isso porque a divisão existente nessa língua se baseia em dois sufixos subordinativos: o {-ramõ}, indicador de que o sujeito da oração dependente é diferente do da principal (SD), e o {-vy}<sup>24</sup>, derivado do predicador ativo {-aβo}, que indica mesmo sujeito entre os predicados subordinado e principal (MS)<sup>25</sup> (cf. Dooley, 1989):

(68) [Ava o-o vy] mboi o-exa  
 man 3.A-go SS snake 3.A-see  
 ‘When the man went, he saw the snake’

(70) [Ava o-o ramo] mboi o-exa  
 man 3.A-go DS snake 3.A-see  
 ‘When the man went, the snake saw him’

É interessante notar, que as construções gerundivas (MS) não podem ser formadas por verbos estativos/descritivos, apenas por verbos agentivos (cf. Dooley, 1992 *apud* Jensen, 1998). Então, as construções de *predicador não-ativo* existentes em Apyãwa e Tupinambá não encontram correspondentes em Mbyá. O sistema referencial de predicados dependentes da língua guarani se baseia menos na expressão gramatical da correferência. Essa expressão ainda existe, mas ela é feita por meio de um sistema binário, mais simplificado, que opõe as construções com {vy} e com {ramo}. Há uma bipartição muito clara de construções que demarcam *mesmo sujeito* e construções que apresentam *sujeito diferente*. No âmbito da indexação de pessoa, a marcação segue o mesmo padrão dos predicados independentes.

## 2.4 Considerações finais

O conteúdo deste capítulo evidenciou a importância e a complexidade dos sistemas referenciais presentes nas três línguas Tupi-Guarani analisadas. Por conta de seu caráter argumental e por serem obrigatórios, foram atribuídas aos índices de pessoa, funções

<sup>24</sup> Nota-se que Dooley (1989) descreve as marcas *ramo* e *vy* como formas livres e não afixadas ao núcleo verbal.

<sup>25</sup> De acordo com Dooley, as construções de *switch-reference* são duas vezes mais comuns que as outras construções dependentes (*-aguã* ‘propósito’, *-jave* ‘simultaneidade’, *-rire* ‘consecutivo’) (Dooley, 2010, p. 92).

sintáticas essenciais para a compreensão do discurso. Nesta última seção, pretendemos resumir as informações, análises e reflexões que foram construídas ao longo do capítulo e comparar mais diretamente os padrões de referência de pessoa de cada língua.

O primeiro ponto que notamos é o fato de que a marcação de pessoa nas construções independentes é mais homogênea que a de construções dependentes. A começar pelo padrão semântico ativo/não-ativo, que rege a indexação de predicados monovalentes igualmente em todas as três línguas, sendo, então, o sistema mais coeso. Nos predicados divalentes, a possibilidade de haver duas vagas morfológicas para a indexação de pessoa limitou o alcance da Hierarquia Referencial no Tupinambá e no Mbyá. Essa limitação manteve a HR apenas nos contextos em que  $O > A$ , de modo a privilegiar a marcação dos índices absolutivos (O) nessas línguas. Por sua vez, o Apyãwa possui uma única vaga para mapear os participantes em verbos divalentes, portanto a Hierarquia permite o privilégio de ambos argumentos A e O. Apesar dessa discrepância, os sistemas encontrados nas três línguas são semelhantes, no sentido em que todos são regidos pelo mesmo mecanismo da Hierarquia Referencial.

Nas construções dependentes, a indexação dos participantes é menos coesa e apresenta distinções mais significativas entre as três línguas. Apyãwa e Tupinambá possuem um sistema regido pela correferência, enquanto o Mbyá estendeu o padrão das construções independentes às dependentes. Apesar de serem mais próximos, os sistemas referenciais dos predicados dependentes, no Apyãwa e no Tupinambá, divergem entre si quanto à produtividade da Série Correferencial. Na língua Tapirapé, os prefixos correferenciais ocorrem integralmente com: i) predicados nominais e posposicionais, quando seus argumentos internos são correferentes com o sujeito do predicado; ii) com as construções de predicador ativo {-wo} (S/A = Sa), predicador não-ativo {-ramõ} (S/A = So), e com as subordinadas {-ire} (S/A = S) e {-arãmo} (S/A = O). No Tupinambá, há uma limitação na ocorrência dos prefixos correferenciais de 1ª e 2ª pessoa. Em três casos, esses morfemas foram eliminados por completo e a expressão da Série Correferencial limita-se aos participantes de 3ª pessoa: nomes, posposições, *predicador não-ativo* e subjuntivo. Apenas as construções de *predicador ativo* mantiveram a realização dos prefixos correferencias em todas as pessoas do discurso. Ressalta-se, que a limitação da correferência por parte dos índices de pessoa, nas construções dependentes, é compensada pela expressão desse fenômeno por parte dos sufixos subordinativos.

A indexação de pessoa das construções dependentes do Mbyá é a mais distinta dentre as três línguas. Como foi evidenciado, não é a correferência que rege o sistema referencial das subordinadas nessa língua. No lugar da alternância entre a Série Não-Agentiva e a Série Correferencial, constatada no Apyãwa e no Tupinambá, há no Mbyá, o mesmo parâmetro encontrado em predicados independentes. Além disso, os sufixos de subordinação se resumem à dualidade *mesmo sujeito* {-vy} e *sujeito diferente* {-ramõ}. Essas duas particularidades do sistema Mbyá se alinham a uma correferência gramatical pouco produtiva, na qual os prefixos correferenciais de 1ª e 2ª pessoa foram completamente eliminados em todas as construções e os de 3ª pessoa só ocorrem com nomes e posposições. Inclusive, ressalta-se o fato de não haver em Mbyá, uma construção dependente de *predicador não-ativo* como aquelas formadas pelos sufixos {-ramõ} e {-ramo} em Apyãwa e Tupinambá, respectivamente.

No primeiro capítulo desta dissertação, vimos que os índices pessoais integram a estrutura argumental de línguas *head-marking*, como as que compõem a Família Tupi-Guarani. Por conta disso, as descrições e análises do sistema de indexação de pessoa, propostas aqui para o Apyãwa, Tupinambá e Mbyá, esbarram em algum momento, no alinhamento sintático de suas línguas. Não à toa, essa relação foi pincelada ao longo deste capítulo, quando propomos a existência de um alinhamento ergativo na marcação de pessoa do Tupinambá e do Mbyá. O sistema de cisão intransitiva de predicados monovalentes e a Hierarquia Referencial de predicados divalentes, que só é acionada quando o argumento absolutivo é privilegiado (44a-c) e (47a-d), levam a um padrão de realização morfológica do participante que engloba os argumentos S e O, mas exclui A. Também constatamos a relação existente entre o padrão ergativo das línguas Tupi-Guarani e a correferência gramatical, evidenciada por Jensen (1990, 1998), e reforçada pela análise dos dados desta pesquisa. No capítulo a seguir, finalizamos a dissertação com uma exposição de hipóteses que se baseiam nessa relação tipológica entre índices pessoais, (cor)referência e alinhamento sintático.

## **Alinhamento sintático e correferência**

As análises do capítulo anterior evidenciaram a importância da correferência para os padrões de indexação de pessoa em línguas Tupi-Guarani. Uma parte importante do sistema referencial composto pelos índices pessoais cabe ao alinhamento sintático desenhado por essas morfemas. Neste capítulo final, pretende-se compreender a forma como os argumentos se alinham em cada sistema de marcação de pessoa, levando em conta o seu desenvolvimento diacrônico. Para alcançar esse objetivo, propomos na primeira seção, uma análise comparativa entre as principais reconstruções feitas para os marcadores de pessoa da FTG (Jensen, 1998; Gildea, 2002). O importante aqui é evidenciar como as análises acerca do alinhamento sintático, traçado pelos sistemas cor(referências), variam de acordo com a reconstrução adotada. Na segunda seção, abordamos a hipótese do “caminho da acusativização”, proposta por Givón (1997; 2001) e atualizada por Queixalós (2004), e como ela instiga a busca por explicações para as transformações sofridas pelo sistema referencial em línguas da Família Tupi-Guarani, evidenciadas por Jensen (1990). A proposição é encontrar, nesses estudos, possíveis explicações para alguns comportamentos inesperados da sintaxe dos índices pessoais, como o fato de línguas apresentarem traços inovadores e conservadores simultaneamente e.g. uma Hierarquia Referencial mais absolutiva, em línguas que apresentam um sistema correferencial menos produtivo. Por ser o capítulo mais investigativo desta dissertação, sabe-se que ao fim, a quantidade de perguntas será maior que a de respostas.

### **3.1 A reconstrução dos índices de pessoa**

A relação entre a correferência e os alinhamentos sintáticos das construções verbais da Família Tupi-Guarani foi abordada por Jensen (1998). A linguista expõe o fato, de que a perda da correferência morfológica está atrelada à erosão ergativa nas línguas TG. Mostraremos nesta seção, como o grau de proximidade das línguas com o proto Tupi-Guarani e essa relação dependem da reconstrução que é proposta para as formas pessoais do pré-PTG. Esse sistema referencial foi reconstruído de duas formas, uma que o considera alinhado a um padrão

ergativo-absolutivo (Jensen, 1990, 1998) e outra que revela um estágio pré-Proto-Tupi-Guarani nominativo-acusativo (Gildea, 2002).

Na tabela abaixo, estão representados os índices pessoais, reconstruídos por Jensen (1998, p. 6) para o Proto-Tupi-Guarani, e suas divisões em séries, de acordo com sua função e com o ambiente morfossintático em que ocorrem:

Pessoa	Série Agentiva	Série Não-Agentiva	Série Correferencial	Série Intralocutiva
1SG	*a-	*cě	*wi-	
1EXC	*oro-	*oré	*oro-	
1INCL	*ja-	*jané	*jere-	
2SG	*ere-	*né	*e-	*oro-
2PL	*pe-	*pé	*peje-	*opo-
3	*o-	*i-/c-	*o-	

TABELA 9 - ÍNDICES PESSOAIS DO PROTO-TUPI-GUARANI (JENSEN, 1998, P. 6)

Jensen propõe que a indexação de pessoa do pré-Proto-TG, em uma fase inicial, seria inteiramente absolutiva. Os outros padrões de marcação teriam surgido posteriormente a esse estágio ergativo da língua. O padrão absolutivo, encontrado atualmente nas construções dependentes, seria mais antigo que a cisão intransitiva e que a Hierarquia Referencial, existentes nos predicados independentes. Uma possível evidência disso é o fato de a ordem de palavras do pré-Proto-Tupi-Guarani ser SOV. Portanto, os argumentos mais próximos ao

verbo teriam se fixado mais cedo a ele: o argumento S aos predicados monovalentes e o argumento O aos divalentes (Harrison 1986, *apud* Jensen, 1990).

Quatro evidências são elencadas por Jensen (1998) como confirmações da proposta absoluta para a indexação de pessoa do PPTG:

- (i) a existência de construções mais antigas em línguas que passaram por mudanças recentes, as quais eliminaram ou modificaram significativamente essas construções;
- (ii) um modelo que demonstre como essas mudanças se sucederam;
- (iii) evidências de formas e sistemas de indexação de pessoas cognatas, fora da Família Tupi-Guarani, dentro do tronco Tupi;
- (iv) características únicas das construções Oblíquas-Topicalizadas [Indicativo II];

Com relação à primeira evidência, a linguista propõe que em algumas línguas, como o Guarani Mbyá, as construções dependentes de *predicador ativo* modificaram seu padrão referencial mais antigo (Série Não-Agentiva) ao substituí-lo pelas formas ativas dos índices pessoais (Série Agentiva). Apesar dessa recente transformação da indexação de pessoa, há ainda algumas construções remanescentes do antigo sistema ergativo-absolutivo como as do exemplo abaixo. Suas formas vêm de verbos que adotavam as marcas não-agentivas, como o prefixo {\*i-}:

- |      |                 |                             |                   |
|------|-----------------|-----------------------------|-------------------|
| (71) | <i>imondovy</i> | vem de * <i>i-mo-nó-aβo</i> | ‘mandando embora’ |
|      | <i>imo’amy</i>  | vem de * <i>i-mo’ám-a</i>   | ‘fazendo ficar’   |

A existência dessas construções evidencia que no Mbyá Guarani houve uma mudança do padrão ergativo-absolutivo, para o padrão mais recente, que utiliza a Série Agentiva, e não o contrário. Há também o sistema *mesmo sujeito/sujeito diferente* descrito por Dooley (1989), o qual traz um suporte para a origem gerundiva do sufixo *-vy*, que tem por função demarcar a coindexação entre os sujeitos da oração dependente e principal.

A segunda evidência, parte de um modelo explicativo para a formação do paradigma de indexação de pessoa do proto Tupi-Guarani. O resultado final desse percurso seria o

sistema descrito na tabela 9. Esse processo de desenvolvimento é composto por quatro estágios:

- 1° o sistema de indexação é inteiramente absolutivo (Série Não-Agentiva);
- 2° adicionam-se os prefixos da Série Agentiva, posicionados antes dos marcadores absolutivos, quando O é de 3ª pessoa;
- 3° surge o sistema de Hierarquia Referencial, que rearranja a distribuição das Série Agentiva e Série Não-Agentiva, nas construções divalentes independentes;
- 4° desenvolvimento dos prefixos da Série Intralocutiva.

No primeiro estágio, a marcação de pessoa das construções verbais do pré-*proto-Tupi-Guarani* seria inteiramente absolutiva, como as encontradas nos predicados dependentes do *Apyãwa* e do *Tupinambá*. O argumento O seria mapeado por meio de pronomes livres (72a-b), assim como o argumento A, cujas formas pessoais livre não perduraram até os dias atuais e sua reconstrução não é mais possível (cf. Jensen, 1998). Percebe-se que os pronomes absolutivos ocorrem com todo o tipo e construções, tanto com predicados ativos quanto com não-ativos:

(72)

a) Marcação em verbos monovalente (ativos e não-ativos) (Jensen, 1998, p. 565-566)

1SG	*ce ker	‘I sleep’
1EX	*ore ker	‘we EX sleep’
1IN	*jane ker	‘we IN sleep’
2SG	*ne ker	‘you SG sleep’
2PL	*pe ker	‘you PL sleep’
3	*i-ker	‘he/she/it/they sleep(s)’
1SG	*ce r-eko	‘I am (alive)’
1EX	*ore r-eko	‘we EX are (alive)’
1IN	*jane r-eko	‘we IN are (alive)’
2SG	*ne r-eko	‘you SG are (alive)’
2PL	*pe n-eko	‘you PL are (alive)’
3	*c-eko	‘he/she/it is (alive)’

b) Marcação em verbos divalentes (o argumento A é externo ao sintagma verbal)  
(Jensen, 1998, p. 565-566)

1SG	*ce potar	‘you/he/she/they like(s) me’
1EX	*ore potar	‘you/he/she/they like(s) us EX’
1IN	*jane potar	‘you/he/she/they like(s) us IN’
2SG	*ne potar	‘I/we/he/she/they like(s) you SG’
2PL	*pe potar	‘I/we/he/she/they like(s) you PL’
3	*i-potar	‘I/we/you/he/she/they like(s) him’

Posteriormente, desenvolveram-se os prefixos da Série Agentiva para a marcação dos participantes Sa em predicados monovalentes ativos. Forma-se, nesse segundo estágio, o padrão semântico ativo/não-ativo que diferencia as construções verbais independentes Sa-V<sub>1</sub> e So-V<sub>1</sub>. A marcação em verbos agentivos, como *ker* ‘dormir’ acima, passaram a substituir os pronomes absolutivos (72), pelos novos prefixos agentivos (73):

(73)

1SG	*a-ker	‘I sleep’
1EX	*oro-ker	‘we EX sleep’
1IN	*ja-ker	‘we IN sleep’
2SG	*ere-ker	‘you SG sleep’
2PL	*pe-ker	‘you PL sleep’
3	*o-ker	‘he sleeps’

(Jensen, 1998, p. 566)

Jensen defende que os prefixos agentivos teriam surgido nos predicados monovalentes antes de ocorrerem nos divalentes. Isso devido às mudanças mais recentes, na marcação de pessoa, terem ocorrido primeiro em construções intransitivas (cf. Jensen, 1998). Isso foi confirmado por nossas análises do Tupinambá, encontradas no capítulo 2, em que se evidenciou um enfraquecimento da ergatividade nas construções dependentes monovalentes. Parece haver nesse contexto, uma transição em direção a um sistema regido por uma cisão intransitiva, enquanto o padrão absoluto das subordinadas divalentes se manteve (58, 59 e 60). A tabela abaixo ilustra o paradigma dos índices pessoais existentes nesse segundo estágio:

(74) Paradigma dos índices de pessoa no estágio 2 do modelo de Jensen (1998, p. 566)

Subject	Object					
	1SG	1EX	1IN	2SG	2PL	3
1	x	x	x	né	pé	i-/c-
2	čé	oré	x	x	x	i-/c-
3	čé	oré	jané	né	pé	i-/c-

O terceiro estágio, proposto por Jensen (1998), é marcado pela extensão, por analogia, da Série Agentiva aos verbos divalentes de construções não-dependentes. Além de mapear os argumentos Sa, os prefixos agentivos também codificariam o argumento A quando O é de 3ª pessoa, que, por sua vez, é mapeado por meio do prefixo *\*i-*. Os dados abaixo exemplificam a indexação dos argumentos em verbos divalentes neste estágio:

(75)	<b>A</b>	<b>O</b>
	*a-	
	*oro-	
	*ja-	*i-potár
	*ere-	
	*pe-	

(Jensen, 1998, p. 567)

Nesse novo paradigma dos verbos divalentes, o argumento O, por ser sempre de 3ª pessoa, poderia ser inferido pelos falantes. Quando esse sistema se tornou mais estável, o marcador absolutivo foi eliminado dessas construções em algumas das línguas TG, pois tornaram-se redundantes. Como explicitou Jensen (1998), esse foi o caso do Apyãwa, analisado no capítulo anterior, e de outras línguas Tupi-Guarani, Wayampi, Urubu-Kaapor, Guajajara, Tocantins Assurini, Kamaiura, Parintintih, e Kayabi. A linguista acredita que não há relação entre a perda desse prefixo absolutivo de 3ª e outras mudanças ocorridas na indexação de pessoa. Apenas línguas dos grupos I e VIII apresentam transformações de algum tipo no sistema referencial, enquanto línguas dos grupos IV ao VIII perderam o prefixo (cf. Jensen, 1998).

O surgimento da Hierarquia Referencial é o elemento que marca o quarto estágio de desenvolvimento do modelo de Jensen (1998). Uma outra alternativa proposta pela linguista para a coexistência dos dois sistemas referenciais (absolutivo e nominativo) é a de que a marcação do argumento A em verbos divalentes, por meio da Série Agentiva, estendeu-se aos poucos, primeiro para a 2ª e depois para a 1ª pessoa. Esse padrão nominativo-acusativo - a expansão dos prefixos agentivos seria acompanhada pela eliminação da marca absoluta de 3ª pessoa -, nunca se desenvolveu diretamente nas línguas Tupi-Guarani. Apesar disso, a marcação de pessoa, em Urubú-Kaapor, codifica apenas o argumento A nas construções transitivas independentes (cf. Jensen, 1990, 1998):

(76) Marcação em verbos divalentes no Urubú (Jensen, 1990, p. 131)

a-sak	‘Eu [te/o(s)/a(s)] vi’
ja-sak	‘Nós [te/o(s)/a(s)] vimos’
ere-sak	‘Você [me/nos/o(s)/a(s)] viu’
pe-sak	‘Vocês [me/nos/o(s)/a(s)] viram’
u-sak	‘Ele(s)/Ela(s) [me/nos/te/o(s)/a(s)] viram’

O que de fato se desenvolveu, a partir da coexistência da Série Agentiva e da Série Não-Agentiva, foi uma hierarquia de pessoa, objeto de estudo da seção 2.2 desta dissertação. Como foi visto, a regra  $1 > 2 > 3$  não dá conta de explicar o funcionamento da HR em sua totalidade. Há variações de privilégio sintático, a depender do número de vagas morfológicas existentes no núcleo verbal e da distribuição da Série Intralocutiva. Jensen (1998, p. 569) identifica duas lacunas nesse sistema de hierarquia simplificado ( $1 > 2 > 3$ ): i) não explica as motivações da indexação de pessoa quando A e O são equivalentes (ambos de 3ª pessoa); ii) ignora a existência dos prefixos *portmanteaux* usados quando  $A = 1^a$  age sobre  $O = 2^a$ .

Para preencher essas lacunas, a linguista propõe explicar as regras do funcionamento da Hierarquia Referencial a partir de outra perspectiva, a de que ela teria surgido para cobrir apenas os casos em que O é hierarquicamente superior a A. Sabendo que os prefixos agentivos ocorrem somente quando O é de 3ª pessoa, falta determinar a indexação de pessoa quando A é hierarquicamente superior a O, e esse é de 2ª pessoa. Até o momento do estágio 3, seriam utilizados os índices da Série Não-Agentiva para codificar o argumento O nesses

casos. Contudo, a partir do desenvolvimento da HR, isso não seria mais possível pelo fato de O não ser superior a A. Isso explicaria o porquê do sistema hierárquico não funcionar quando O (1ª) age sobre O (2ª). Também não haveria motivos para esperar a ocorrência da Série Agentiva nesses casos, por conta de esses prefixos só ocorrerem quando O é de 3ª pessoa, como foi estipulado anteriormente (cf. Jensen, 1998, p. 570). Para preencher essa lacuna do sistema referencial, desenvolvem-se os prefixos *portmanteaux*, que identificam o ambiente em que a Hierarquia se cinde. Esses prefixos não se alinham com o padrão ergativo-absolutivo mais antigo, nem com o novo padrão que mapeia o argumento A (Jensen, 1998). A tabela abaixo ilustra o resultado final do processo que levou à formação da Hierarquia Referencial, como foi reconstruída para o proto-TG. As marcas de *Set 1* e *Set 2* correspondem às nossas Série Agentiva e Série Não-Agentiva, respectivamente:

(77) Paradigma da Hierarquia Referencial do proto-Tupi-Guarani (Jensen, 1998, p. 569)

Subject	Object					3
	1SG	1EX	1IN	2SG	2PL	
1	x	x	x	Cross-reference A-P Set 4		Cross-reference  A (+ P) Set 1 (+2)
2			x	x	x	
3	Cross-reference P Set 2					

O interessante dessa abordagem é que ela explica o motivo de línguas que possuem duas vagas morfológicas em verbos divalentes, como o Tupinambá e Mbyá, apresentarem uma HR de marcação absoluta (Série Não-Agentiva). Como vimos acima, esse sistema hierárquico se desenvolveu com o objetivo de reger apenas os contextos em que o argumento O é superior ao argumento A. Essa hipótese implica em duas assunções importantes para nossas análises i) as línguas que mantiveram as duas vagas morfológicas e a Hierarquia limitada aos contextos O>A podem ser consideradas conservadoras; ii) línguas como o Apyãwa, que perderam uma vaga morfológica, são inovadoras e provavelmente compensaram essa perda com a extensão do funcionamento da HR.

A assunção (i) confirma a aparente inconsistência entre os sistemas referenciais de línguas como o Tupinambá e o Mbyá. Apesar de apresentarem uma marcação de pessoa conservadora, possuem um sistema correferencial fragilizado, o que, de acordo com Jensen (1998), corresponde a perda de ergatividade, marca de línguas inovadoras. O modelo proposto por Jensen não dá conta de explicar essa incongruência. Os prefixos correferenciais não são abordados em qualquer um dos quatro estágios de desenvolvimento, mesmo que esses morfemas tenham sido reconstruídos pela linguista para o proto Tupi-Guarani como visto na tabela 9.

A terceira evidência, em favor de um sistema ergativo-absolutivo para o pré-proto-TG, é atribuída à existência de marcadores de pessoa cognatos em línguas que não fazem parte da Família Tupi-Guarani, mas que compõem o tronco Tupi. Jensen (1998) procurou essas formas cognatas primeiro em línguas mais próximas da FTG, como o Sateré-Mawé, depois em outras como o Aweti, o Munduruku e o Tupari. De acordo com a linguista, os cognatos encontrados não servem de muito auxílio para a reconstrução do sistema referencial do PPTG. No entanto, eles indicam que os índices das Série Não-Agentiva, Agentiva e Intralocutiva teriam se desenvolvido apenas após o pré-proto-Tupi-Guarani se separar das outras línguas Tupi. Por outro lado, a Hierarquia Referencial representa um sistema mais exclusivo e só se desenvolveu na FTG, no Aweti e no Sateré-Mawé. Mas o ponto mais interessante proposto por Jensen, é o de que os prefixos de 3ª pessoa {\*i-} e {\*t-} teriam pertencido a uma série mais antiga de índices pessoais, composta também pelos prefixos {\*wi-} e {\*e-}, que posteriormente desempenhariam a função correferencial<sup>26</sup> (cf. Jensen, 1998, p. 575).

Por último, Jensen (1998) elenca algumas características particulares das construções com Indicativo II (Olique-Topicalized), que são evidências de um sistema referencial ergativo-absolutivo do pré-proto-Tupi-Guarani:

(i) possui uma indexação absoluta, o que pode ser um resquício do sistema ergativo-absolutivo mais antigo descrito para o PPTG. Isso tornaria desnecessário classificá-la como uma construção dependente, apesar de ela não apresentar traços tradicionais de dependência;

---

<sup>26</sup> De acordo com Jensen, essas formas cognatas entre Tupinambá, Tupari e Munduruku, em comparação com as formas do PTG, indicariam que a Série Correferencial poderia ter tido uma função que ia além da expressão da correferencialidade (cf. Jensen, 1998, p. 574).

(ii) apresenta uma ordem de constituintes mais rígida, em línguas que apresentam ordem mais flexível. Isso corroboraria uma possível ordem mais fixa de verbo final em estágios mais antigos do proto Tupi-Guarani;

(iii) seu paradigma de indexação é incompleto, em algumas línguas o Sujeito só pode ser de 3ª pessoa e em outras apenas de 1ª ou 3ª pessoa. Isso pode significar que essa construção estava a ponto de ser substituída pelo novo padrão de marcação de pessoa, desenvolvido nas construções verbais independentes;

(iv) o sufixo que demarca o Indicativo II possui três alomorfes {-n}, {-w} ou {-j} a depender da última vogal da raiz verbal. A dificuldade em se explicar as discrepâncias entre {-n} e {-j} sugerem que essa construção é mais antiga e que haveria fontes diferentes para cada um;

(v) essa construção foi eliminada em todas as línguas que sofreram transformações no sistema de indexação de pessoa (cf. Jensen, 1990). Nenhum verbo independente possui indexação absoluta, a não ser pelos contextos regidos pela Hierarquia Referencial.

É só com base nessa reconstrução de um sistema referencial ergativo-absolutivo, que Jensen (1998) relaciona a erosão ergativa sofrida por algumas línguas da Família Tupi-Guarani, com a restrição da correferência gramaticalizada. Como foi visto, a linguista propõe uma classificação que leva em conta a produtividade da Série Correferencial: i) línguas de sistema *máximo* que possuem todos os prefixos correferenciais produtivos, como o Apyãwa; ii) línguas com sistema de *transição*, que apresentam eliminações dos prefixos correferenciais em alguns contextos, como o Tupinambá; iii) línguas de sistema *mínimo*, as quais expandiram os contextos em que a Série Correferencial foi eliminada, como o Guarani Mbyá; iv) línguas de sistema correferencial inexistente, como o Urubú-Kaapor.

A associação entre ergatividade e correferência é clara, pelo fato de a Série Correferencial só ocorrer nos mesmos ambientes morfossintáticos que a Série Não-Agentiva. A questão é: e se o sistema referencial reconstruído para o pré-Proto-Tupi-Guarani não fosse ergativo-absolutivo? É isso que propõe a reconstrução dos marcadores de pessoa do pré-Proto-Tupi-Guarani realizada por Gildea (2002). A partir de um método de reconstrução baseado nas teorias de gramaticalização, principalmente àquelas referentes à sintaxe

diacrônica (Heine et al 1991; Hopper e Traugott, 1994; Bybee et al 1994), o linguista revisita e formula uma alternativa à reconstrução proposta por Jensen (1998).

O foco dessa revisão é o modelo de quatro estágios descritos pela linguista, que acompanha o desenvolvimento do paradigma de indexação pessoal do proto-Tupi-Guarani. Gildea (op. cit.) se baseia em outra metodologia para a reconstrução desses morfemas e chega a outras conclusões quanto a qual seria a ordem de surgimento dos índices pessoais no PPTG. Os métodos do linguista baseiam-se em quatro dos princípios elencados por Givón (2000) acerca do processo de reconstrução interna, aos quais ele acrescenta um quinto parâmetro:

- Tamanho fonético: Quanto menor for um morfema, mais antigo ele será.
- Valor semântico: Quanto mais genérica, gramaticalizada e opaca a semântica de um morfema for, mais antigo ele será.
- Distância da raiz: Todo o resto equalizado, quanto mais próximo um morfema estiver da raiz, mais antigo ele será.
- Irregularidade morfofonêmica: Quanto mais irregular e variável um morfema for quanto sua forma morfofonêmica, mais antigo ele será.
- Fonte identificável: morfemas que não possuem formas cognatas ou que possam servir de possível fonte dentro da gramática, ou que não foram possivelmente emprestadas de uma fonte identificável de outra língua, provavelmente são mais antigos.

Ao analisar as séries de índices reconstruídas por Jensen (1998), e ilustradas aqui na tabela 9, Gildea também identifica a inconsistência nas formas pessoais da Série Não-Agentiva: enquanto o morfema de 3ª pessoa é reconstruído como afixo {\*i-} e {\*c-}, as formas intralocutivas dessa série eram formas pronominais livres. Assim, o linguista propõe fontes diferentes para os clíticos absolutivos intralocutivos - que derivaram das formas pronominais livres - e para o afixo de 3ª pessoa, o qual não possui uma fonte clara dentro da gramática proto-Tupi-Guarani.

Os dois problemas identificados por Gildea (2002) remetem ao primeiro estágio de Jensen, o qual é representado por um sistema exclusivamente absoluto, em que todas as formas pessoais, excluída a 3ª pessoa, são formas livres. De acordo com os princípios

seguidos pelo linguista, os morfemas mais antigos devem ser os mais reduzidos, mas as formas reconstruídas nos estágios 2, 3 e 4 por Jensen são formas presas, ou seja, morfológica e foneticamente menores que os marcadores do estágio 1. O segundo problema parte do critério de que os morfemas mais antigos devem ser aqueles cuja origem não é facilmente identificável. No entanto, Jensen posiciona os índices pessoais absolutivos, claramente derivados das formas pronominais livres, em um estágio mais antigo que o da formação dos prefixos agentivos, os quais não possuem uma origem morfossintática evidente. Para Gildea, os índices absolutivos demonstram claras evidências de serem mais recentes que os prefixos A/Sa i) são menos gramaticalizados ii) são morfemas maiores iii) possuem uma fonte identificável. Apenas o afixo 3O/So traz evidências de ser uma forma mais antiga, inclusive pelo fato de aparecer mais próximo da raiz verbal quando co-ocorre com a Série Agentiva (cf. Gildea, 2002, p. 322). Gildea deixa claro que, de acordo com os critérios da teoria da gramaticalização, a reconstrução da marcação de pessoa proposta por Jensen (1998) é inconsistente e impossível.

O modelo proposto por Gildea (op. cit.), para o desenvolvimento do sistema de indexação de pessoa do pré-*proto-Tupi-Guarani* é o seguinte:

- 1° surge o prefixo 3O/So *i-* ~ *c-* (todos os outros participantes são expressos por formas pronominais livres)
- 2° surgem os prefixos agentivos A/Sa (juntos ou em qualquer ordem)
- 3° surgem os prefixos *portmanteaux*
- 4° surgem os clíticos absolutivos O/So para os participantes intralocutivos

Essa reconstrução traz novas perspectivas para o comportamento dos prefixos correferenciais na Família *Tupi-Guarani*, apesar de também terem sido ignorados pelo modelo de Gildea (2002). Primeiro, a marcação de pessoa do PPTG estaria alinhada a um padrão nominativo-acusativo, como evidencia o estágio 2. Isso significa que não houve um processo de perda de ergatividade, conforme sugeriu Jensen. A partir do modelo acima, o *proto-Tupi-Guarani* tornou-se mais ergativo com o tempo, em comparação aos estágios anteriores do seu sistema referencial. Essa nova proposta refuta a hipótese de que as línguas da FTG estariam eliminando os prefixos correferenciais, por conta de uma erosão ergativa. Se o padrão

ergativo-absolutivo é na verdade uma inovação do proto Tupi-Guarani, as línguas que apresentam maior produtividade quanto à correferência gramatical deveriam ser consideradas mais inovadoras (sistema *máximo*), enquanto as línguas que restringiram essa expressão estão mais próximas do padrão nominativo-acusativo do PPTG, portanto são mais conservadoras (sistemas *mínimo* e *inexistente*). As línguas Tupi-Guarani não estariam passando por um processo de “desergativização”, mas sim de “ergativização” (sistema de transição).

O segundo ponto une a hipótese de que o prefixo 3O/So faz parte de um sistema mais antigo que o existente no pré-proto-Tupi-Guarani, o qual também era composto por dois morfemas correferenciais (atualmente) {wi-} e {e-} , com a proposta de que esse prefixo absolutivo de 3ª pessoa foi o primeiro a se gramaticalizar no PPTG. Propomos, então, duas condições: i) de fato esses prefixos compuseram uma série mais antiga que se perdeu; ii) há uma relação intrínseca entre os prefixos correferenciais e os índices absolutivos. Confirmadas essas condições, é possível supormos que a correferência gramaticalizada desenvolveu-se antes do pré-proto-TG. Ela seria anterior ao surgimento do padrão ergativo-absolutivo da marcação de pessoa das construções independentes (com base no novo modelo proposto por Gildea). Como, na nova reconstrução, a ergatividade restringe-se às construções verbais dependentes, é justificado o fato de a correferência só se formalizar com verbos nessas construções.

Todas essas assunções não vão além do campo hipotético, principalmente pelo fato de nenhum dos dois modelos posicionar com clareza a Série Correferencial nos estágios de desenvolvimento do sistema referencial pré-proto-Tupi-Guarani. No entanto, o funcionamento da correferência e sua relação com as transições de alinhamento sintático podem ser melhor compreendidos quando analisados com base no *caminho de acusativização* (Givón, 1997, 2001; Queixalós, 2004) e nas transformações sofridas pela marcação de pessoa em línguas TG descritas por Jensen (1990).

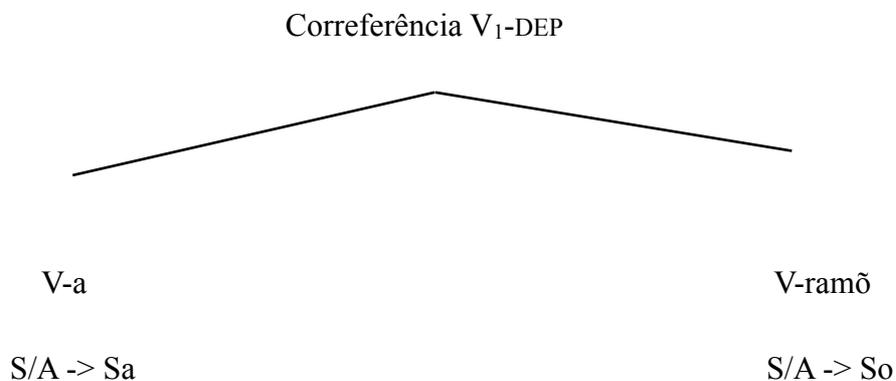
### **3.2 Alinhamento morfossintático**

Nesta seção, analisaremos em maior profundidade os padrões sintáticos, aos quais se alinham os sistemas de indexação pessoal expostos no capítulo 2. A proposta é ilustrar o funcionamento do sistema correferencial bipartido (prefixos correferenciais e sufixos

subordinativos) quanto ao alinhamento dos seus argumentos. Primeiro, esquematizamos os diferentes padrões sintáticos existentes exibidos pela correferência nas três línguas aqui estudadas. Em segundo, discutimos como o *caminho da acusativização* (Givón, 1997, 2001; Queixalós, 2004) e as análises comparativas de Jensen (1990) influenciam no estudo da correferencialidade na Família Tupi-Guarani.

Em seu estudo que trata do comportamento dos clíticos absolutivos e dos prefixos correferenciais, o principal objetivo de Jensen (1998) foi evidenciar a relação existente entre erosão ergativa e perda de correferência gramatical nas línguas Tupi-Guarani. Como vimos na seção passada, esse tipo de relação deve-se basear em um estágio ergativo do pré-*proto-TG*, algo que não é reconstruído no modelo proposto por Gildea (2002). Por mais que esse ponto tenha se tornado mais nebuloso, a linguista evidencia outro fator importante da correferencialidade em Tupi-Guarani: o gatilho da correferência é sempre nominativo, enquanto seus alvos, mais diversos, são absolutivos (cf. Jensen, 1998). Por esse motivo, propomos a seguir uma análise mais profunda dos alinhamentos sintáticos envolvendo a correferência em Apyãwa, Tupinambá e Mbyá.

Como foi visto no segundo capítulo, são quatro os morfemas que identificam um predicado dependente no Apyãwa, dois sendo homônimos: {-a ~ -wo}; {-ramõ ~ -ãramõ}; {-ãramõ ~ -rãmo}; {-ire ~ -re}. Quanto à correferência, os dois primeiros sufixos acionam os argumentos únicos de predicados monovalentes Sa e So, respectivamente. Assim, nesse contexto, a correferencialidade funciona com base em uma cisão intransitiva, a partir de seus alvos:



Por sua vez, o sufixo {-arãmo} só ocorre com predicados divalentes e, quando há correferência, ela tem como único alvo o argumento O do verbo dependente:

Correferência V<sub>2</sub>-DEP

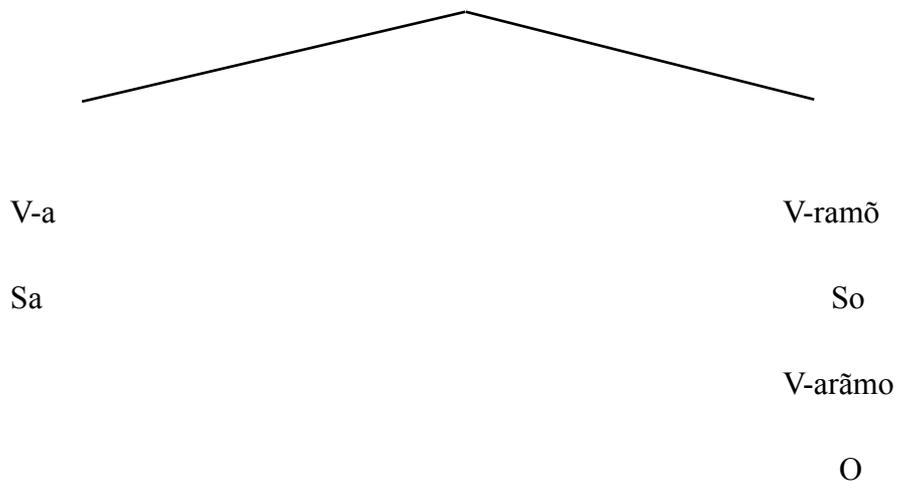
|

V-arãmo

S/A -> O

Agora, quando os dois esquemas acima são vistos como parte de um único sistema correferencial, como o são, vê-se claramente que esse sistema trabalha com base em um alinhamento ergativo. Em construções dependentes, a expressão morfológica da correferência só existe quando seu alvo é S ou O, logo obtém-se: A≠S=O.

Correferência em construções dependentes (sufixos de subordinação)

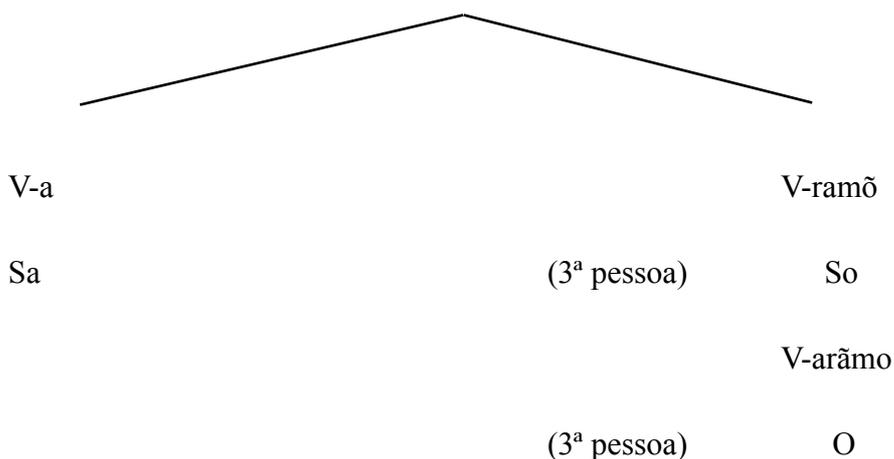


Se Tupinambá e Mbyá são línguas inovadoras e estão em um estágio mais avançado de um processo pelo qual o Apyãwa ainda irá passar, conforme propôs Jensen (1990, 1998), é provável que a correferência deixe de ser realizada morfológicamente nas construções não-agentivas de predicador não-ativo e do subjuntivo. Isso seria evidência de que o sistema correferencial composto pelos sufixos subordinativos do Apyãwa estaria em curso de se tornar um sistema de alinhamento mais ativo, como o encontrado no Mbyá e no Tupinambá.

Por outro lado, a parte do sistema correferencial, que cabe aos índices pessoais, é inteiramente absoluta no Apyãwa. Como foi visto na subseção anterior, os prefixos correferenciais se alternam somente com os clíticos não-agentivos, que mapeiam So e O nos predicados verbais, assim como o argumento interno de nomes e posições. Percebe-se que os morfemas reflexivo e recíproco também complementam esse sistema, por ocuparem a mesma posição do argumento O nas línguas em que os verbos divalentes possuem duas vagas morfológicas para mapear seus participantes - revisar o dado (22a) para exemplificação.

Como foi exposto anteriormente, os prefixos correferenciais do Tupinambá raramente se realizam morfológicamente com argumentos de primeira e de segunda pessoa em predicados dependentes monovalentes ativos, e inexistem em predicados dependentes monovalentes não-ativos. Por conta disso, o sistema correferencial nos predicados dependentes parece ser mapeado primariamente pelos sufixos de dependência, que compensam a baixa produtividade dos prefixos correferenciais. Quanto à disposição desses prefixos, o esquema abaixo evidencia a fragilidade desses morfemas em construções não-agentivas:

Correferência em construções dependentes (prefixos correferenciais)

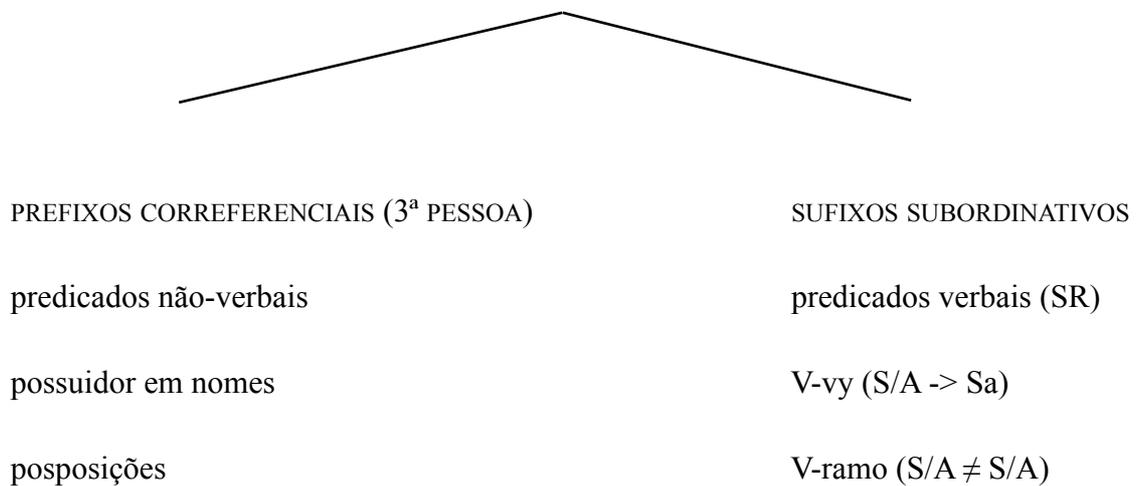


É possível que a natureza semântica ativo/não-ativo, dos sufixos de dependência monovalentes, tenha influenciado na restrição dos índices correferenciais nessas construções. Isso porque nas dependentes de *predicador não-ativo*, os clíticos absolutivos substituíram os prefixos correferenciais de 1ª e de 2ª pessoa. Analogamente, as construções de *predicador*

*ativo* estariam em curso de substituir os índices correferenciais pelos prefixos agentivos, como constatou Jensen (1998). Ou seja, além da erosão ergativa, parece haver também uma motivação semântica para a perda de produtividade correferencial no Tupinambá. Isso seria consequência dos campos semânticos desenhados pelos sufixos subordinativos monovalentes.

O mesmo paradigma pode ser descrito para o Guaraní Mbyá, que está em um estágio mais avançado nessa transição de alinhamento. De início, a indexação de pessoa, nas construções dependentes, é regida por uma cisão intransitiva e por uma Hierarquia Referencial. Há também um padrão diferente quanto ao comportamento dos sufixos subordinativos, no Mbyá, esses morfemas dividem as subordinadas com base em um sistema *switch-reference* clássico. Dessa forma, o sistema correferencial, extremamente produtivo no Apyãwa, encontra-se bem deteriorado no Mbyá. As únicas construções que ainda permitem a ocorrência da Série Correferencial (prefixo de 3ª pessoa apenas) são os predicados nominais e posposicionais. O esquema abaixo resume os padrões sintáticos da correferencialidade na língua guarani:

#### Correferência em Mbyá



Essa tendência em se expandir o sistema ativo das construções independentes às dependentes foi constatada por Jensen (1990). As línguas que compõem os subconjuntos I e VIII da FTG apresentariam um sistema referencial modificado, que se distancia daquele reconstruído para o proto Tupi-Guarani. Dessas línguas, o Chiriguaiano, o Guaraní Kawai e o Mbyá estariam em um estágio intermediário, enquanto o Urubu-Kaapor apresenta mudanças mais drásticas (cf. Jensen, 1990, p. 129). Por essas transformações corresponderem a um

longo processo, levantamos a questão: o sistema referencial do Mbyá — e até das demais línguas TG, incluindo o Tupinambá e o Apyãwa estudados aqui — tenderia a se tornar igual ao sistema descrito para o Urubu? Se sim, o destino das línguas Tupi-Guarani, cedo ou tarde, seria o de desenvolver uma marcação de pessoa inteiramente nominativo-acusativa, ao menos o daquelas que compõem os dois subconjuntos estudados por Jensen.

Um caminho muito parecido a esse foi proposto por Givón (1997, 2001), e posteriormente atualizado por Frances Queixalós (2004). Algumas ressalvas devem ser feitas ao artigo do linguista catalão, antes de abordarmos sua hipótese. Primeiro, suas conclusões são feitas com base em uma família linguística diferente da estudada nesta dissertação, a família Katukina, falada no estado do Amazonas. Segundo, há uma distinção crucial entre as línguas Katukina e as línguas Tupi-Guarani, em que as primeiras são *dependent-marking* e as últimas, como constatamos, são *head-marking*. Terceiro, a correferência abordada por Queixalós é expressa por meio de anáfora zero e não por meio de índices pessoais. Apesar disso, a correferencialidade em Katukina também apresenta um pivô bem definido (cf. Queixalós, 2004), assim como nas línguas TG analisadas aqui.

As línguas da família Katukina apresentam uma cisão transitiva, os predicados divalentes se dividem em construções acusativas e outras ergativas:

**Construção ergativa** (Queixalós, 2004, p. 176)

VERBER	VRB	VERBEE
[mapiri-na	duni]	takara
Snake-MCAS	Catch	Hen

'snake cought hen'

**Construção acusativa** (Queixalós, 2004, p. 177)

VERBEE	VRB	VERBER
[takara	duni]	mapiri
Hen	Catch	Snake

'snake cought hen'

O linguista nota que a correferência é consistente nas construções acusativas, mas fraca e heterogênea nas construções ergativas. Uma evidência disso deve-se ao pivô correferencial ser bem definido nas construções acusativas, enquanto nas transitivas ergativas, o controlador da correferência é variável e mais inconstante. Esse controle depende da sua posição na ordem linear dos constituintes e no posicionamento estrutural que existe entre os argumentos (cf. Queixalós, 2004). Assim, com base nos dados analisados do Katukina, suplementados por dados de outras línguas — Pano (Valenzuela, 2002), Yanomami (Ramirez 1994) e Karao (Brainard, 1997) — o linguista chega a dois princípios:

- (i) toda vez que uma língua considerada ergativa demonstra múltiplas cisões transitivas, a correferência está entre os fenômenos que funcionam com base em um alinhamento acusativo.
- (ii) se uma língua considerada ergativa demonstra uma única cisão ergativa, a parte acusativa dessa cisão é sobre correferência.

Essas duas assunções propostas por Queixalós, já são suficientes para constatar a importância da correferência no estudo de padrões sintáticos, ainda mais em línguas ergativas. O linguista adiciona, aos princípios acima, a hipótese formulada por Givón (1997) de que: i) o destino das línguas ergativas é tornarem-se acusativas; ii) esse caminho em direção à acusatividade, inicia-se pela sintaxe e posteriormente chega à morfologia. A atualização proposta por Queixalós é a de que, dentro do âmbito sintático, no caminho traçado por Givón, a correferência é o primeiro fenômeno a se alinhar com o padrão acusativo:

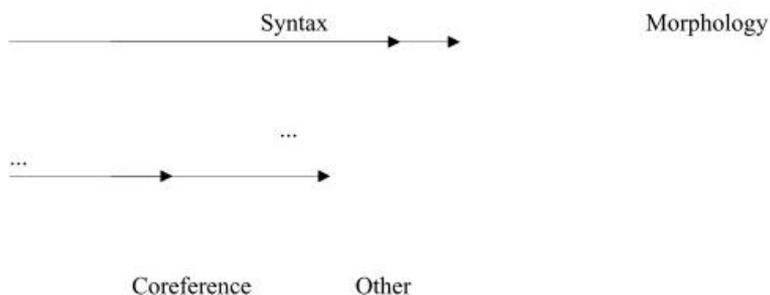


Figura 1 – Esquema de Frances Queixalós (2004, p. 186)

Nossa proposta não é enquadrar as línguas Tupi-Guarani estudadas aqui dentro dessa hipótese, mas indagar se não é possível descrever um caminho semelhante para as mudanças morfossintáticas internas à FTG. As descrições feitas por Jensen (1990), nos permitem compreender com detalhes quais mudanças ocorreram em diferentes estágios do processo de transição do sistema referencial. Contudo, não há como saber o trajeto desse caminho, não há como identificar quais construções sofreram ou tendem a sofrer as mudanças primeiro, fora o fato que as transformações ocorrem em orações dependentes. Se voltarmos ao que foi visto na seção 2.3, as construções que parecem ter sido afetadas primeiro por uma perda de produtividade dos prefixos correferenciais, foram as construções dependentes não-agentivas i.e. aquelas em que o alvo da correferência é representado por um participante não-ativo (O/So). A tabela abaixo ilustra os contextos de mudança da expressão da correferência gramatical nas línguas Tupinambá e Mbyá. Nela estão marcadas com um “x” as construções que apresentam prefixos correferenciais menos produtivos com relação ao proto TG, ou seja, contextos em que a correferência gramaticalizada não é realizada em todas as pessoas do discurso:

	Construções agentivas		Construções não-agentivas		
	Predicador ativo	Consecutiva	Predicador não-ativo	Subjuntivo	Nomes e posições
Tupinambá		X	X	X	X
Mbyá	X	X	Inexistente	X	X

TABELA 10 - MUDANÇAS NA PRODUTIVIDADE DOS ÍNDICES CORREFERENCIAIS

Por tudo o que foi visto neste último capítulo, há duas abordagens possíveis ao se tratar os dados da tabela acima:

(i) considera-se a relação entre ergatividade e correferência, e com base no modelo diacrônico de Jensen (1998), as línguas Tupi-Guarani estariam passando por um processo de erosão ergativa. Assim, a realização morfológica da correferência estaria sendo gradualmente eliminadas, a começar construções não-agentivas, inicialmente eliminando os morfemas de pessoas intralocutivas e posteriormente o prefixo de 3ª pessoa.

(ii) com base no modelo diacrônico proposto por Gildea (2002) e levando em conta a relação entre correferência e ergatividade, propõe-se que o padrão ergativo-absolutivo corresponde a uma inovação na Família Tupi-Guarani, e que essas lacunas na ocorrência dos prefixos correferenciais evidenciariam uma expansão da correferência, a começar pelas construções não-agentivas.

A primeira perspectiva é basicamente idêntica à proposta por Jensen (1998), a não ser pelo fato que consideramos aqui o valor semântico das construções absolutivas, e não apenas seu mapeamento dos participantes por meio da Série Não-Agentiva<sup>27</sup>. Então, apesar das construções de *predicador ativo* apresentarem um padrão absolutivo quanto à indexação de pessoa, não a consideramos uma construção não-agentiva, pelo fato de ser formada por verbos semanticamente ativos. Vale notar que outra língua considerada por ter um sistema *mínimo*, como o Mbyá, é o Wayampi, e nela os prefixos correferenciais também só ocorrem com nomes e verbos (cf. Jensen 1998). É possível que o estágio seguinte a restrição desses prefixos nas construções verbais não-agentivas, seja eliminá-los de predicados verbais por completo. Essa maior resistência da correferência em construções não-verbais, deve-se ao fato de que esse sistema não é influenciado pelas mudanças de alinhamento, mas apenas pelo critério da ambiguidade gerada pela 3ª pessoa em contextos intrasentenciais.

Já a segunda abordagem representa uma inversão da primeira, em que as línguas menos ergativas e, portanto, com um sistema correferencial menos produtivo seriam consideradas inovadoras. As línguas que apresentam mudanças no funcionamento de seus sistemas referenciais (Jensen, 1990), em um aparente movimento nominativo-acusativo,

---

<sup>27</sup> Nos baseamos aqui na distinção entre os padrões nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo proposto por Queixalós (2004, p. 175): “the difference between the nominative-accusative pattern and the absolute-ergative pattern rests solely on how semantic roles map onto morphosyntactic entities”.

estariam mais próximas do pré-*proto-Tupi-Guarani*, sendo assim mais conservadoras. A partir dessa perspectiva, o *Apyãwa*, que possui um sistema correferencial idêntico ao reconstruído para o *proto TG* por Jensen (1998), seria a língua mais inovadora das três analisadas nesta dissertação. Essas conclusões confluem com a leitura feita por Schleicher (1998) em sua reconstrução, na qual o *Tupinambá* seria uma das línguas mais conservadoras da *FTG* e o *Apyãwa*, por apresentar um sistema mais ergativo-absolutivo, uma das mais inovadoras.

Há ainda uma terceira abordagem, que foi proposta para o *Apyãwa* por Yonne Leite (1990), na qual a indexação pessoal dessa língua estaria mais próxima de um alinhamento ativo. A linguista propõe que não há como analisar o alinhamento de línguas como o *Apyãwa*, tendo em mente apenas critérios sintáticos ou somente critérios semânticos. Deve-se, então, observar as diferentes motivações para as cisões locais encontradas na língua. Essas cisões distanciam o *Apyãwa* das línguas ergativas, e também o distinguem das línguas ativas prototípicas (Leite, 1990).

Uma particularidade das línguas ativas é que nelas a dicotomia sujeito/objeto não parece ser tão importante quanto nas línguas ergativas e acusativas. Esses dois padrões sintáticos funcionam com base na distinção entre as duas relações gramaticais. Para o padrão ativo, o mais importante seria a dualidade agente/paciente, mas mesmo isso não é o suficiente para se compreender o funcionamento do sistema referencial dessas línguas, já que nelas há dois alinhamentos, um para A e outro para O. Nas línguas ativas, os argumentos não necessitam da expressão formal da sua contraparte, a referência funciona com base em um critério semântico. Assim, a melhor abordagem de análise para línguas como o *Apyãwa* é aquela que permite confluir a dimensão morfossintática com a dimensão semântica, de modo a captar o funcionamento da hierarquia referencial (série I e II), de acordo com a localização do agente e do paciente dentro da escala referencial (cf. Leite, 1990). Além disso, há de se considerar uma noção de sujeito, que foge ao conceito de relação gramatical e que exerce uma força estrutural sobre a sintaxe da língua, como no caso do controle da correferência, vista para as três línguas estudadas aqui nesta dissertação.

Por mais que as três línguas, analisadas por nós, não possam ser descritas como línguas ativas prototípicas, isso com base nas reflexões de Leite (op. cit.), esse parece ser, em certo nível, o padrão morfossintático mais consistente em todas elas. Inclusive, há uma

correlação entre o estudo de Leite exposto acima e a tipologia ativa proposta por Klimov (1974), no sentido em que o padrão ativo não deve ser visto como um tipo de cisão da ergatividade, mas sim como um caminho intermediário. Mais que isso, ao unir morfossintaxe e semântica, o caminho da tipologia ativa propõe justamente o que uma descrição de construções pretende, um estudo tipológico que conflui essas duas esferas da linguística.

Em resumo, neste último capítulo, discutimos os trabalhos produzidos acerca dos padrões sintáticos do sistema referencial em línguas Tupi-Guarani e os relacionamos com as análises feitas na seção 2.3, sobre o funcionamento da correferência em Apyãwa, Tupinambá e Guarani Mbyá. Primeiro, comparamos os modelos diacrônicos, propostos por Jensen (1998) e Gildea (2002), para a formação do paradigma dos índices pessoais do proto TG. Birchall (2015) já havia comparado ambos modelos, mas não de forma a propor as possíveis consequências de cada um para as transições de alinhamento - envolvendo na equação, a expressão morfológica da correferência. Em seguida, abordamos a atualização do *caminho da acusativização* feita por Queixalós (2004) e como ela trouxe uma nova perspectiva para a relação entre correferência e transições de alinhamento. Se de fato, a correferência for o primeiro fenômeno a se alinhar a um novo padrão sintático, então é possível que haja um comportamento semelhante a ser identificado em línguas Tupi-Guarani. A partir dessa perspectiva, propomos dois possíveis caminhos pelo qual as línguas Apyãwa, Tupinambá e Mbyá estariam percorrendo, quanto às alterações na produtividade da Série Correferencial. Cada caminho se baseia em um dos modelos diacrônicos — *jensiano* ou *gildeano* — e ambos têm como ponto de partida o fato de que as construções dependentes não-agentivas parecem ser as primeiras a sofrerem essas alterações de alinhamento e de produtividade dos prefixos correferenciais, como constatado na seção 2.3. O caminho baseado em Jensen indica que houve retração da correferência em línguas como o Tupinambá e o Mbyá, classificadas como inovadoras, devido à FTG estar passando por um processo de erosão ergativa. Por outro lado, a hipótese baseada em Gildea propõe que línguas como o Apyãwa haveriam expandido o uso da Série Correferencial, ao mesmo tempo que se tornaram mais ergativas com o tempo. Por fim, a proposta de uma tipologia ativa para o Apyãwa levanta a possibilidade de um caminho que não tem como pontos de partida nem de chegada representados por padrões ergativos e acusativos. Independentemente da perspectiva escolhida, o importante é a busca por um caminho que consiga descrever os parâmetros seguidos pelas transições de alinhamentos

sintáticos existentes em línguas da Família Tupi-Guarani e até que ponto a correferência pode ser a linha de frente dessas mudanças como constatado na Família Katukina.

## Considerações finais

Ao longo desses dois anos de leitura e pesquisa, constatamos não apenas a diversidade de estudos tipológicos existentes acerca da Família Tupi-Guarani, mas principalmente, a quantidade de discussões envolvendo a marcação de pessoa nas línguas pertencentes a essa família. Desde a natureza morfossintática dos índices pessoais (Haspelmath, 2013; Cruz & Magalhães & Praça, 2019), passando pelos diferentes modelos de reconstrução desse sistema referencial (Jensen, 1998; Gildea, 2001; Birchall, 2015), e ao funcionamento da correferência gramaticalizada (Dooley, 1989; Jensen, 1998; Silva, 1999).

A partir do conhecimento adquirido nessa jornada, em conjunto com as reflexões registradas neste trabalho, elencamos as seguintes conclusões:

- (i) os índices pessoais compõem uma classe *sui generis*, que expressam, em conjunto com os conominais, o argumento nas línguas Tupi-Guarani;
- (ii) das séries de índices pessoais existentes no Apyãwa, Tupinambá e Mbyá, a mais heterogênea quanto a produtividade é a Série Correferencial;
- (iii) a indexação de pessoa das construções verbais independentes é muito mais homogênea que a das construções dependentes, as quais envolvem, em maior grau, a correferência;
- (iv) a cisão intransitiva é o padrão referencial mais homogêneo entre as três línguas;
- (v) a Hierarquia Referencial das línguas que permitem duas vagas morfológicas em verbos divalentes (Tupinambá e Mbyá) apresentam uma distribuição que privilegia o argumento O;
- (vi) esse privilégio da HR pode ser explicado em razão de esse mecanismo ter surgido para atender os contextos em que  $O > A$ ;

- (vii) o sistema correferencial pode ser descrito em duas partes, uma realizada pelos prefixos da Série Correferencial, e outra por meio dos sufixos de dependência;
- (viii) a menor produtividade dos prefixos correferenciais em construções dependentes não prejudica a correferencialidade como um todo, essa limitação é compensada pela correferência expressada pelos sufixos subordinativos;
- (ix) as transições de alinhamento sintático podem ser vistas como um movimento de *ergativização* ou de *desergativização*; a depender da reconstrução aderida, a de Jensen (1998) ou de Queixalós (2001), respectivamente;
- (x) a tipologia ativa representa um “caminho do meio” para a representação do alinhamento sintático nas três línguas analisadas, nele não polarizam-se ergatividade e acusatividade, e tem-se como princípio a união entre morfossintaxe e semântica;
- (xi) independentemente da reconstrução aderida, o estudo da correferencialidade demonstra que a produtividade — dos prefixos correferenciais — está atrelada ao grau de ergatividade (retração da correferência pela perspectiva *jensiana*, e expansão pela perspectiva *gildeana*);
- (xii) as construções não-agentivas parecem ser as primeiras afetadas pelas mudanças na produtividade dos prefixos correferenciais.

As conclusões (ii), (iii), (vi), (ix), (x) e (xi) evidenciam o papel fundamental desempenhado pela correferência no sistema referencial das três línguas estudadas nesta dissertação. Primeiro, a um nível morfológico: dentre as séries de índices pessoais, a Série Correferencial é a que melhor expressa as mudanças sofridas pela marcação de pessoa. Segundo, a um nível sintático, em que as construções verbais mais atingidas pelas mudanças no padrão de marcação de pessoa são aquelas regidas por um parâmetro de correferência/não-correferência. Se esse parâmetro se expandiu ou se retraiu, depende do modelo de reconstrução a ser adotado como exposto em (x).

A tabela abaixo ilustra as diferenças na realização dos prefixos correferenciais, entre as línguas Apyãwa, Tupinambá e Mbyá. Nele, evidencia-se a conclusão (xi) e o fato de a 3ª

pessoa ser a mais resistente nos contextos em que a correferência é menos expressa, justamente pelo fator da ambiguidade (Jensen, 1998):

Línguas	Construções verbais dependentes			Construções não-verbais	
	Monovalentes		Divalentes	Nominais (Possuidor)	Posposicionais
	Agentivos	Não-agentivos	O		
Apyãwa	X	X	X	X	X
Tupinambá	X	X (3ª pessoa)	X (3ª pessoa)	X (3ª pessoa)	X (3ª pessoa)
Mbyá				X (3ª pessoa)	X (3ª pessoa)

TABELA 11 - EXPRESSÃO DA SÉRIE CORREFERENCIAL

Por sua vez, o sistema correferencial composto pelos sufixos de dependência está representados na tabela abaixo. Percebe-se que esse sistema é mais homogêneo que o composto pelos prefixos correferenciais. Há apenas uma lacuna, referente à ausência de uma construção monovalente não-agentiva no Mbyá. Quanto às construções que identificam sujeitos diferentes, elas também expressam a correferência entre o sujeito da principal e o argumento O das dependentes no Apyãwa e no Tupinambá (apenas na 3ª pessoa). No Mbyá isso não ocorre:

Línguas	Construções verbais dependentes		
	Mesmo Sujeito		Sujeitos diferentes
	Agentivo	Não-agentivo	
Apyãwa	X	X	X
Tupinambá	X	X	X
Mbyá	X		X

TABELA 12 - EXPRESSÃO DA CORREFERÊNCIA POR MEIO DOS SUFIXOS DE DEPENDÊNCIA

Este trabalho também levanta alguns temas que podem servir como justificativa para futuros estudos tipológicos em línguas Tupi-Guarani:

- (i) um estudo comparativo que verifique as implicações da dupla expressão do argumento (e sua validade) em línguas da Família Tupi-Guarani como um todo.
- (ii) buscar analisar os processos sintáticos diacrônicos que envolvem as construções dependentes adverbiais (gerúndio, predicador não-ativo, subjuntivo, etc.) com o objetivo de reconstruir essas construções por inteiro para o proto Tupi-Guarani.
- (iii) investigar as formas cognatas aos prefixos correferenciais em línguas do Tronco Tupi.
- (iv) investigar as discrepâncias quanto à produtividade da Série Correferencial dentro do subconjunto IV da FTG, exemplificadas pela comparação entre Apyãwa, Parakanã e Avá-Canoeiro, e suas possíveis motivações.
- (v) procurar descrever um caminho como o *caminho da acusatividade*, para as transições de alinhamento do sistema referencial em línguas TG, afim de compreender melhor a natureza ergativa dessa família.

Aquém às conclusões e propostas futuras que compõem o resultado desses dois anos de pesquisa e estudo, a valorização da singularidade cultural e linguística dos povos indígenas é encarado por nós como o principal fruto desta dissertação. Assim como o contato cultural não deve ser interpretado através de um reflexo do *eu* no *outro* (Pompa, 2001, p. 40), não se deve analisar as línguas não modernas a partir de conceitos e categorias formuladas por meio do estudo de línguas modernas. Ao refletir acerca dos estudos realizados por linguistas gerativistas sobre línguas não-configuracionais, David Golumbia (2004) lança uma importante crítica, em forma de questionamento, a qual tendemos a seguir nesta pesquisa. E se as línguas não-configuracionais, denominadas assim por Hale (1986) e Jelinek (1984), por não apresentarem a ordenação vista em línguas modernas, representassem a configuração *natural* da linguagem? Elas são maioria ao redor do mundo. São menos *padronizadas*. Para Columbia, a padronização das línguas projetadas socialmente e politicamente pelos estados modernos através do ensino regular e do advento da imprensa/comunicação eletrônica, torna a *configuracionalidade* das línguas um transtorno moderno e não um universal linguístico (cf. Columbia, 2004). É um pouco dessa perspectiva que tentamos aplicar nesta dissertação. Um

estudo tipológico de línguas indígenas, que tenta fugir dos conceitos linguísticos indo-europeus modernos, quando possível e necessário.

## Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Antônio; DE JESUS, Irmâzinhas; DE PAULA, Luíz Gouvêa. **A língua Tapirapé. XEROX do Brasil**, 1983.
- ANCHIETA, J. **Artes de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990 [1595].
- . **Teatro de Anchieta**. Originais acompanhados de tradução verificada, introdução e notas pelo Pe. Armando Cardoso S. J. Vol. III. São Paulo: Edições Loyola, 1977 [século XVI]. 14
- . **Poemas: Lírica Portuguesa e Tupi**. São Paulo: Martins Fontes, 2004:114.
- ANDREWS, Avery D. The major functions of the noun phrase. **Language Typology and Syntactic Description. Vol. I: Clause Structure**. Ed. by Timothy Shopen, 132–223, 2007.
- ARAÚJO, Antônio de. **Catecismo na língua brasílica**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1952.
- BAKER, Mark C. **The polysynthesis parameter**. Oxford University Press, 1996.
- BARBOSA, Antônio Lemos. **Curso de tupi antigo: gramática, exercícios, textos**. Livraria São José, 1956.
- . **Pequeno vocabulário português-tupi: com um apêndice: nomenclatura de parentescos**. Livraria São José, 1970.
- BIRCHALL, Joshua. A comparison of verbal person marking across Tupian languages. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 325-345, 2015.
- BORGES, Luiz Carlos et al. **Fala instituinte do discurso mítico Guarani Mbyá**. 1998.
- BORGES, Mônica Veloso et al. **Aspectos fonológicos e morfossintáticos da língua Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani)**. 2006.
- BRAINARD, Sherri. Ergativity and grammatical relations in Karao. **Typological studies in languages**, v. 35, p. 85-154, 1997.
- CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, Aryon. O desenvolvimento do gerúndio e do subjuntivo em Tupí-Guaraní. **Novos estudos sobre línguas indígenas**, v. 1, p. 47-58, 2005.
- CADOGAN, León. En torno a la aculturación de los Mbyá-Guaraní del Guairá. **América indígena**, v. 22, n. 2, p. 133-150, 1960.
- COMRIE, Bernard. **Language universals and linguistic typology: Syntax and morphology**. University of Chicago press, 1989.
- CROFT, William; CROFT, William Albert. **Radical construction grammar: Syntactic theory in typological perspective**. Oxford University Press on Demand, 2001.

CRUZ, Aline; MAGALHÃES, Marina; PRAÇA, Walkíria Neiva. A morfologia transcategorial e sua relação com o padrão omnipredicativo em línguas da família Tupi-Guarani. **ReVEL**, vol.17, n.32, 2019.

DEGROOT, Casper; Limburg, Michiel J. Pronominal elements: diachrony, typology and formalization In: **Functional Grammar**. University,1986.

DIK, Simon C. **The theory of functional grammar: the structure of the clause**. Walter de Gruyter, 1997.

DOOLEY, Robert A. **Vocabulário do Guarani: vocabulário básico do Guarani contemporâneo (Dialeto Mbüá do Brasil)**. Summer Institute of Linguistics, 1982.

———. **Switch Reference in Mbya Guarani: A Fair-Weather Phenomenon**. 1989.

———. **A Double-Verb Construction in Mbya Guarani**. 1991.

———. When switch reference moves to discourse: Developmental markers in Mbyá Guarani. **Language in context: essays for Robert E. Longacre**. Ed. by Shin Ja Hwang & William Merrifield, p. 97-108, 1992.

DIXON, Robert. **Ergativity**. Cambridge University Press, 1994.

———. **Basic linguistic theory volume 1: Methodology**. Oxford University Press, 2010.

FERREIRA, Rogério Vicente. Aspectos tipológicos do *switch-reference* em línguas da família Pano. In: SOUZA, Edson Rosa de (org.). **Funcionalismo Linguístico: Análise e Descrição**. Editora Contexto, 2012.

FILLMORE, Charles. **The case for case**. 1967.

FOLEY, William. **Comparative syntax in Austronesian**. 1976.

GILDEA, Spike. Reconstructing Pre-Proto-Tupi-Guarani main clause grammar. **Atas do Encontro Internacional de Pesquisadores de Línguas Indígenas**, p. 315-326, 2002.

GIVÓN, T. **Grammatical Relations: A Functionalist Perspective**, TSL #35, Amsterdam: J. Benjamins, 1997.

———. **Syntax: an introduction**. John Benjamins Publishing, 2001.

GOLUMBIA, David. The interpretation of nonconfigurationality. **Language & Communication**, v. 24, n. 1, p. 1-22, 2004.

HALE, Ken. Warlpiri and the Grammar of Non-configurational Languages. **Natural Language & Linguistic Theory I**, 1983.

HARRISON, Carl. Verb prominence, verb initialness, ergativity and typological disharmony in Guajajara. **Handbook of Amazonian languages**, v. 1, p. 407-439, 1986.

HASPELMATH, Martin. The serial verb construction: Comparative concept and cross-linguistic generalizations. **Language and Linguistics** 17, no. 3, 291-319, 2006.

———. Argument indexing: A conceptual framework for the syntactic status of bound person forms. **Languages across boundaries: Studies in memory of Anna Siewierska**, p. 197-226, 2013.

IVO, Ivana Pereira et al. **Características fonéticas e estatuto fonológico de fricativas e africadas no Guarani-Mbyá**. 2014.

JELINEK, Eloise. Empty categories, case, and configurationality. **Natural Language & Linguistic Theory**, v.2, n.1, p.39-76, 1984.

———. Predicates and Pronominal Arguments in Straits Salish. **Language**, v.70, n.4, 1984.

JENSEN, Cheryl. **O desenvolvimento histórico da língua Wayampi**. 1984.

———. The use of coreferential and reflexive markers in Tupi-Guarani languages. **Journal of Amazonian languages**, v. 1, p. 2, 1998.

———. The use of coreferential and reflexive markers in Tupi-Guarani languages. **Journal of Amazonian languages**, v. 1, p. 2, 1998.

———. Comparative Tupi-Guarani morphosyntax. **Handbook of Amazonian languages**, v. 4, p. 489-618, 1998.

KEENAN, E. Toward a universal definition of 'subject'. In: C.N. Li, 1976.

KIBRIK, Andrej A. **Reference in discourse**. Oxford University Press, 2011.

KISS, Angelika; THOMAS, Guillaume. Word order variation in Mbyá Guaraní. In: **Proceedings of the Fifth International Conference on Dependency Linguistics (Depling, SyntaxFest 2019)**. 2019. p. 121-129.

KLIMOV, Georgij A. On the character of languages of active typology. **Linguistics**, v. 12, n. 131, p. 11-26, 1974.

LAUNEY, Michel. **Une grammaire omniprédicative: Essai sur la morphosyntaxe du nahuatl classique**. CNRS éditions, 1994.

LEITE, Yonne. **Aspectos da fonologia e morfologia Tapirapé**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1977.

———. Para uma tipologia ativa do Tapirapé. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 18, p. 37-56, 1990.

———. De homens, árvores e sapos: forma, espaço e tempo em Tapirapé. **Mana**, v. 4, n. 2, p. 85-103, 1998.

———. A nasalidade vocálica em Tapirapé. **Letras de Hoje**, p. 49-6, 2003.

- MAGALHÃES, Marina Maria Silva. **Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (Família Tupí-Guaraní)**. Tese de Doutorado (Linguística). 2007.
- MARTINS, Marci Fileti. **Incorporação nominal em Guarani Mbyá**. 1996.
- . **Descrição e análise de aspectos da gramática do Guarani Mbyá**. 2003.
- NICHOLS, Johanna. Head-marking and dependent-marking grammar. **Language**, p.56-119, 1986.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Teatro/José de Anchieta; seleção, introdução, notas e tradução do tupi**. 2006.
- PAULA, Eunice Dias de. Saudações Tapirapé: expressões do Tekateka. **Signótica**, v. 21, n. 2, p. 279-304, 2009.
- . **Eventos de fala entre os Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da etnossintaxe: singularidades em textos orais e escritos**. Tese de Doutorado (Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás. 2012.
- PAYNE, Thomas. **Exploring language structure: A student's guide**. Cambridge University Press, 2006.
- PIERRI, Daniel Calazans. **O perecível e o imperecível: lógica do sensível e corporalidade no pensamento guarani-mbya**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- POMPA, Maria Cristina et al. **Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial**. 2001.
- PRAÇA, Walkíria Neiva. **Morfossintaxe da língua Tapirapé (Tupi-Guarani)**. Tese de Doutorado (Linguística). PPGL, UnB, Brasília, 2007.
- . A dupla oposição nome/verbo e argumento/predicado em Tapirapé. **Revista Linguística**, v. 4, n. 2, 2008.
- PRAÇA, Walkíria; VICENTE, Helena da Silva Guerra. A expressão gramatical da polidez em Tapirapé. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 97-116, 2010.
- QUEIXALÓS, Francesc. The primacy and fate of predicativity in Tupi-Guarani In: **Lexical categories and root classes in Amerindian languages**, p. 249-287, 2006.
- . Split Transitivity and Coreference in Katukína. **Ergatividade na Amazônia III, Atas do terceiro encontro do Projeto Manifestações da ergatividade na Amazônia**, p. 175-188, 2004.
- RAMIREZ, Henri. **Le parler yanomami des Xamatauteri**. 1994. Tese de Doutorado. Aix-Marseille 1.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **A composição em Tupi**. Universidade do Paraná, 1951.
- . Morfologia do verbo Tupi [Morphology of the Tupi verb]. **Rev. Bras. Linguist. Antropol**, v. 3, p. 63-86, 1953.

- . Argumento e predicado em Tupinambá. **Boletim da ABRALIN**, 1996.
- . Alguns problemas em torno da categoria lexical verbo em línguas Tupí-Guaraní. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 3, n. 1, p. 103-114, 2001. 15
- . Estrutura do Tupinambá. In: RODRIGUES, A. D. ; CABRAL, A. S. A. C. **Língua e culturas Tupi**. Brasília & Campinas: LALI & Nimuendajú, 2010.
- ROSE, Françoise. The origin of serialization: The case of Emerillon. **Studies in Language. International Journal sponsored by the Foundation “Foundations of Language”**, v. 33, n. 3, p. 644-684, 2009.
- . A hierarchical indexation system: the example of Emerillon (Teko). **New challenges in typology. Transcending the borders and refining the distinctions**, p. 63-83, 2009.
- . When " You" and " I" mess around with the hierarchy: a comparative study of Tupi-Guarani hierarchical indexing systems. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 347-369, 2015.
- SCHADEN, Egon. CARACTERES ESPECÍFICOS DA CULTURA MBÜÁ-GUARANÍ: Subsídios e sugestões para um estudo. **Revista de Antropologia**, p. 83-94, 1963.
- SCHLEICHER, Charles Owen. **Comparative and internal reconstruction of the Tupi-Guarani language family**. Tese de Doutorado. UMI Ann Arbor, 1998.
- SCHULTZE-BERNDT, Eva. Looking for the governor, or the problem of argument status in double - marking languages: A Construction Grammar perspective. In: **Presentation given at the workshop “Explorations in Syntactic Government and Subcategorization”**. Cambridge, UK. 2011.
- SEKI, Lucy. O Kamaiurá: língua de estrutura ativa. **Lingua e literatura**, v. 5, p. 217-227, 1976.
- . Para uma caracterização tipológica do Kamaiurá. **Cadernos de estudos lingüísticos**, v. 12, p. 15-24, 1987.
- . **Gramática do kamaiurá: língua tupi-guarani do alto Xingu**. Editora da UNICAMP, 2000.
- SHOPEN, Timothy. **Language typology and syntactic description. Volume I: Clause structure**. 2007.
- SIEWIERSKA, Anna. On the argument status of cross-referencing forms: some problems. **Revista Canaria de Estudios Ingleses**, n.42, p.215-236, 2001.
- SILVA, Auristéa Caetana. **Aspectos da referência alternada em Parakanã**. Belém: UFPA. Dissertação de Mestrado (Linguística), 1999.
- SOARES, Marília Facô; MONSERRAT, Ruth. Hierarquia referencial em línguas Tupi. **Ensaio de Linguística: Cadernos de Linguística e teoria da Liratura**, v. 5, n. 9, p. 164-187, 1983.

THOMAS, Guillaume Guillaume Pierre Yves. **Temporal implicatures**. 2012. Tese de Doutorado (Linguística). Massachusetts Institute of Technology.

———. Nominal tense and temporal implicatures: Evidence from Mbyá. **Natural Language Semantics**, v. 22, n. 4, p. 357-412, 2014.

———. Universal Dependencies for Mbyá Guaraní. In: **Proceedings of the Third Workshop on Universal Dependencies (UDW, SyntaxFest 2019)**. 2019. p. 70-77.

VALENZUELA, Pilar. **Relativization in Shipibo-Konibo: A typologically-oriented study**. Lincom Europa, 2002.

VAN VALIN, Robert D., Jr. & Randy J. LaPolla. **Syntax: structure, meaning, and function**. Cambridge. Cambridge University Press. 1997.

VAN VALIN, Robert D., Jr. **Exploring the syntax-semantics interface**. Cambridge. Cambridge University Press. 2005.

WIESEMANN, Ursula. Grammaticalized coreference. In: WIESEMANN, Ursula. **Pronominal systems**, p. 437-463, 1986.